

REVISTA DO



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

ÍNDICE

PORTO ALEGRE
RIO GR. DO SUL

II Trimestre
de 1943

Saudação histórica — Discurso feito em 1906 pelo <i>Dr. Getúlio Vargas</i>	151
Notícia sobre a Organização política, administrati- va e judiciária do Rio Grande do Sul — <i>Dr.</i> <i>Leonardo Macedônia</i>	159
Rodrigues de Jezus (Domínios e traços genealogi- cos do povoador) — <i>Dr. Manuel Duarte</i>	169
Preito de Saudade (João Borges Fortes, Lindolfo Collor, Alfredo Ferreira Rodrigues e Zeferino sil) — <i>Dr. Castilhos Goycochea</i>	175
A poesia a serviço da História (folclore) — <i>Prof.</i> <i>Walter Spalding</i>	185
O Republicanismo Gaúcho — <i>Dr. Demétrio Ribeiro</i>	195
Aquidabã — <i>Prof. Walter Spalding</i>	205
História da Introdução do Gado no Rio Grande do Sul — Cristóvão Mendoza ou Manuel Gon- çalves Ribeiro? — <i>P. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.</i>	217
Notulas Bibliográficas — <i>O. S. e W. Sp.</i> —	139 e 27
Rafael Tobias de Aguiar — <i>W. Sp.</i>	250
Mauá — <i>W. Sp.</i>	251
Símbolos Barbaros — <i>W. Sp.</i>	253
O Herói de Ibíá — <i>W. Sp.</i>	254

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

ANO XXIII — II TRIMESTRE DE 1943 — N.º 90

SAUDAÇÃO HISTÓRICA

dr. Getúlio Vargas

(discurso pronunciado pelo eminente DR. GETULIO VARGAS, quando quartanista de Direito, de saudação ao dr. Afonso Pena, eleito Presidente da República, no dia 15 de agosto de 1906, e publicado na "Gazeta do Comércio", de 17).

Exmo. Sr. Presidente da República.

Ao receber delegação da mocidade das academias, para saudar a V. Ex., seja a consideração da força e da juventude que ela representa, o fluido galvânico, que me alteie à posição de independência que deve ser mantida por êsses que, simples espectadores dos fatos presentes, serão os juizes do futuro.

Não nos foi possível ir ao encontro de V. Ex., como desejavamos. A voz da mocidade, possuída de sonoridades estranhas, queria manifestar-se como a vibração forte de um clarim de guerra esbatendo as brumas da manhã, dominando o glauco marulhar das vagas, na orquestração de uma lavorada de entusiasmos.

Seja-nos ao menos permitida, sob a cúpula azulada dos céus, no anfiteatro amplo da natureza, esta arêna grandiosa mais própria para os que se iniciam na vida pugnando pelo livre pensamento. Esta saudação não tem cambiantes de estreita política; sobrepõe-se às facções partidárias; é o reflexo sincero das convicções da mocidade, obrigada a quebrar o artificialismo das solenidades oficiais, trazendo o amulêto santo da pureza de seus sentimentos.

Tremúla neste préstito o alegre ondular das bandeiras simbóli-

NOTA da Redação: A publicação, na íntegra, do notável discurso, já histórico, do eminente chefe da Nação, proferido há 37 anos, foi expressamente autorizada à direção desta Revista, por carta de 6 de abril do corrente ano, ao presidente do Instituto, e transcrito do único exemplar existente, da antiga "Gazeta do Comércio" desta capital.

cas. Um é o estandarte glorioso desfraldado pelos heróis de 35. Outro é o lábaro da liberdade mineira que envolvera o martirólogo dos Inconfidentes, e, finalmente, o pendão da pátria brasileira, integração dos sentimentos nacionais. Olavo Bilac referindo-se à brilhante representação fluminense que acompanhava o presidente da República em sua excursão aos Estados do Norte, disse que ela era o eterno *memento* que os romanos faziam repetir aos generais vitoriosos, ao entrarem triunfantes, para lhes lembrar a sua condição terrena. Isto que se ajusta tão bem, referido pelo *humour* e pela graça do cintilante cronista da "Kosmos", é uma verdade irrecusável para nós, quanto ao símbolo da Pátria Brasileira.

Nós saudamos no presidente da República, o homem eminente que se engrandeceu, procurando engrandecer a pátria. E' justo que, diante da bandeira, que a representa, se repita a frase romana: — *Respiciens post te, hominem memento te*. O Brasil era o *mastaba* egípcio adormido, há um milenio, no seio mórno do saibro movediço e estadeando vida real com a caraterização nítida das raças desaparecidas. A hereditariedade monárquica prolongou-se pela República na aceitação tácita de presidentes impostos pelos seus antecessores. O abuso da prerrogativa rapácea acarretou o desequilíbrio pelo despertar das energias latentes, no espírito angustiado do povo. Era um vozear confuso, dispérso, longínquo; eram fulvas crispações de coriscos como de tempestades préstes a desencadear-se. Havia mister um pulso de bronze, uma rija vontade que carresse essas energias, dando-lhes feição própria, para que se exteriorizassem em resistência tenaz. Apareceu, — foi Pinheiro Machado, o brado da sentinela do Sul, chamando a postos a guarda do povo para a manutenção das liberdades eleitorais.

V. Ex. foi o desejado por êsse mesmo povo, para governá-lo. Se um foi o pioneiro da nova cruzada, o outro é o símbolo da vitória da democracia.

Justa foi essa homenagem de V. Ex. ao país que o sagrou, em indo em pessoa auscultar-lhe as reais necessidades, para minorá-las, para satisfazê-las.

V. Ex. percorreu quase todo o Brasil, embalado pelo hino de vitores da multidão confiante; é que a consciência coletiva das massas, na pessoa do presidente eleito, se revia a si própria, vitoriosa e prestigiada.

A impressão de V. Ex. talvez nem sempre haja sido agradável; quantas vezes o sentimento ter-se-á constricto dentro das angusturas de uma sensação de pesar. Nem sempre na gleba exúbere terá germinado a seára loira para a mésse das felicidades. Quantas causas de estagnação pesam sobre um país novo, exaurido pela capitação e o fisco, sopeando o livre desenvolvimento das atividades industriais.

Amarga resultante para quem se vê coacto a comprar manufaturados no estrangeiro os gêneros da própria materia prima que exporta; mas, nem só pelo desenvolvimento econômico, nem pelas altas e baixas do câmbio se explica o progresso de um país. Nem sómente da fórmula complementar desse desenvolvimento, isto é, que o funcionamento da administração pública se molde pelos rigorosos princípios da honestidade.

Passemos adiante. E' um país novo, — bem o sei. E' como o espadanar das águas das enxurradas tomando destinos vários, quebrando-se de encontro à rija contextura dos granitos, antes de sulcarem o terreno que as nivelará para a marcha uniforme dos rios caudalosos. E' um estado de transição da sociedade brasileira, através dos tempos: é uma fase por que ela passa.

Estado de transição: esta frase não tem aqui o conceito da irrisória “época de transição”, juntamente com a malsinada “anarquia mental”, avergoada no bioco de certos doutrinadores e repetida com a teimosia impertinente das idéias preconcebidas. São duas fórmulas de um sistema filosófico, pretendido como dominador do pensamento do futuro. Errônea aspiração. Ele foi apenas, no que tinha de consistente, uma ponte da inteligência humana já transposta e relegada para o passado; uma fase transata na evolução social que se norteia para outro rumo. De transição são todas as épocas: o período brilhante da filosofia grêga, como a rutilação fortíssima do direito propellido pelo inigualado senso jurídico dos romanos; os princípios liberais da revolução francesa, sucedendo ao obscurantismo medieval e sucedidos pela insidiosa política da Santa Aliança.

Fui levado a esta explicação por uma necessidade lógica de esclarecer meu pensamento. Contudo, não a taxeis de extemporânea. Nós saudamos no presidente da República a marcha triunfal da democracia, a vitória da vontade popular. E' natural toda a reação à rigidéz dogmática dos sistemas, impecáveis como perfeições abstratas, mas, insuficientes para abranger em seu âmbito a imensa complexidade da vida real. E isto que ora eu digo é um protesto da juventude em nome do livre pensamento. Em resumo: a verdade é que os homens não se modificam para se adaptar aos sistemas; estes é que se fragmentam para refletir a feição própria de cada temperamento.

Sim. Os fenômenos se transformam, se deslocam, se reduzem, aumentam, diminuem, desagregam-se, aparecem e desaparecem, sob

formas diversísimas. Toda ação procede de relações observadas entre grupos de combinações diferentes. E, se a constância na verdade é lei natural, nunca se poderá enquadrar o pensamento num padrão único. Porque, se se lançar um golpe de vista sobre a evolução super-orgânica, sobre as manifestações intelectuais, a complexidade toma o aspecto de um *canevas* inextricável.

A perfectibilidade emitnica de um sistema filosófico pretende, às vezes, ser palavra última sobre a concepção da vida e do mundo. Surgem novas inteligências, novos meios de cognição — as mesmas coisas vistas por outra face — e abate-se a construção ciclópica na deflagração dos raciocínios abstratos. Cada arésta, cada desvão que se percebe no contorno das coisas é um mundo novo que se abre no campo das idéias. Porisso diz notável filósofo: — “Ordem parcial incoerência geral, tal a fórmula do universo”.

Há outro motivo mais íntimo e caroavel, nesta saudação que faz a mocidade: V. Ex. é notável cultor do direito, é o diretor de uma das Faculdades Jurídicas da República. Existe essa afinidade cultural, essa unificação superior do pensamento pelo estudo da ciência que procurando evitar a colisão dos interesses opostos, é uma das formas do equilíbrio social e do modo mais avisado de proceder. Ação do indivíduo no conflito vital, respeito da atividade alheia na consecução do fim comum, tal a idéia do justo. A idéia do direito obtem-se da faculdade de operar dentro nos limites do justo. Da contínua desenvolução dessa idéia através dos tempos, vem-se a conceber o tipo de moralidade ao qual cada um deve conformar as próprias ações para que possa subsistir a vida social. A lei não é o arbitrio do legislador; êste nada mais faz do que reconhecer as necessidades gerais, garantir-lhes o desenvolvimento, aplanando as dificuldades que lhes possam sopear a marcha progressiva.

A justiça é a garantia da liberdade, sentimento profundamente orgânico: é o próprio desdobramento do instinto de conservação individual. E, V. Ex., que é um sacerdote da justiça, será também a garantia fiél da liberdade de seus concidadãos. Se procurarmos a justiça expressa na arte, ela dirá pela boca de Maeterlinck que a justiça se obtem pela visualização do passado, perlustrando os refulhos do cérebro, para arrancá-la de lá, extendendo-a sobre o mundo, num imenso desdobramento de bondade. E dirá, ainda: — “Todo o nosso organismo moral é feito para viver na justiça, como o nosso mundo moral é feito para viver na atmosfera de nosso globo”.

E' justo que o Rio Grande se rejubile, recebendo o seu quinhão de glória na visita presidencial.

A contemplação da natureza do sólo riograndense, — forte, risosinha, pitoresca e variada —, fará compreender facilmente a razão de ser do caráter de seus filhos. E' de um efeito estonteador e deslumbrante o vêr-se um trecho da campanha na metabole primaveril, sob o sol flavescente. Várzeas extensas, uníformes, longínquas, sobre as quais pesa em curvatura de cupula o azul corrugoso dos céus, dão a impressão de grandeza monótona e selvagem, como a quietação glauca de um mar bonançoso. Depois, a formosa ondulação das coxilhas, contorno nítido de fôrmas macias, panejamentos álares, num espontar robusto de seiva e de vida. Harmonia geral, escala cromática de mutações indefinidas: transformações sem vestígios de violências, sem contorções, sem aspectos terrificantes de natureza agressiva. O próprio pampeiro é um remate lógico de grandeza épica, e tem sonoridades claras na voz retumbante, como um canto de guerra, e sacode em intervalos ritmicos a nonchalance habitual da vida.

Os estrangeiros em avultado número aclimam-se facilmente nesta região, temperada e fértil, diante do acolhimento liberal e cavalheiresco dos filhos da terra e são poderosos fatores de progresso — no desenvolvimento da agricultura, do comércio e das indústrias. E tudo: as revoltas, as tradições, o culto dos homens, o amor, o som, a côr, a luz, a vida são fôrmas errantes da liberdade, e constituem o traço característico do povo riograndense. O tipo do gaúcho é, com rara mestria, assim descrito por Euclides da Cunha: — “Desperta para a vida amando a natureza deslumbrante que o avienta; passa pela vida aventureiro, jovial, valente e fanfarrão”.

Assim foi. O gaúcho, porém, é hoje uma figura em translação para o passado, tipo lendário esbatido na curva do tempo e condenado a desaparecer assimilado pela civilização, pelo cruzamento, pela cultura intensiva dos campos, pelos novos meios de vida.

As nossas tradições, porém, não desaparecerão; os elementos estranhos serão pacificamente assimilados, impelidos pelas mesmas aspirações de glória, pela mesma comunidade de interesses, unidos pelos mesmos vínculos de amor à terra onde vivem. Surgirá uma geração nova, robusta, trabalhadora, inteligente, tenaz e altiva, moldada pela mesma estrutura que plasmou as figuras de Bento Gonçalves — o desprendimento cavalheiresco; Silveira Martins — o arrojo tribunício; Julio de Castilhos — a tenacidade inquebrantável de caráter e a rara intuição dos fatos sociais.

O Brasil, apesar-de manifestações pujantes de solidariedade patriótica em lances angustiados, não realizou ainda essa fusão superior que se produz na metaquímica dos sentimentos; não é ainda esse

conjunto vibratil e unísono que esteriotipa nacionalidade definitivamente construídas. Recebendo o influxo de grandes correntes migratorias e com insignificante cultura intelectual, apresenta tipos muito díspares em sua constituição étnica.

Diante desses fenômenos, apavorou-se o espírito de alguns patricios ilustres, tomados pela idéia obsidente de nossa desagregação em pequenas pátrias, absorvidos pelas chamadas raças superiores, com maior unidade de tipos e melhor aparelhadas pela civilização.

Não me parece tão grave o temor desse perigo que se vem refratar na alma nacional. Antes o tenho como resultante de pressuposto errôneo, da desconchavada *blague* sociológica de alguns publicistas européus que procuram torcer as conclusões da ciência, para adaptá-la aos seus sonhos de rapacidade internacional, quando não seja pela conhecida mania de generalizar os fatos e criar teorias.

Refiro-me à debatida questão das raças superiores, das raças fortes, espécie de agremiação dos super-homens de Nietzsche, ao lado das raças depauperadas e ineptas descambando para o fatal aniquilamento de sua ataxia orgânica. Tomam as condições atuais de progresso de um povo como irrefragável prova de superioridade, sem se lembrarem de que essas nações a que hoje concedem a primazia, se acharam, em tempos recuados, em deplorável estado de inferioridade relativamente a outras desaparecidas na voragem dos tempos.

Tenhamos confiança na grandeza do futuro pátrio; encaremos com destemor e menospreço a obstinada tarefa dos seus detratores. A pedra de toque de nosso progresso se acha na educação do povo, tomada esta palavra no mais lato sentido. A democracia é a educação comum dos povos civilizados, quanto à sua regulamentação política.

Só pela educação poderemos ter um governo democrático, pela visualização do futuro, pela compreensão nítida do seu papel na vida, fazendo respeitar o exercício de seus direitos políticos e a garantia de suas liberdades individuais.

Terminemos.

Quando mais tarde a geração futura investigar da vida pública de V. Ex., para plasmá-la na história, quando lhe perquirir a feição preponderante da inteligência, como um dos Paladinos da República, talvez classifique a V. Ex. como um conservador progressista. Parece um paradoxo, mas eu me explico.

Quem encarar o progresso humano, poderá compará-lo a curva inflexível em cujos extremos se acham polarizadas as duas forças opostas, ambas perturbadoras do desenvolvimento natural das socie-

dades: os conservadores e os revolucionários. O conservantismo é uma mola empurrada no funcionamento orgânico. Aos conservadores se pode definir com a frase lapidar de Rui Barbosa: — “são conchas presas às cristalizações fósseis de um mundo extinto”. São inteligências curtas, encerradas na estreita casamata dos preconceitos, julgando que se pode anquilosar o progresso nas estratificações do passado. Os outros, levados também por falsa intuição histórica, julgam que só se rasga o véu do futuro com estilhaços de granada e calcando aos pés os membros desarticulados de seus irmãos. V. Ex. teve a intuição exata do progresso obtido no debate pacífico dos princípios, que venceram pela nobreza dos ideais.

Quando, após uma época brilhante, tenaz e gloriosa, de propaganda, se proclamou a República, o que determinou em V. Ex. a aceitação da nova forma de governo, não foi sómente a certeza da indispensabilidade da cooperação na política nacional. Foi também a “intuição de um destino deduzido da lei da continuidade histórica e das necessidades do nosso meio social”. A passagem para o presidencialismo federativo era um progresso; era uma diferenciação superior que se dava na máquina governamental. Isto em brilhante apologia o demonstrou Raoul de la Grasserie, comparando o desenvolvimento primitivamente unicelular dos organismos biológicos com a desenvolvimento das agremiações política.

A República, alguns anos após a sua proclamação, agitava-se nas conflagrações tremendas da guerra civil.

Não comentemos estes fatos. A guerra é um Moloch insaciável, devorador de homens. E, se talharmos as camadas corticais para pesquisar as origens da hecatombe, jorrará o sangue das vítimas, assimilado no sistema arterial do monstro. Já se não compreendem as revoluções feitas pela vontade de um homem que arrasta as multidões para satisfazer os seus caprichos malsãos. A reprodução da orgia do I Bonaparte seria hoje insensatêz e anacronismo. V. Ex. foi um dos que imediatamente se declararam pela manutenção da ordem, colocando-se ao lado da autoridade desacatada. Preferiu a conservação do estado de coisas vigente a uma revolução cujas consequências não se poderiam prever, se fôsse vitoriosa.

Sob a ação poderosa, sob a intervenção progressista de V. Ex. se iniciou a transplantação da capital mineira, de Ouro Preto para Belo Horizonte. E agora a nova cidade se ergue futura, centro de convergência da atividade mineira, saudável e bela, apta para o progresso e para a vida. A antiga Vila Rica relegada para o passado, molda-se perfeitamente no papel de reliquia histórica que lhe é destinado.

Se busco reconstruir as impressões da vetusta cidade, tenho a sensação do arrebatamento fantástico, num sonho do Apocalipse. Primeiro — o aclave corrugoso das escarpas no círculo gigantêsco das

montanhas circulantes. Depois — o sinal indelevel das cruzadas aventureiras dos forasteiros bandeirantes, impresso nas covancas profundas, donde extraíam o minério abundante. E' uma evocação de grandeza soberana das crenças antropomórficas dos tempos primévos, como se grupos de Titans amontoassem blocos de granito para a escalada dos céus. Ao longe, entestando a magestade do espaço, ergue-se o pico alteroso do Itacolomi, figura de pastor ciclópe, repontando o rebanho tímido das nuvens. E o vulto inflexível e sereno da rocha, perlustrando o horizonte, parece encarar distante a imagem de Tiradentes, eternizada no bronze da estátua. E o herói, na rija musculatura dos braços acorrentados, na saliência das articulações, na atitude de altanaria fidalga da frente, no olhar concentrado e penetrante de proféta hebreu, é o protesto vivo do martírio de uma raça. Encarando os dois vultos, eu vejo — na pedra, o atestado flagrante da natureza grandiosa e selvagem que, procurando furtar-se à fatalidade das leis cósmicas, quer bracejar os céus. No homem o símbolo de uma raça de caráter inquebrantável e redimida pela liberdade.

Um sábio estrangeiro que percorreu a nossa pátria, disse que — “Minas é o coração de ouro do peito de ferro do Brasil”. Parodiando, eu direi que V. Ex. é uma promessa de ouro da esperança de bronze da República.

Notícia Sôbre a Organização Política, Administrativa e Judiciária Do Rio Grande Do Sul

dr. Leonardo Macedonia

Designado pelo Exmo. Snr. Presidente do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul para escrever sobre a Organização politica, administrativa e judiciaria do Estado do Rio Grande do Sul, desempenho a commissão de que fui incumbido, traçando uma breve Noticia sobre a situação em que se encontra o grande Estado meridional, com relação aos assumptos indicados na epigrafe.

ORGANISAÇÃO POLITICA

Sob a Monarquia, o Rio Grande do Sul foi Provincia do Imperio do Brasil.

A Constituição Politica do Imperio, promulgada em 25 de março de 1924, traçando a organização politica da nação brasileira, instituiu quatro poderes, legislativo, moderador, executivo e judiciario, estabeleceu que os representantes da Nação eram o Imperador e a Assembleia Geral; e declarou que todos os poderes eram delegações da Nação.

Com relação ás Provincias em que estava dividido o territorio do Imperio, a mesma Constituição estipulou:

- 1.º) Um Presidente, nomeado pelo Imperador, incumbido da administração provincial;
- 2.º) Um Conselho geral da Provincia, com atribuição de resolver sobre negocios de interesse para circunscrição territorial;

3.º) Camaras, em todas as cidades e vilas, para o governo economico e municipal.

Os membros dos Conselhos geraes, e os das Camaras, eram eleitos pelo povo.

Em 1834, a Regencia permanente, em nome do Imperador, o Snr. D. Pedro II, então infante, utilizando-se da autorisação constante da Lei de 12 de outubro de 1832, reformou a Constituição de 25 de março de 1824, e o ato da reforma, publicado com a lei de 12 de agosto de 1834, tomou a denominação de Ato Adicional.

O Ato Adicional alargou as attribuições dos Conselhos Geraes, que foram elevados á categoria de Assembleas Legislativas Provinciaes, organisadas mediante eleição, pelos mesmos eleitores da Assembleia geral legislativa.

Efetivamente, além das attribuições dadas pela Constituição aos Conselhos Geraes, tiveram as Assembleas Provinciaes attribuições mais amplas, de ordem administrativa, e tambem de ordem politica, quaes as indicadas nos artigos 10 e 11 do Acto Adicional.

Sirvam de exemplo para as primeiras, as que entendem com a faculdade de legislador sobre a divisão civil, judiciaria e eclesiastica da provincia.

Sirvam de exemplo para as segundas, as que se referem ao estado de sitio, á guarda da Constituição, e á intervenção nos processos promovidos contra os Presidentes da Provincia.

Esses monumentos legislativos, e mais a Lei de Interpretação de 12 de maio de 1840, são as fontes a consultar, sempre que se quizer verificar a organização politica do Rio Grande do Sul, sob o regime monarchico.

Provincia do Imperio, o Rio Grande do Sul teve a autonomia e as franquias que a Constituição de 25 de março, ampliada pelo Acto Adicional outorgara ás Provincias em que se achava dividido o territorio brasileiro.

Autonomia e franquias muito limitadas, e isso em razão da organização traçada pela mesma Constituição Imperial.

Assim, a situação somente viria ser modificada com a transformação do regime politico que governava a Nação desde a Independencia.

Na ultima decada do regime monarchico, estava organizado no Rio Grande do Sul um partido politico, denominado Partido Republicano, com brilhante orgam na imprensa politica e doutrinaria, intitulado A Federação.

A direcção do partido politico, e da campanha que visava a implantação do regime republicano no Brasil, coube, então no Rio Grande do Sul, a um notavel grupo de patriotas, em que sobrelevaram

as figuras de Venancio Ayres, Julio de Castilhos, Ernesto Alves, Ramiro Barcellos, Demetrio Ribeiro, Antônio de Faria, Barros Cassal, Carlos Barboza e Borges de Medeiros.

Proclamada a Republica, em 15 de novembro de 1889, esses patriotas tiveram a responsabilidade do poder, e o encargo da integração do Rio Grande do Sul no regime politico que a Nação adotara ao Sol de 15 de novembro de 1889.

Como se desobrigaram eles, dessa ardua e pesada tarefa, dizem com eloquencia os textos da Constituição da Republica, de 24 de fevereiro de 1891, e da Constituição do Estado, de 14 de Julho de 1891.

A Constituição da Republica, elaborada por uma comissão nomeada pelo Governo Provisorio, e publicada com o decreto n.º 510 de 22 de junho de 1890, devia servir de base ao trabalho da Assembleia Constituinte, eleita em 15 de setembro, e renuncia em 15 de novembro de 1890.

A Constituinte incumbido uma comissão especial, de 21 membros, de estudar o projecto elaborado por ordem do Governo Provisorio, e de emitir parecer sobre a aceitação ou rejeição desse projecto.

Para essa comissão especial entrou Julio de Castilhos, jovem representante do Rio Grande do Sul. O talento e o patriotismo do deputado Julio de Castilhos, que então contava 30 anos de idade, asseguraram-lhe uma posição de alto relevo no seio da famosa Comissão dos 21. E o famoso voto em separado, ao assinar com restrições o parecer em que era recomendada á Constituinte a adoção do projecto de Constituição, asseguraram a Julio de Castilhos o respeito de toda a illustre Assembleia, que viu no jovem deputado um patriota, "que no extremo sul do Brasil, desde longo tempo, e através de todos os sacrificios, pugnava pela Republica Federativa, que desejava ver realisada integralmente, sem falsas reservas e sem falsas conveniencias".

Recebendo o trabalho da Comissão dos 21, a Constituinte estudou o projecto, discutio e modificou disposições nele contidas, e afinal promulgou o texto da Constituição, em 24 de fevereiro de 1891.

Regressando ao Rio Grande do Sul, os representantes por elle enviados á Constituinte, cuidaram sem detença da organização politica do Estado.

Ainda nesta ocasião Julio de Castilhos exerceu decisiva e merecida influencia, pois a elle se deve a elaboração do projecto de Constituição Politica, que a Constituinte rio-grandense adotou e promulgou em 14 de julho de 1891.

A Republica federativa, proclamada em 15 de novembro de 1889 e constituida pela união perpetua e indissolvel das antigas

provincias em Estados Unidos do Brasil, tal foi o regime politico insttuido na Constituição de 24 de fevereiro.

Essa Constituição, depois de estabelecer os principios relativos ao regimen representativo, á temporariedade dos órgãos da representação, á divisão dos poderes que são considerados órgãos da soberania nacional, attribuo aos Estados a faculdade de se regerem pela Constituição e pelas leis que adotassem, respeitados os principios constitucionaes da União.

A Constituição do Rio Grande do Sul, não podendo, nem devendo perder de vista a Constituição da Republica, deu ao Estado uma vigorosa organização politica, obediente a estes principios:

- A) Autonomia em todos os assuntos de interesse do Estado, com a unica restição da intervenção federal, nos casos do art. 6.º da Constituição Federal.
- B) O Estado, com o mesmo territorio da antiga Provincia, parte componente da União Federal Brasileira.
- C) Governo exercido pelo aparelho governativo constituido pela Presidencia do Estado, Assembleia dos Representantes e Magistratura.
- D) Ampla autonomia municipal, em todos os assuntos de interesse privativo dos municipios.

Com essa organização politica, e servido por Presidentes de alta envergadura moral, e de indiscutivel capacidade para as arduas funções de Governo, o Rio Grnde do Sul prosperou e exapndiu-se, em todos os departamentos em que se desenvolve um povo, nas artes, no comercio, nas industrias, e nas letras, durante os anos que se sucederam ao grande acontecimento politico que foi a transformação do regimen institucional, em 15 de novembro de 1889.

Esse progresso não apresenta solução de continuidade. A medida que passam os anos, mais se avoluma o incremento da prosperidade do Estado, em todos os aspetos de sua vida economica, intellectual e social.

Ao encerrar esta primeira parte da Noticia que estamos traçando, é necessario acentuar que todo esse surto magnifico de progresso, e de felicidade para esta região maravilhosa, que é o Rio Grande do Sul, deve-se á operosidade e á inteligencia de seus filhos, que tem sido felicitados por uma organização politica, livre e democratica, traçada na Constituição de 14 de julho, honestamente executada pelos detentores do Poder, desde Julio de Castilhos, e até os dias que estamos a viver.

ORGANISAÇÃO ADMINISTRATIVA

Do ponto de vista administrativo, o Rio Grande do Sul possui esta organização:

- 1.º) A Presidencia do Estado exerce jurisdição administrativa sobre todo o territorio do Estado.
- 2.º) Nos Municipios, circumscrições de ordem administrativa, exercem jurisdição os Intendentes Municipaes.
- 3.º) Os Municipios são subdivididos em distritos, onde exercem jurisdição administrativa os Sub-intendentes municipaes.

São colaboradores da administração, exercida pela forma acima indicada, estas Corporações creadas pela Constituição Política de 14 de julho:

- 1.º) A Assembleia dos Representantes, a quem compete fixar impostos, taxas e contribuições; organizar orçamentos de receita e despesa; examinar e aprovar contas de despesas; autorisar empréstimos, etc.
- 2.º) Os Conselhos Municipaes, um em cada Municipio, com atribuições analogas ás da Assembleia dos Representantes.

Evidentemente, a uma boa administração não serão bastantes os organs acima enumerados.

Porisso, a Presidencia do Estado teve, pela Constituição, a tarefa de organizar a força publica do Estado, para segurança e integridade do territorio, e para manutenção da ordem.

Ainda, a mesma Presidencia organisou a Policia judiciaria, nestes termos:

- 1.º) A suprema autoridade de Policia judiciaria é o Chefe de Policia, que exerce jurisdição em todo o Estado. Subordinados a essa autoridade, os Sub-chefes de Policia, um em cada região policial, que pode abranger um ou mais municipios. Em gráo inferior, os Delegados de policia, um em cada municipio, e os sub-delegados, um em cada distrito municipal.
- 2.º) A Policia judiciaria compete a tarefa de promover a repressão dos delitos, auxiliando e coajuvando a ação das autoridades judiciarias.

Distinta dessa Policia, é a outra, denominada Policia administrativa, a cargo dos Municipios, com atarefa de manter a ordem, e prevenir a pratica de delitos e contravenções.

A primeira organização policial do Estado, nos termos supra referidos, foi feita pelo Presidente Julio de Castilhos, com a lei n.º 11 de 4 de janeiro de 1896.

Outros atos governamentais, emanados do mesmo Presidente Castilhos, regulamentaram o imposto de transmissão de propriedade,

a arrecadação do imposto do selo estadual, a cobrança do imposto territorial, os serviços de terras, colonisação e florestas do Estado, os serviços de Hygiene, a fiscalização dos generos alimenticios destinada ao consumo interno, e á exportação.

Esses atos tem sido revistos, modificados, aperfeiçoados, á medida das necessidades da administração, e de acordo com o que tem aconselhado a experiencia.

Resumindo: A Administração Publica no Rio Grande do Sul, é perfeita, e digna de louvores, quer a que entende com o Estado, quer a que diz respeito aos Municipios.

ORGANISAÇÃO JUDICIARIA

Durante a Monarquia o Rio Grande do Sul teve a magistratura nacional, distribuida por todo o territorio do Brasil.

A organização era a seguinte:

- 1.º) Justiça de primeira instancia, em materia civil e criminal, administrada por Juizes de Direito, um em cada comarca, circumscrição de ordem judiciaria, que podia abranger um ou mais municipios.
- 2.º) Justiça de primeira instancia, distribuida por Juizes Municipaes, com atribuições em materia civil e criminal, mais restritas do que as dos Juizes de Direito, e que eram colaboradores e auxiliares destes Juizes. Um Juiz Municipal no municipio séde da comarca.
- 3.º) Justiça de primeira instancia, em materia criminal, distribuida pelo Tribunal do Jury, presidido por um Juiz de Direito, e constituido por juizes denominados jurados, tirados da massa geral dos cidadãos com capacidade eleitoral.
- 4.º) Juizes de Paz, nos municipios, com o encargo de resolver as demandas de escasso valor pecuniario, e que tambem tinham a seu cargo conciliar as partes, com o intuito de evitar as demandas.

Os Juizes de Direito, togados, eram nomeados pelo Poder executivo, e vitalicios desde a posse, mas amoviveis. Os Juizes Municipaes, togados, eram nomeados por tempo de 4 anos, e podiam ser reconduzidos. Os Juizes de Paz eram eleitos dentre os homens bons, em cada municipio, e serviam por tempo de 4 anos. O Tribunal do Jury, com a constituição acima indicada, reunia-se periodicamente em cada Termo judicial.

A Justiça de segunda instancia era administrada por um Tribunal denominado Relação, constituido por juizes intitutados desembargadores, nomeados pelo Poder executivo, dentre os Juizes de Di-

reito, por ordem de antiguidade. No crime, a Relação julgava as causas antes decididas pelo Tribunal do Jury. Em materia civil julgava as causas antes decididas pelos Juizes de Direito.

Até o ano de 1874 essa Justiça de segunda instancia era administrada no Rio Grand do Sul pelo Tribunal da Relação com séde na cidade do Rio de Janeiro.

Isso significa que essa distribuição de Justiça era morosa e muito dispendiosa para as partes litigantes.

Conhecendo esses inconvenientes, a Assembleia Geral do Imperio votou a lei n.º 2342 de 6 de agosto de 1873, elevando as Relações do Imperio, até então sediadas no Rio de Janeiro, na Bahia, em Recife e em São Luiz do Maranhão, ao numero de onze.

Uma das novas Relações foi a de Porto Alegre, com jurisdição nas Províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

O fato causou intenso jubilo a todo o Rio Grande do Sul, e a instalação do Tribunal verificou-se em 3 de fevereiro de 1874, com a presença de magistrados para ele nomeados, e que dispunham de larga experiência dos negocios judiciarios.

Os primeiros desembargadores foram estes:

João Baptista Gonçalves Campos, Presidente, e mais tarde Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Julio Cesar Berenguer de Bittencourt.

Adriano José Leal, Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional.

Ignacio José de Mendonça Uchoa, mais tarde Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Luiz Correia de Queiroz Barros, mais tarde Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Luiz José de Sampaio, mais tarde Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Antonio Augusto Ferreira da Cunha.

Proclamada a Republica, e promulgada a Constituição Federal, os Estados tiveram a faculdade de organizar as suas respectivas Justiças, e de legislar sobre o processo civil, comercial e criminal.

Em uso dessa faculdade, o Rio Grande do Sul organizou a sua Justiça civil e criminal.

A Constituição do Estado traçou as regras fundamentaes, que foram desenvolvidas pela lei ordinaria, n.º 10 de 18 de setembro de 1895.

Como ficou organizada a Justiça?

Em breves palavras será traçado o respectivo quadro:

Justiça de segunda instancia, civil e criminal, administrada por um Superior Tribunal, exercendo jurisdição em todo o territorio do Estado. Os membros do Tribunal, vitalicios, nomeados pelo Presidente do Estado, e escolhidos entre os juizes de comarca, observada a ordem de antiguidade desses juizes.

Esse Tribunal conhece como tribunal de segunda instancia, das decisões dos juizes de comarca, e do Tribunal do Jury.

A esse Tribunal tambem compete julgar o Presidente do Estado nos crimes de responsabilidade, e isso como parte integrante do Tribunal especial creado pela Constituição do Estado.

Justiça de primeira instancia, administrada por juizes de comarca, por juizes distritaes e pelo Tribunal do Jury, nas comarca e nos Termos.

A Comarca é circumscrição judiciaria, que pode abranger um ou mais Termos.

O Termo é circumscrição de ordem judiciaria, que abrange o territorio de um municipio, circumscrição de ordem administrativa.

O Termo está dividido em distritos judiciaes, correspondentes aos distritos municipaes.

O Juiz de comarca, vitalicio e inamovivel, exerce autoridade na Comarca, em materia civil e criminal. E' nomeado mediante aprovação em concurso realiado perante o Superior Tribunal.

O Juiz distrital exerce autoridade no distrito judiciario, e é nomeado por tempo de 4 anos. Dentro desse praso não poderá ser destituído. Exercer jurisdição em materia civil e criminal.

O Tribunal do Jury, presidido pelo juiz de comarca, é composto de 5 juizes tirados dentre a massa dos cidadãos aptos para o serviço eleitoral, previamente qualificados pelo mesmo juiz de comarca, exerce nos Termos, periodicamente, funções de julgador, em materia criminal.

A Justiça do Estado, assim organizada, observa no processo e julgamento das materias de sua competencia as leis substantivas emanadas do Congresso Nacional, e as leis adjetivas prescritas pelo Estado.

Estão atualmente em vigor, em materia criminal, o Codigo do Processo Penal, promulgado em 15 de agosto de 1898; e em materia civil e comercial o Codigo do Processo Civil e Comercial, decretado em 15 de janeiro de 1908.

O Codigo do Processo Penal é da autoria do sr. Borges de Medeiros, eminente homem publico, que prestou relevantes serviços ao Rio Grande do Sul, durante dilatados anos.

O Codigo do Processo Civil e Comercial é da autoria de uma comissão especial, de professores da Faculdade de Direito de Porto

Alegre, presidida pelo respetivo diretor, Desembargador André da Rocha, e de que foram membros os snrs. Leonardo Macedonia, relator, Plinio Alvim e Joaquim Antonio Ribeiro.

Antes de encerrar estas informações sobre a Organização Judiciaria do Estado, é de inteira justiça assinalar que o Rio Grande do Sul dispõe de um corpo de juizes de primeira instancia, dignos dos maiores encomios, pela independencia e integridade com que exercem o seu espinhoso encargo.

Do mesmo modo, no Superior Tribunal tem assento um notavel grupo de juizes, familiarizados com os negocios publicos, e de Justiça, e que desempenham com zelo, inteligencia e probidade as delicadas funções de membros da mais alta corporação judiciaria do Estado. Como homenagem a esses juizes, aqui ficam registrados os nomes dos que atualmente tem assento no Tribunal:

Manoel André da Rocha, Presidente.

Luiz de Mello Guimarães, vice-presidente.

Florencio Carlos de Abreu e Silva, Procurador Geral do Estado.

Augusto Leonardo Salgado Guarita.

Lahyre Guerra.

Caio da Cunha Cavalcanti.

Cesar Dias.

Samuel Figueiredo da Silva.

Oswaldo Caminha.

Espiridião de Lima Medeiros.

João Antonio Alves Nogueira.

Joaquim Americo Carneiro Pereira.

(Nota: Este trabalho foi escrito em 1934).

RODRIGUES DE JESÚS

(Domínios e traços genealógicos do povoador).

dr. Manuel Duarte

Quando foi da trágica debandada entre os incipientes povoadores de "Baqueria de los Pinares", antecedente e seguinte à invasão dos índios "coroados", em 1779, o retirante Francisco Rodrigues vendeu a fazenda que ali possuía, ao irmão Manuel Rodrigues de Jesus, cujo sogro, José de Campos Brandenbur, já era grande possuidor e residente nos sertões "de los Pinares", desde 1770.

De feito, conta o precioso relato do alferes Manuel da Fonseca País, de 23 de março de 1781: — "Francisco Roiz homem casado tão bem Semudou p.^a a laguna Com toda a Sua familia, evendeo a Fazenda a Seo Irmão Manuel Roiz este a pouco mas de ano".

Do cotêjo desse tão conhecido inquérito cadastral e da revelação de outro depoimento contemporâneo, de afirmar é que já em 1770 era Manuel Rodrigues de Jesus possessor sedentário no amplo escampado nordestino. Ora, ao descrever, em 1777, no fôro de Porto Alegre, os bens pertencentes ao espólio de Antonio Borges Vieira e s/m. Terêsa Rodrigues de Jesus, falecidos sucessivamente a 10 de dezembro de 1776 e a 7 de abril de 1777, assim discrimina o respectivo inventariante, capitão Joaquim José Pereira, os limites dos imóveis deixados pelo extinto casal: — "2 e 1/2 léguas de comprido e 1, de largo, de campo avaliado em 500\$000 réis, confrontando aonôrte com campos de Manuel Rodrigues de Jesus; ao sul, com terras do inventariante; pelo oeste com terras de Francisco José, e pelo leste com terras de José Rodrigues".

Logo, do confronto destes dois documentos remotos, ressalta, à evidência:

- a) de como antes de 1776, posseiro já era, nas solidões do Nordeste, Manuel Rodrigues de Jesus, cuja ocupação territorial dividia com a possessão do cunhado defunto;
- b) de que às terras expropriadas acrescentaria Manuel Rodrigues de Jesus as adquiridas ao irmão remigrante;

c) de como, enfim, as ocupações dos irmãos Manuel Rodrigues, Francisco Rodrigues, José Rodrigues e do cunhado Antonio Borges Vieira eram lindeiras e místicas entre si.

Efetivamente, constituíam êstes primitivos desbravadores sertanistas minúscula caravana de povoadores, desabalados de Laguna e assomados, cêrca de 1770, na rechã planaltense, em cujo interior delirito, entrementes, se alojariam. Esta assertiva é tanto mais procedente, quanto é sabido que faleceu, em Laguna, aos 16 dias de junho de 1776, Gabriel Rodrigues, pai dos tres primeiros e sôgro do último dêsses arrojados povoadores. No respectivo inventário, iniciado logologo, se declara que êsses quatro herdeiros assistiam no Continente de Sam Pedro do Ryo Grande. Eram lagunenses os tres irmãos e, português, o cunhado. Este faleceu, pouco depois, e, em seguida, a espôsa, Terêsa Rodrigues de Jezus, laguneana. E' êste casal o trônco da imensa familia Borges Vicira, de formação laguno-lusitana, no Riogrande.

Francisco José Rodrigues de Jezus traspassa, em 1778, as terras ao irmão Manuel Rodrigues de Jezus, e retorna para Laguna. José Rdrigues de Jezus transfere a imensa fazenda possuida aos mulatos do capitão Joaquim José Pereira, e antecederia o irmão à tornada para o litoral nativo. Discorre, a êste respeito, o relatorio do alferes Manuel da Fonseca Páis: — “José Rodrigues homem casado mudouçe para a Laguna, e pello Natal, fez venda da Sua Estança aos mulatos do capi. Joaqm. Jozê Per. a haverã pouco mais de dois annos”.

De sorte que dos intrépidos partícipes dêssa longinqua monção de conquistadores do ignóto, apenas Manuel Rodrigues de Jezus se fixaria no Planalto, onde seria o mais provecto patriárca de inumeravel descendência, parcialmente caldeada à prole do cunhado Antonio Borges Vicira, a qual para sempre ali se radicaria.

Ambas êssas fazendas babilônicas, assim a que já possuía em 1770, como a que lhe traspassou o irmão Francisco José, em 1778, houve-as Manuel Rodrigues por dôa do sôgro, Campos Brandenbur. A tal conclusão forçosamente se chega das proprias declarações de Manuel Rodrigues, feitas ao comandante Silva Chaves, no recenseamento de 1784: — “... que houve por dóte que lhe deu o sôgro José de Campos Brandenbur, antigo posseiro destes campos”.

Na campanha do Socôrro, mais tarde herdada ao sôgro, obteve Manuel Rodrigues concessão de duas sesmarias, na parte nôrte daquela região, as quais, ao depois, (1815) doaria ao genro Manuel de Souza Duarte. Ao passo que nos lados sul e oeste, aquinhoaria os filhos — Gabriel Rodrigues de Campos e José Rodrigues de Jezus, os quais, no prelúdio da Centúria XIX, lograriam concessão respetivamente das sesmarias denominadas Pangaré e São Paulino. (Socôrro).

Pordavante, não quis, ou não conseguiu extrapassar os limites permissivos à aquisição legal de sesmarias, pois que, até 1815, manteria Manuel Rodrigues, sem titulo algum, fantásticos domínios territoriais, cujas áreas abrangem o primeiro e sexto distritos de Ibaté, ex-Vacaria, com as seguintes confrontações:

ao levante, compreendendo S. Paulino, (adquirido a José Rodrigues pelos mulatos do capitão Joaquim José Pereira, que o vendem a Francisco Alves de Oliveira, que o traspassa a Joaquim Antonio de Oli-
ra e éste o vende ao proprio capitão Joaquim José Pereira, que finalmente o revende a José de Campos Brandenbur, e éste o doa ao genro Manuel Rodrigues de Jezus) dividiam com Pinheiro Grosso (gigantêscas Fazenda, comprada, sob a denominação genérica de — S. Paulino — pelos referidos mulatos do capitão Joaquim José Pereira, e, percorrido aquele ciclo de transações ou traspassos verbais, adquirido, em glôbo, por éste último, que o revende, cortado em duas parcélas ciclópicas: — S. Paulino, a Brandenbur, e a colossalidade restante, sob o apelativo toponimico de — Pinheiro Grosso — com a área de cêrca de oitenta mil hectares, vende-a o capitão Joaquim José Pereira a outro mulato adventicio, — Antonio Lopes Gonçalves — em 1789, pela importânica de 80\$000 réis!) até ao rio do Ventura, hoje, rio de Santana. Seguiam-no à jusante, e confrontavam, dos Quatís em diante, com os domínios gigantêscos do capitão Antonio Pinto Carneiro, até ao rio de Pelotas, pelo qual desciam, até à desembocadura, à margem esquêrda, do rio do Leão. Continuavam por éste, a montante, dividindo com a sesmaria do Capão do Leão, do brigadeiro João Batista Alves Porto, téque o rio do Leão recebesse as aguas que que rolam do Capão do Cédro, a levantino. Subiam por estas e, entrementes, limitavam a fazenda de Santo Antonio das Lom-
bas, do capitão José Carneiro Geraldês. Da vertente das aguas que descorgam do Capão do Cédro, rumavam éssas divisas às pontas do rio Lageado Grande, (actual, do Saltinho) pelo qual desciam, limitando ainda com a estância de Geraldês, Deixavam-nas, mais abaixo, e entestavam nos domínios de Julio da Costa Ribeiro, até à confluência do rio do Espêto no Saltinho. Galgavam, então, por aquele, até suas nascentes, separando a velha sesmaria do Capão Grande, de José da Costa Ribeiro, filho de Julio. Das cabeceiras do Espêto, frechavam às pontas do rio da Cachoeira, (actual, do Passinho Fundo) dividindo sempre com José da Costa Ribeiro. Das origens do Cachoeira, cortavam a rumo sul, em busca do rio do Cabecinha, (actual, da Têlha) confrontando com a grande Fazenda da Ramada, do sobrinho, capitão Antonio Borges, filho, até à confluência do rio do Marmeleiro, à esquêrda, naquele. Dai, buscavam as vertentes do Marmeleiro, já nas vizinhanças da Freguesia de N. S. da Oliveira, e confinavam na sesmaria dos sobrinhos, filhos de Antonio Borges Vieira e Terêsa Rodrigues de Jezus. Dêste último ponto, seguiam

pela Lomba Chata, limitando ainda com os campos dos sobrinhos, até ao rio de São Paulino. Tangenciavam por êste, à jusante, e separaram os campos de Bom Retiro, originária pósse de Antonio Pinto Ribeiro. Cruzavam breve cúchilhão, em direção das Flôres e do rio da Esteira, e assim tangiam, de novo, os campos dos mulatos do capitão Joaquim José Pereira (Pinheiro Grosso) Discriminavam-se, esmados em documentos vetustos, os babilônicos dominios do patriárca planalteano, Manuel Rodrigues de Jezus, cujo perimetro de estimar é em cerca de go leguas quadradas.

Viuvou Manuel Rodrigues de Jezus, em 1815, quando verbalmente distribuiu suas imensas pósses imobiliárias, entre filhos e genros:

“Região do Socôrro”: na parte norte, as duas sesmarias legitimadas, ao genro, Manoel de Souza Duarte, as quais negligentemente perderia a próle, à vitoriosa intrujice de João Rodrigues Lisboa; ao Sul, as fazendas do Pangaré e de São Paulino, respetivamente aos filhos Gabriel Rodrigues de Campos e José Rodrigues de Jezus, e, os campos de permeio, ao genro, Francisco Xavier da Fonseca.

“Fazenda da Chapada” (compreendendo as terras da Freguesia e parte da Cerquinha) ao genro Francisco Borges Vieira.

“Fazenda da Porteira”, ao genro, Felix Rodrigues de Campos.

“Fazenda da Herança”, e “Costa do Leão”, ao filho, Amaro Rodrigues de Campos.

“Fazenda da Cachoeira” e “São Francisco de Borja”, ao genro, Francisco Borges Pereira.

“Capão Queimado”, (Costa do Saltinho e Espêto) ao filho, Manuel Elias de Jezus.

Tais doações as fêz Manuel Rodrigues de Jezus, sem resêrva alguma, como sucedâneo de inventário, à morte da espôsa. Mal, porém, se divulgou a notícia dêsse reparte sumaríssimo, veio a juizo Joaquim Pedroso Boeno, que alegaria:

“E’ acreedor de Manuel Rodrigues de Jezus, por serviços prestados como seu procurador, na querêla de Testamento que o mesmo manteve com João Damasceno de Córdova;

Manuel Rodrigues de Jezus alcançou ganho de causa no Tribunal do Rio de Janeiro, por Acordam de 18 de Junho de 1812;

O supplicante foi obrigado a abandonar a sua fazenda, para poder acompanhar a questão em Porto Alegre e no Rio, o que lhe acarretou muitos perjuizos, pois o filho do reo, de nome José, que lhe

ficou cuidando das propriedades, moço e inexperiente, só cuidava nos divertimentos da mocidade;

Pede sejam citados os réos Manuel Rodrigues de Jezus, filhos e genros, para virem pagar o suplicante dois escravos, á escolha, conforme ao contrato ajustado entre o suplicante e o réo Manuel Rodrigues de Jezus, nas seguintes clausulas, cumpridas integralmente pelo suplicante:

“Tratei como com efeito tratado tenho com Joaquim Pedroso Boeno para ser meo Procurador em uma causa de querela de Testamento que trago com João Damaceno de Cordova. Cuja se acha apelada no Rio de Janeiro, em vindo a meo favor pelo trabalho que já tem tido e ainda terá lhe darei dois Negros a Escolha, e satisfação ao dito e quando venha contra tornar elle a principiar, athe vencer com a condição se não vencer não lhe darei cousa alguma, e para cuja satisfação obrigo minha pessoa e lhe passo esta Clareza”.

Manuel Rodrigues de Jezus obteve, afinal, ganho de causa contra o seu procurador Pedroso Boeno.

Mais ruidosa, porém, seria a queréla de testamento inoficioso, da qual saiu igualmente vencedor Manuel Rodrigues de Jezus, José de Campos Brandenbur, cuja filha única, Clára Jorge da Silva, era a espôsa de Manuel Rodrigues de Jezus, viuvára, em 1786, e ficou, por testamento da espôsa defunta, Maria dô Rêgo de Siqueira, instituido seu herdeiro universal, excetuados legados que atribuiu à afilhada Maria Rodrigues de Jezus, que mais tarde casaria com o ilhéu Manuel de Souza Duarte. Quando, em 1794, faleceu Campos Brandenbur, fôram devolvidos os bens do espólio àquela filha e sua herdeira universal. Afinal, surgiu postigo testamento, pelo qual Campos Brandenbur teria deixado a João Damasceno de Córdova a sucessão universal em seu patrimônio. Fôra Córdova antigo preposto de Brandenbur e legaria o sobrenome, pelo qual éra conhecido, ao lugar onde longamente vivêra: — “Mascena”, rincão, fundo, campo do “Mascena”.

Acionou Manuel Rodrigues de Jezus a Damasceno, a-fim de promover anulação de semelhante testamento, que foi efetivamente declarado falso e urdido pelo proprio Damasceno.

Encerrada aquela derradeira requêstra judiciária, das duas em que se viu envolvido, já no ensoado amarume da viuvez e no crepúsculo da existência, pouco sobreviveu aquele autêntico patriárca e avoêngo fundador da mais frondosa árvore genealógica do Planalto, onde faleceu, em 1821, com 86 anos de idade.

Era Manuel Rodrigues de Jezus natural de Laguna, filho legítimo de Gabriel Rodrigues e de s/m. Vitoria de Jezus. Gabriel éra

natural da Freguesia de S. Tiago, t rmo de Barcelos, arcebispado de Braga, e faleceu em Laguna a 16 de junho de 1776, com 76 anos de idade. Vitoria de Jezus  ra natural de Laguna, filha legítima de Martinho Fernandes e de s/m. Terêsa de Jezus. Faleceu em 1795, com 114 anos de idade.

Deixou Manuel Rodrigues de Jezus, de seu matrim nio com Cl ra Jorge da Silva, os seguintes filhos:

1.  Maria Rodrigues de Jezus, c/c Manoel de Souza Duarte, natural da Ilha de Madeira;

2.  Gabriel Rodrigues de Campos, c/c Inacia Joaquina de Andrade, viuva do cabo da Guarda de Santa Vitória, Antonio Fernandes Lima, e filha do antigo sertanista paulistano, Pedro de Barros Leite;

3.  José Rodrigues de Jezus, c/c Eufrasia Pinto de Figueiredo e Maria Rodrigues Borges. Rafael  ra paulista, e a mulher, Maria,  ra filha do primitivo povoador planalteano, Antonio Borges Vieira, português, e de s/m. Teresa Rodrigues de Jezus, lagunense, irmã de Manuel Rodrigues de Jezus;

4.  Manuel Elias de Jezus, f. solteiro;

5.  Amaro Rodrigues de Campos, que viveu solteiro, mas deixou filhos naturais reconhecidos: Germano Rodrigues de Campos e Balbina Rodrigues de Jezus, c/c Policarpo Corrêa de Almeida, filho legítimo de Januario Corrêa de Almeida e Maria Teles de Souza, paulistas;

6.  Inacia Rodrigues de Jezus, c/c Francisco Borges Vieira, seu primo, filho legítimo de Antonio Borges Vieira e Terêsa Rodrigues de Jezus. Foi Inacia a doadora da área onde se levanta Ibaté:

7.  Ana Rodrigues de Jezus, c/c o lageense, Francisco Borges Pereira;

8.  Leonor Rodrigues de Jezus, c/c o paulista, Felix Rodrigues de Campos, de It ;

9.  Angela Rodrigues de Jezus, c/c Francisco Xavier da Fonseca, filho natural, reconhecido, de Inacio Fernandes da Costa, paulista, natural de Cutia.

PREITO DE SAUDADE

Dr. Castilhos Goycochêa

O Rio Grande do Sul, para quem, em regra, o Destino é tão generoso, levando Rui Barbosa a dizer, certa feita, que ele "tem glórias para encher a paz e a guerra", por vezes também é chamado a pagar tributo relativo às riquezas que possui em glórias de todo gênero.

Agora mesmo, no espaço de alguns dias, as letras sul-riograndenses, que são, afinal, as próprias letras brasileiras cultivadas na província extremenha do paiz, sofreram rudes golpes sucessivos com a morte de três dos seus mais expressivos representantes: Borges Fortes (João), Lindolfo Collor e Zeferino Brasil. E, não ha muito, outro escritor da mesma origem e com igual significação, também deixava de existir: Alfredo Ferreira Rodrigues.

Lindolfo Collor, o *benjamin* do grupo excelso, naturalmente por ter feito carreira aqui no Rio de Janeiro, e por se haver granjeado maior notoriedade como jornalista e como politico, já teve quem lhe traçasse o perfil de homem publico em estudos magistrais porque assinados por João Luso, Costa Rego e Vianna Moog. A parte o primeiro, que lhe referiu obra poetica, ninguém mais fez menção aos seus muitos e notaveis escritos, tal como o "Garibaldi e a Guerra dos Farrapos", que foi, sem duvida, o estudo que universalizou o episodio maximo da história politica do Brasil.

Antes desse livro, aparecido em 1938, havia publicado, em volumes, "Campanha Presidencial", "Manifestos e Discursos", "Convenio de Montevideu".

Depois publicou "Europa, 1939".

E, no proprio dia de sua morte, como marco final de sua atividade intelectual poliforme e robusta, apareceu nas montras das livrarias: "Sinais dos Tempos".

Não conheci pessoalmente Lindolfo Collor embora houvessemos nascido no mesmo rincão da Pátria, em datas proximas, tendo ambos iniciado a vida ativa de estudos na cidade de Porto Alegre, e,

quase simultaneamente nos tivéssemos transferido para a Capital Federal.

Cada um de nós sabia perfeitamente quem fosse o outro, havendo ele até citado minha opinião, de publico; o fáto, porém, é que nunca nos encontramos em posição de nos dirigirmos a palavra ou de nos apertarmos as mãos.

Agora, pelos depoimentos que sobre sua personalidade prestaram e continuam a prestar os amigos, é que lastimo não ter partido de mim o gesto que puzesse termo á marcha que fizemos paralelamente por tanto tempo, olhando-nos sem nos enxergarmos, observando-nos sem nos sentirmos.

Admirava o escritor, principalmente o sociologo do “Convenio de Montevidéu” e o historiador de “Garibaldi e a Guerra dos Farrapos”, mas temia que em pessoa ele fosse, sempre, o deputado e o ministro.

Tarde de mais é que vim a saber que se esmerava em não confundir as duas entidades. Era escritor para os escritores e era politico nos meios partidarios.

Si, no que diz com o homem que foi Lindolfo Collor, só posso reportarme ao que dele disseram e escreveram os que lhe tiveram o conhecimento, no que se refere ao publicista nenhuma duvida tenho em o oferecer á vossa admiração, porque estilista primoroso, com vasta cultura, solida erudição e sincera probidade.

Alfredo Ferreira Rodrigues, talvez o mais idoso dos escritores cujos nomes proferi, era, desde algum tempo, apenas uma reliquia sagrada do Rio Grande do Sul intelectual. Fez-se historiografo, desde a mocidade, para reabilitar a Guerra dos Farrapos, até então denegrida pelos escribas ligados ao trôno imperial. E nesse afan bateu ás portas de todas as estancias de nossa terra, na caça aos documentos e aos depoimentos, num peregrinar edificante pelas canhas e coxilhas, pelas serras e pelas matas. Onde soubesse que havia qualquer pessoa ou coisa que pudesse esclarecer o passado gaúcho, lá comparecia para ouvir aquela e adquirir ou copiar o que houvesse. E tudo, testemunhos e provas, ia publicando no seu famoso “Almanack do Rio Grande do Sul”, cuja coleção, hoje raridade preciosissima, serviu de base principal á obra de reconstituição do homérico episodio politico do começo do seculo passado.

Não se tenha, porém, que Alfredo Ferreira Rodrigues houvesse sido somente um simples colecionador e divulgador de documentos. Nada disso! Era escritor e escritor de bom quilate. Seus estudos são dignos da maior e da melhor consideração. Narrava e comentava; fazia exposição e bordava critica. Certa ocasião, a proposito de ho-

menagem que se pretendia fazer á memoria do General David Canabarro, alguém opôz-se a ela referindo possível traição desse bravo chefe farrapo na chamada Surpreza de Porongos. Foi de vêr-lhe, então, na defesa do impoluto general — general de duas republicas e de um império, — estudando-lhe as origens, traçando-lhe a biografia e agitando-lhe a personalidade no ambiente da guerra até o momento do episodio — A Surpreza de Porongos — não bem esclarecido ainda. Ao dar por findo o trabalho que se marcou, David Canabarro estava glorificado; não justificado.

Foi, não ha duvida, seu maior e melhor estudo.

Ha, todavia, que alinhar-lhe os trabalhos mais notaveis: “A Pacificação do Rio Grande”, de 1898; “David Canabarro e a Surpreza de Porongos”, de 1900; “Bento Gonçalves da Silva e seu idéal politico”, de 1905; e “Bento Manuel Ribeiro seu papel na revolução”, tambem de 1905.

Dele, igualmente, as biografias de Osorio, Porto Alegre, Canabarro, Andrade Neves, Bento Gonçalves, Gomes Portinho, Taveira Junior, Lobo da Costa, Felix da Cunha, João Manuel de Lima e Silva, Vicente Antonio da Fontoura e Domingos José de Almeida.

Muito do que hoje se lê, ou se leu ultimamente, a respeito da Guerra dos Farrapos e da Guerra do Paraguai, pode que traga assinatura diversa da de Alfredo Ferreira Rodrigues; o autor espiritual, porém, foi ele.

Ninguém melhormente sentia o que pensava e ninguém melhormente pensava com honestidade.

Socio do Instituto Histórico e Geografico Brasileiro, desde ha muito, não me consta que sua morte tenha encontrado ali a menor repercussão.

Do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, de resto, a julgar pela parcimonia com que a respectiva revista noticiou-lhe a morte, tambem não será homenageado como devia a memoria de quem passou a existencia trabalhando quase exclusivamente a serviço de sua terra natal.

Nesta altura ocorre-me consignar, sem a menor perversidade, que Alfredo Ferreira Rodrigues não foi ministro, nem senador ou deputado; creio mesmo que nunca chegou a ser vereador á Camara Municipal da cidade em que nasceu e viveu. Pelo menos o conheci, quando menino, vendendo-me livros e cadernos escolares no balcão da “Livraria Americana”, no Rio Grande, e o fui rever em 1934 como gerente de uma drogaria, embora octagenario e enfermo.

Em Alfredo Ferreira Rodrigues, além do historiador, houve o poeta, circunstancia pouco sabida. O livro — “Poema do Lar”, — que me ofertou em 1935, teve edição restrita, fóra do comercio, destinada exclusivamente aos seus mais queridos amigos. E’ um belo livro porque de belas poesias. O insigne escritor, entretanto, com

pudor dos proprios sentimentos, não admitiu a hipotese de dá-los a conhecer a toda gente, principalmente á critica profissional. Melhor do que ninguem ele disse do livro numa sextilha que apôz na primeira pagina do exemplar que me destinou, ao lado da dedicatoria que me fez com o titulo sobremodo honroso de amigo:

"Livro de amôr e de simplicidade
Novas idéias numa fórmula antiga.
Nele o afeto de pai canta e se abriga,
Vibra imensa paixão, geme a saudade
e sobrehumana dôr nele engastou-se.
Melhor talvês que nunca escrito fosse."

Depois de um vitorioso como foi Lindolfo Collor, vitorioso na politica e nas letras, cujo ambito foi, pode-se dizer, o mundo occidental, porque seu pensamento transcendeu por veses as fronteiras do Brasil e até do Continente, para espraia-se pela Europa onde respirava a gosto, fosse na Alemanha, pátria de seus maiores, fosse na França, de onde recebeu o lastro da cultura intelectual, referi Alfredo Ferreira Rodrigues cujo coração confinou-se em afetos familiares e cujo pensamento não se terá afastado muito da provincia natal.

Este, modesto, quese timido, sensível a mais não poder ser, falando sempre a meia voz e nada avançando em afirmativas sinão com o apoio em documento de bôa origem, irrefutavel, que ele proprio tivesse desencavado no fundo de uma arca de couro ou descoberto nas paginas de livros das sacristias; aquele, ligando maior importancia ao resultado de um fenomeno social do que ao fáto que o gerou, altivo quase á petulancia, orgulhoso de seus talentos e convencido de suas capacidades.

Agora mencionarei aquele que mais perto esteve do meu coração: O General João Borges Fortes, uma esplendida realidade, o equilibrio mais perfeito entre o cerebro e o sentimento, nem vôos surpreendentes no sentido da gloria ou da fortuna e nem o labôr incompreendido do que amealha materiais a servirem ao esplendor dos outros com mais audacia. Soldado, fez sua carreira normalmente, do primeiro ao ultimo posto, da conquista ao galão de alferes-aluno por aproveitamento excepcional nos estudos, até os bordados de general recebidos em reconhecimento de seu incontestavel valôr como chefe militar, valôr esse assinalado e recomendado ao Governo pelo primeiro mestre francês que teve o Exercito na fase de remodelação: Gamelin.

Não lhe conheço as obras de cunho profissional, si é que as escreveu; conheço bem, entretanto, tudo o que divulgou como produ-

to de suas elocubrações procurando explicar as origens do povo sul-riograndense, e que constitue sua bagagem literaria: "O Tupi na Corografia do Rio Grande do Sul", "Troncos Seculares", "A Estancia", "Christovão Pereira", "Casais", "O Brigadeiro José da Silva Pais e a Fundação do Rio Grande", "Fundação do Rio Grande", "Francisco Pinto Bandeira", "Velhos Caminhos do Rio Grande do Sul" e "Rio Grande de São Pedro".

O que ha a observar, de inicio, é que só começou a escrever obra propriamente literaria em 1930, quando se reformou do serviço do Exercito, como que para fazer prova de que não quiz misturar os deveres profissionais com as especulações puramente espirituais.

Depois, como segunda nota, que sua literatura é somente em torno ao Rio Grande do Sul como parcela do Brasil. Estuda a provincia do nascimento como parte integrante do paiz, e não como entidade autonômica ou com tendencia á emancipação.

Enquanto Alfredo Ferreira Rodrigues quase que só enxerga o Rio Grande do Sul, e Lindolfo Collor procura situar o mesmo Rio Grande do Sul no campo espiritual da raça latina, para isso exaltando com algum exagero a figura a bem dizer internacional de Garibaldi, Borges Fortes esmera-se em fazer vêr a terra gaúcha como porção integrante e indissociavel da terra brasileira e o homem gaúcho como o brasileiro que nasceu ao sul.

Vivia nele, muito forte ainda, o espirito da gente lusitana, demonstrado na sua simpatia especial pelos pioneiros e generais portugueses — Christovão Pereira, Silva Pais, Pinto Bandeira e Gomes Freire — e pelo seu unionismo sem meios tons.

Toda sua obra, aliás, teve como escopo a sociogenese sul-riograndense, começada com o Império das Missões Jesuiticas do Alto Uruguai, continuada com a fundação da Colonia do Santissimo Sacramento, em frente de Buenos Aires, e tornada realidade com o assentamento das bases do Presidio Jesus, Maria José, na entrada da barra do Rio Grande.

Na estancia gaúcha Borges Fortes viu o nucleo basilar da novel sociedade, quando Souza Docca entende que o sentimento associativo foi levado ao antigo Continente de São Pedro do Sul pelas tropas de ocupação.

Com qual dos dois a razão? Espirito Militar ou Estancia? O corpo de tropa a exemplificar com sua unidade massica, com sua escala hierarquica de valores, as gentes dispersas que viviam nas planices sulinas, ou a sociedade embrionaria que é a estancia, com seu chefe natural, o proprietario, e os mais elementos integrantes irradiando-se até contagiar as mesmas gentes em estado de quase nomadismo?

Amigo fidelissimo de ambos, de ambos admirador, si fosse chamado a opinar no pleito curioso que ficou armado com o prefacio

de Souza Docca ao livro em o qual Borges Fortes sustentou sua tese — “Rio Grande de São Pedro” —, diria, não por comodismo ou temor de desagradar a qualquer dos eminentes sociólogos, que entendo assistir razão aos dois, mas em parte apenas, porque não foi somente a estancia e nem somente o espirito militar, a dar forma á sociedade gaúcha, coêsa e homogenêa como a qualificou Souza Docca, mas a terra, a influencia do ambiente, abrandando nos colonos açorianos ou peninsulares os preconceitos que trouxeram da Europa, no subconsciente, onde tinham vivido, uns dos outros, por incompatibilidades de todo genero. A terra, nessas condições, é uma terceira hipotese a adicionar ás duas outras: a estancia e o espirito militar.

Quer se aceite, quer não, a tese sustentada por Borges Fortes, força é reconhecer o mérito invulgar de sua obra escrita, porque superior o idéal que a norteou, do começo ao fim, isto é, do primeiro livro doutrinário — “A Estancia” — até o derradeiro do genero: “Rio Grande de São Pedro”.

Nesse, como em todos os demais livros com que nos brindou, a idéia principal é o povoamento do Rio Grande do Sul, a fundação das familias patricias, e paralelamente com isso a evolução da sociedade continentina até aquella manifestação imperativa da consciencia do povo gaúcho, a Guerra dos Farrapos, que ele disse ser “o maior e o mais legitimo orgulho do Rio Grande de São Pedro do Sul”.

Não tenho a menor duvida em dizer, á vista do que expuz, que a obra de Borges Fortes é lapidar, isto é, imortal, porque, sejam quais forem as diretrizes que tome a sociedade brasileira em geral e a sociedade gaúcha em particular, sempre haverá quem apeteça conhecer a origem das mesmas e essa origem está relatada e explicada nos livros do meu grande e pranteado amigo e mestre.

Sua morte, por isso, foi duro golpe que sofremos todos os que vivemos pelo espirito, num mundo ideal de cogitações supernas.

Zeferino Brasil, de quem vos falo em ultimo lugar, não morreu, porque os poetas de sua estirpe não morrem. Deixam de existir em carne humana, mas continuam a viver nos corações e nos espiritos dos outros homens.

Nunca mais nossos olhos mortais hão de vêr a figura pequenina do altissimo vate de “Vovó Musa” e de “Visões de Opio”, mas, as nossas almas, quando se quizerem elevar das realidades soezes da existencia, poderão buscar-lhe a companhia lendo-lhe os versos, sentindo-lhes as palpitações.

Quem foi ele, não preciso dizer, porque todos o conhecem e todos os que o conhecem o amam e o admiram.

Poeta! Só e apenas poeta! Poeta em qualquer situação e poeta até mesmo quando não poetava. Poeta por imposição instintiva, dominadora, incoercível. Só enxergava como poeta e só como poeta falava.

Quando se estreia, em 1890, com "Alegros e Surdinas", inicia uma marcha espiritual vitoriosa que nunca terá fim.

A melhor prova do asserto está no fato de que, nesta quadra crepuscular de 1942, em que se lhe parou o coração, continua galhardamente a dominar-nos pela intelligencia, a empolgar-nos com a magia de seu estro privilegiado.

Entre as duas datas — 1890 e 1942, o que vale ferir 52 anos — surgiram e desapareceram definitivamente varias gerações de fazedores de versos, uns porque não eram poetas de verdade, outros porque seu poetar era chilo. Só Zeferino Brasil desafiou o tempo e se sobrepoza ás epocas que se sucediam umas ás outras. Cada livro seu, cada soneto ou cada poema, era um novo marco luminoso que acrescentava aos anteriores e a prenunciar os que deveriam vir. Depois de "Alegros e Surdinas", "Traços Cór de Rosa" e "Visões de Opio", todos do seculo passado.

O "Vóvó Musa" — seu maior livro — é do começo da centuria que já vai em meio, porque de 1903.

Aquele, porém, em que esplende melhormente (pergunto-me porque não dizer genialmente?) sua alma e seu talento ganha azas de côndor, é no "Alma Gaúcha". E' o grande poema épico do Rio Grande do Sul. Hade ser, um dia, a biblia onde rezará todo um povo de eleição.

Si me fosse pedido que, numa palavra, classificasse, ou tentasse faze-lo, o grande poeta gaúcho que recem nos deixou, di-lo-ia um parnasiano á maneira de Olavo Bilac, porque servidor devoto da Forma, artista esmerado no estilo, pelo menos é assim que se deixa vêr inteiramente em "Vóvó Musa".

Devo dizer, todavia, que houve critico que o apontou como simbolista. Como, porém, não sou versado em critica literaria, e muito menos em critica poetica, atenho-me prudentemente em falar dele apenas pelas emoções que me deram seus versos, sem cogitar do que sejam segundo as regras da arte.

Assim é que o tenho somente como poeta e grande poeta, e apenas como poeta é que estou a lembra-lo com o coração alanceado pela certeza de que nunca mais hei de vêr-lhe a figura simpatica e de ouvir-lhe a voz sempre quente de amizade.

Dizem, os que conheceram Zeferino Brasil na mocidade, que ele foi um boemio no genero daqueles que aqui no Rio, no começo do seculo, estiveram em grande moda, fazendo epoca.

Nesse tempo, o ginasiano que eu era então, via-o de longe, meio aturdido pela sua vastíssima cabeleira encaracolada, pelo exotismo de seu chapéu com abas largas, pelas flores que trazia á lapela, e, sobretudo, pelo tamanho e pela côr berrante de suas gravatas à *la Valière*, que escandalisavam os homens serios da cidade colonial que era Porto Alegre, todos eles desfigurados em sobrecasacas pretas, cobertos com cartolas de pêlo sedoso e com indefectíveis gravatas negras de laço dado.

Os de minha idade o admiravam, menos talvez pelos versos que liamos e recitavamos á noite na Praça da Harmonia, á luz dos bicos de gaz, do que pela coragem que demonstrava estadeando aqueles trajes fóra dos canones da moda inglêsa.

Houve qualquer coisa nessa epoca, entretanto, que me fez acreditar que, de fáto, Zeferino Brasil era um boêmio e mais do que um boêmio, um humorista.

Foi o caso que no 1.º ano do Atheneu Brasileiro, em 1904, havia, entre outros, um rapaz de excelente familia, rica de haveres, a qual passava a metade do tempo em Pariz e a outra metade em Porto Alegre. Esse colega, talvez pela circumstancia de só dispôr de 6 mezes em cada ano para estudar o que nós outros estudavamos durante todo o periodo letivo, era um dos ultimos da classe. Não era o ultimo devido ás notas distintas que sempre obtinha em francês.

Trajava-se como nenhum outro menino; passeiava na rua da Praia montado num lindo pequirá irlandês ou num *cab* com rodas de borracha puxado por egua de puro sangue; e só referia Londres e Pariz, Berlim e Roma, os transatlanticos em que viajara e as conquistas que fizera nas travessias do Atlantico e nas estações de cura da Europa.

Nenhum de nós invejava-lhe os bons exitos de todo genero, mas todos o aborreciamos pela deslealdade que punha em roubar-nos as namoradas, a quem fascinava com seu luxo insolente e sua petulancia desmedida.

Um belo dia, porém, todos, sem excepção de um só, passamos a inveja-lo. Não somente os do Atheneu Brasileiro, como os do Ginasio Anchieta e os da Escola Brasileira, e até os academicos de Direito e de Medicina. Foi quando, em ridente domingo de Maio, certa revista publicou na primeira pagina, a pagina de honra, que só tinha sido occupada até então por Zeferino Brasil, Pinto da Rocha e Mario D'Artagão, um soneto assinado pelo *petit maitre* de 13 anos a quem me refiro.

Era um novo e grande poeta que se estreitava vitoriosamente, enquanto seus companheiros de estudos, até os mais brilhantes pela intelligencia e os mais esforçados, ensaiavam timidamente composições em torno aos temas que eram dados em aula.

A cidade toda vibrou com o acontecimento auspicioso e surpreendente. As meninas viraram-nos os rostos, os mestres apontaram o novo bardo como exemplo a imitar, os nossos pais ficaram humilhados no seu intimo.

Eramos todos muito puros, nessa epoca, para imaginar sequer a possibilidade de que alguém pudesse publicar qualquer coisa com sua assinatura que não fosse da propria autoria. Nenhum de nós, quiçá, conhecesse ainda a palavra "plagio", e si a conhecia não lhe saberia a significação.

E o grande exito poetico do colega aborrecido continuou nos domingos subsequentes, crescendo sempre. A um soneto bom, seguia-se outro melhor.

A propria revista tambem melhorava a olhos vistos, crescendo e tomando melhor aspecto, e com a revista o seu diretor-proprietario.

Um dia, porém, rebentou o escandalo. Foi quando Zeferino Brasil, num assomo de máu humor segundo uns, ou querendo pilheiriar, segundo outros, escreveu na pedra marmore de uma mesa do Café Ferro Carril, um soneto que, si não me falha a memoria, começava assim: "Musa, vendi-te a um imbecil endinheirado..."

E' excusado dizer, para remate da historieta, que a familia do colega para furta-lo ao ridiculo pavoroso, levou-o *in-continenti* para a Europa de onde ele só voltou formado e quando já esquecida a pantomina em que representou de palhaço pensando representar de gênio.

E' tambem desnecessario dizer que todos os rapazes da minha geração passaram a idolatrar o poeta que no alvorecer do seculo escandalisava Porto Alegre com a abundancia dos seus cabelos e com o colorido de suas gravatas.

Guardo de Zeferino Brasil a mais doce e a mais comovedora das lembranças.

Pouco antes de ter inicio a solenidade de minha posse na Academia Rio-grandense de Letras, na noite de 1.º de Agosto do ano passado, caiu sobre Porto Alegre uma daquelas tempestades que deixam memoria. Além da chuva em catadupas, o vento desencadeado em furia tudo ameaçando derribar. O frio intenso não era de estranhar no inverno.

O salão estava literalmente cheio, mas de gente que havia chegado antes da tempestade, prenunciada desde a tarde. Ninguém mais poderia ser esperado.

Foi assim que á hora aprazada, depois das cerimoniaes do protocolo academico, puz-me a lêr a oração panegirica ao meu patrono e ao meu antecessor. Ia correndo a leitura quando notei na assisten-

cia movimento estranho de curiosidade por um retardatario que entrava e se encaminhava para o recinto destinado aos academicos e ás pessoas gradas.

Interrompi o discurso a espera que me fosse, de novo, prestada a atenção que se fazia mistér.

Alguem ao meu lado, talvez Arí Martins, talvez Walter Spalding, aproveitando-se da interrupção, sussurrou-me ao ouvido o nome glorioso do poeta de "Vóvó Musa" e de "Alma Gaúcha", acentuando a importancia de sua presença, sempre rara em qualquer parte, porque era sabido que nunca saia de casa á noite, principalmente no inverno.

Com isso dizer, penso justificar plenamente a profunda emoção com que relembro o gesto do maior poeta do Rio Grande do Sul em beneficio do menor dos servidores das letras brasileiras.

Senhores Academicos!

Recorrendo a vós, para vos pedir agasalho para a magua que me punge pela perda de amigos meus carissimos como foram João Borges Fortes, Zeferino Brasil e Alfredo Ferreira Rodrigues, não quiz omitir o nome de Lindolfo Collor a quem admirei sem ter conhecido em pessoa.

Todos eles foram escritores dignos da nossa admiração e do nosso respeito. Dois entre eles foram sociologos, um historiador e outro poeta, poeta como ninguem o foi mais e nem melhor.

E porque eles assim foram é que vos peço que lhes guardeis os nomes e lhes venereis as memorias.

A POESIA A SERVIÇO DA HISTÓRIA

Prof. Walter Spalding

I

Não é cousa nova. Ao contrario, remonta à mais remota antiguidade. Aliás, os mais antigos e memoraveis fatos da historia da humanidade anterior á nossa Era Cristã, chegaram até nós em verso. O Velho Testamento... Iliada... Odisseia...

Depois, surgiram os verdadeiros historiadores e a poesia ficou relagada a um plano puramente artistico, estético, ficticio. E poeta chegou a ser sinonimo de sonhador.

Mas, a pesar disso, "sonhadores" houve e há, que nos legaram documentos precioso, historicos, verdadeiros depoimentos bases para certos acontecimentos.

A Historia do Brasil, por exemplo, pode, muito bem, basear regular numero de epirodios sociais, politicos e militares ou guerreiros, em poesias.

Para exemplificar citaremos o caso da batalha do Passo-do-Rosario, ocorrido a 20 de fevereiro de 1827.

Foram, e são ainda, os acontecimentos desse dia, grandemente discutidos, e infinidade de obras, a respeito foram já escritas, podendo, nós, de memoria mencionar os trabalhos do general Tasso Fragozo, do Cap. H. O. Wiederspahn, dr. Olinto Sanmartin (in "Bento Manuel Ribeiro"), F. de Paula Cidade J. S. Torres Homem, general João de Deus Martins, Pandiá Calogeras, Souza Docca (em varios artigos), o marechal Brown, em sua "Defesa e Relatorio", alem de muitos mais.

Nas obras que conhecemos, sobre esse acontecimento de nossa historia militar não encontramos sequer citados dois depoimentos

Nota: Este artigo foi publicado sem indicação do autor no *Anuário Brasileiro de Literatura*, para 1939 e 1940, págs. 233 e 287, resp.

que, a nosso ver, são valiosos, embora em verso: — um — anônimo (1) e o outro escrito pelo então alferes David Francisco Pereira (2).

Barbacena — Marquês de Barbacena, — Felisberto Caldeira Brant Pontes, natural da Baía, ao qual fora entregue o comando das forças brasileiras contra as forças republicanas platinas, na famosa campanha do Uruguai, de 1826-1828, não nasceu a pesar de ter sido militar, para a vida militar. Como diplomata era inegualável e como financista, notável. Era homem de salão, afeito às boas maneiras, delicado e maneiroso mas... com as damas. Não sabia lidar com homens rudes e violentos. E daí o mau exito daquele combate que erradamente denominam “de Ituzaingo”.

E é, justamente, essa inaptidão para a vida guerreira, que esses dois depoimentos, o primeiro cheio de veneno, mordaz, ferino e o segundo cheio de indignação, deixam claramente entrever.

Por serem pouco conhecidos, aqui os transcrevemos, “ipsis literis”.

Diz o autor anônimo:

Agora eu vou contar
o ataque dos guerreiros,
lá no Passo do Rosario,
dia 20 de fevereiro.

Os bombeiros confirmarão
de quatro a cinco mil homens.
Ai Jezus! Meo Deos do céu,
isso he o que nos consome!

O inimigo aproximou-se
até uma certa altura,
— onde se deo o ataque:
Campos do Boaventura.

Os patrias nos perseguiram
com guerrilhas pelos flancos;
para mais nos consumiram,
botarão fogo nos campos.

(1) — Veja-se, a respeito, Walter Spalding — *Poesia do Povo*, in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. do Rio Grande do Sul, IV trim. de 1933, pag. 195.

(2) — Esta poesia, segundo afirmação do descendente do alferes David Francisco Pereira, o sr. Lourenço C. Pereira, foi escrita horas após o combate. — David Francisco Pereira foi um dos mais brilhantes oficiais do Império contra os farroupilhas. — Morreu heroicamente no combate do Seival (10-9-1836), no posto de major. — Veja-se: Walter Spalding — FARAPOS! — 2.^a série. — Porto Alegre, 1935.

Os fogos nos começaram
na esquerda muito primeiro.
Na direita nos faltou
quem commandasse os guerreiros.

E o nosso Barbacena
depois que fez a borrada,
fez montar a gente toda
e se poz em retirada.

Marchamos para Cacequy,
Todos pra morrer de somno;
quando foi no outro dia
tanto cavallo sem dono...

Como mordaz, o poeta nada deixa a desejar...
Agora, David Francisco Pereira:

BARBACENA

A desgraça do governo
nos levou a tal estado
que deu valor ao inimigo,
fez o exercito desgraçado.

Bravos heroes se perderão
faz pasmar a triste scena,
devido a rude villeza
do general Barbacena.

Como condutor de negros
que trouxesse do Valongo,
conduziu a nossa gente
muito peor que o Rei Congo.

Deu principio ao ataque
sem junção de uma Brigada...
Nem mandou juntar bagagens,
carretas, bois, cavallhada.

E assim acommetteu
sem nada determinar,
e só entrou nessa lucha
aquelle que quis entrar.

Fazendo carga no centro
sem dar protecção aos flancos,
lá deixou bastante mortos,
muytos feridos e mancos.

Ganha á força o inimigo
a cavallaria do Rio
e por ser pequena força
logo rompida se vio.

Um grande Abreu em soccoro
a cavallaria entrevella,
e ahi, um Batalhão nosso
o matou juncto com ella.

Já então a vil canalha
que ficou fóra de forma,
vae a correr pelos altos
sem disciplina e sem norma.

Lá se forão os cobardes
que na lucta não entrarão,
creio que alguns trez mil homens
a ella desampararão.

Muitas chinas percorrião
pelas margens dos banhados,
levando cada uma dellas
dos dez aos doze soldados.

Nesse numero de cobardes
ião muytos officiaes,
que se esquecião das ordens
e vozes dos generaes.

Oh! Augusto Imperador,
dae-lhes Senhor, o castigo!
pois que devem ser julgados
muyto peor que o inimigo.

Por esse motivo enorme
nossa acção foi malfadada,
por haver nas nossas tropas
officiaes feitos do nada.

Quando devem ser exemplo
exercitão a fugida,
por isso, Augusto Senhor,
foi nossa gente perdida.

Rege a Ordem Militar
dar o soldo, mas tão bem
castigar o delinquente,
premiar quem serve bem.

Tendo-nos sido visível
quasi inteira a perdição,
o heroe Bento Gonçalves
foi a nossa salvação.

Vou apontar, si quizerdes,
uma somma não pequena,
que ignoravão as praças
como atacou Barbacena.

Zelou muyto a retirada,
deixou aos centros cançados,
assim perde um general
a vida de seos soldados.

E como fraco, de certo
de cada rio fez muro,
muyto allem de Sam Lourenço
não se julga estar seguro.

Se quereis ver triumphante
mudae desde logo a scena:
não dae Heroes combatentes
a cargo de um Barbacena.

A critica é severa, mas merece ser detidamente estudada, pois é, a nosso ver, preciosa, e muito mais valiosa que a documntação official a respeito...

E' a critica de um soldado que sempre se mostrou digno e sempre se portou heroicamente. E esse fato vale alguma cousa para o julgamento da poesia.

II

Nem só com documentos officiais se escreve a historia.

A epistolografia particular e a poesia são, tambem auxiliares preciosos especialmente no que respeita a interpretação de certos acontecimentos e, mesmo, feitos militares.

Vimos duas preciosas poesias sobre Barbacena e a famosa batalha do Passo do Rosario.

Veremos agora documentos poeticos sobre a chamada "Guerra do Rosas", escritos da campanha pelo cap. Francisco Marques de Oliveira a um amigo, sargento que se encontrava na guarda da fronteira do Rio Grande.

Para maior claresa, faremos diversas notas e comentários à epistola e às poesias do capitão poeta.

Eis a carta:

"Amigo Alano (3): Aqui atado ao palanque não me é possível ir retouçar um pouco por essas coxilhas; e assim me vejo apartado dos companheiros, creoulos lá de meus pagos; vou portanto arro-lhar estas letras na canhada desta folha de papel, e depois as farei repontar para esse acampamento, estimando que elas o vão achar alentado e de saude.

O tempo corre mais que nem um bagual com um couro cru na cola, e nem a tiro de bolas se pode apanhar o que já se passou; e nós desgarrados por estes campos vamos pastando as carnes e ficando rosilhos-mouros, longe da querencia, passando sempre uma vida de cachorro chimarão: ainda hoje me lembrei do tempo em que era meio rufião; no que via uma moça linda, já me endireitava todo, e trocando orelha, logo, sem me parar estaca, lhe ia dizendo pelo teor seguinte:

"Os olhos de minha amada,
Ardem mais do que um tição,
e as faiscas que lançam
salpicam meu coração."

E se ela se parava um tanto mesquinha, já lhe largava este outro:

"Não sejas arisca, bela:
basta para meu castigo
que seguro já me tenhas
com mania e pé-deamigo."

Não quero, porem, me recordar destas coisas que me fazem ficar aguando, e de golpe, mudando de rumo, trataremos de outro assunto.

(3) — *Alano*, era o sargento João Alano, do 2.º regimento que nesse tempo era comandado por Osório: Os versos lhe foram dirigidos pelo capitão Francisco Marques de Oliveira que se achava na margem direita do Rio da Prata.

O que diz amigo Alano
do que toca ao nosso pleito? (4)
Viver assim desse jeito
não me agrada.

De certo é vida arrastada
a nossa por este lado,
dormindo como veado
na coxilha. (5)

Rosas com sua quadrilha
de blancos em Buenos Aires
dizem que já armou os frailes (frades)
contra nós.

Ha de esse monstro feroz
exprimentar desta feita
aquilo que o diabo engeita
no inferno.

Deus queira que neste inverno
o caudilho degolado
não vá de presente enviado
a Satanaz.

E como joga com az
e sem manilha de espada,
ha de arriscar na parada
o az de copa. (6)

E depois mandará a tropa
a general Manoelita,
essa guapa señorita
mui afamada. (7)

Carga seca e denodada
por Deus que lhe hei de fazer,
e si o pai aparecer...
— passa de largo!

(4) — Refere-se à guerra contra Rosas.

(5) — Alusão à situação da divisão brasileira na margem direita do Prata, junto a Buenos Aires, sob o comando do general Marques de Souza, que passou o rio para ligar-se com Urquiza e depor Rosas.

(6) — Irônica alusão às pretensões de onipotência do ditador.

(7) — Manoelita, filha de Rosas que tinha fama de sanguinária o que, aliás, não é bem exato.

O seu trato é bem amargo,
e somente para brincar
gosta de fazer tocar
a Resvalosa. (8)

Dessa fera tão danosa
Deus nos livre, amigo Alano,
eu quero gozar este ano
da nossa terra.

Este país sempre em guerra
tudo tras em calções pardos,
os campos só criam cardos
e gafanhotos.

Feijão chamam de poroto,
a batada — cacaraxa,
e o que chamamos cachaça
eles dizem caña. (9)

E por aqui tudo é manha,
tudo é burla e tudo é pêta,
todo o cavalo é macêta
e rodilhudo.

Todo o gaúcho é peludo,
todo o matungo é matreiro.
Em cima disso o pampeiro
nos assola.

Ora sebo, isso me amola
e me faz desesperar;
tomára já me pilhar
nos meus gagos.

“Mas caramba! amigo João!... Agora mesmo ouvi dizer que
você se ia cortar, que nem tento, e que desta feita se atirava a nossos
pagos, e eu aqui fico relinchando, como potro corrido de manada.
Ah! Saudade! que não possa eu fazer o mesmo, e sair-lhe gru-

18) — *Resvalosa* era o nome de uma mazurca que, diziam, o ditador costumava mandar tocar nos atos de fuzilamentos e degolamentos. A ferocidade de Rosas foi muito exagerada por seus inimigos políticos e creou foros.

(9) — Ainda hoje, no Rio Grande do Sul, cachaça é canha ou caninha. Influência platina...

dado como carrapato na costela de animal peludo. Emfim, Deus o leve a salvamento, e quando lá chegar diga aos nossos patricios que

Eu cá fico penando
mais triste que a saracura,
que, quando advinha chuva,
o seu canto mais apura.

Mas que estou eu fazendo, amigo Alano? O meu engenho, bastante estropiado, não se pode aguentar no pedregal da poesia, e o sentimento que me causa sua partida me põe de uma vez bichoco, de forma que, lacerado pela saudade,

vou dar-lhe a despedida,
como deu a gaturama,
que se despediu diendo:
muito padece quem ama.

Deste teu patricio

Francisco Marques de Oliveira

Deste mesmo official é o soneto seguinte, dedicado Ao General D. João Manuel de Rosas.

Eras bagual matreiro e quebralhão,
que couce e manotaço meneavas,
foste touro que o laço rebentavas,
furioso, atrevido chimarrão.

Eras tigre sanhudo, um leão,
que tudo quanto vias devoravas;
eras zorro manhoso que zombavas
do mais farejador, ligeiro cão.

Hoje és lerdo matungo, vil sendeiro,
novilho, boi de carro, estropeado,
e em vez de leão, manso cordeiro.

Jogaste mal e foste codilhado,
mas enfim tu desceste do poleiro,
já um cigarro não vales, mal fechado.

O REPUBLICANISMO GAÚCHO

GAUCHO VELHO

Com o pseudônimo Gaúcho Velho escreveu o Dr. Demétrio Ribeiro um folheto intitulado Pelo Rio Grande (sobre a revolução de 1923), e além de vários artigos de jornal com seu próprio nome, pois foi jornalista dos mais abalizados na propaganda republicana e, mesmo, depois, publicou, ainda, o interessante trabalho que abaixo se lerá. Nasceu o dr. Demétrio Nunes Ribeiro no Alegrete, em 1851 e faleceu no Rio de Janeiro a 9-12-931. Propagandista da República dos mais ardorosos, espírito eminentemente culto, o dr. Demétrio Ribeiro tinha, pelo seu saber, pelos seus serviços à causa republicana, pelo seu devotamento patriótico, direito a aspirar as mais elevadas posições públicas no nosso país.

Mas, não sendo ambicioso e, descontente com a experiência de Ministro, que fôra, do Governo Provisório de 1889, retirou-se da política. Ardoroso partidário da revolução de 1930 o dr. Demétrio Ribeiro foi, antes de tudo, um bom. Ao falecer, o chefe do Governo, dr. Getúlio Vargas de quem fôra grande amigo, com o fôra, também do dr. Osvaldo Aranha, assinou Decreto concedendo a Demétrio Ribeiro, para a realização dos funerais, as honras de Ministro de Estado. — Nas páginas que se vão ler demonstra o dr. Demétrio Ribeiro a antiguidade do republicanismo gaúcho. Manifestando, embora, idéias que nem todos endossarão, julgamos conveniente publicar o trabalho em apreço como documento de uma época.

Após a campanha da Cisplatina, o ânimo riograndense afez-se a reconhecer, resoluta, a peremptória desvantagem do regimen centralizador com que fôra inaugurada a Independência de 1822.

Mil vezes, corria, de rancho em rancho, a houvessem fundado na autonomia, racional e prática, dos elementos livremente componentes do Brasil, para assegurar-lhe a unidade de território inquebrável e necessária. E' que desde então, a descentralisação das províncias, ou a federação a constituir-se por todas elas, predominou na terra dos gauchos e foi-lhe o supremo ideal político, mais e mais estimulada pela abdicação do primeiro Imperador, e logo adiante, pela promulgação do Ato Adicional, conquistas eméritas do liberalismo descentralizador.

O governo imperial, entretanto, contrapondo-se a essa irreprimível corrente, entregou, na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, todas as posições de influência, ou mando, aos áulicos que ali importára, e lhe eram servos incondicionais.

Autênticos documentos comprovam os reiterados protestos do Rio Grande a clamar sem repouso contra a preponderância ultrajante assegurada ao partido retrogado, mínima minoria, na Província, pelos Governos do Rio de Janeiro.

Jamais deu ouvidos a esses protestos o Poder Central. Persistiu em desacatá-los, deslembado, não só de que o Rio Grande se traçara quasi por si só as demarcações geográficas do seu "habitat", repelindo vitoriosamente, investidas que ambicionavam desvinculá-lo do Brasil-Colônia, como também de que desde essas façanhas, comparáveis às da expulsão do Batavo, ao Norte, já se haviam conjugado na formação do carácter gaucha a lealdade e a altivez, antíteses do servilismo.

Perdida a esperança de se lhes deferir a justiça que deprecavam, os patriotas rio-grandenses apelaram para as armas vingadoras do descaso imperialista. Irrompeu a revolução de 35, luta de dez anos pela Liberdade, pela Federação Republicana.

Poz-lhe termo a paz de 45, negociada de potência a potência pelo governo imperial com a gloriosa gente farroupilha.

Confiante, porque fundamentalmente sincera e de boa fé, nos compromissos assumidos por aquele Gôverno, voltou esta aos labores pacíficos da indústria agrícola-pastoril, que tem o condão de compatibilisar a independência da ação útil com sua subordinação conciente ao império das leis naturais irremovíveis.

Como correspondeu a essa attitude o Imperador?

Veio de visita á Província pacificada. Com seus valorosos guerreiros congratulou-se, de viva voz.

Mas, das intenções positivas do Monarca, fatos mais significativos há que essa cortezia protocolar.

Seu próprio Gôverno o acentuou, não cumprindo as cláusulas da paz e açulando, com desrespeitá-las, o reaccionarismo renascente.

O Rio-Grande, resentido e magoado, logo percebeu que o Imperador o provocava a retomar as armas, para de vez, aniquilá-lo, como deve-lo-ia ter feito Caxias, cujo tratado de pacificação fôra um erro,

uma medida transitória, quando o caso exigia-lhe houvesse ido ás do cabo... (I)

Mas o povo gaúcho cedeu á feliz inspiração de lhe não aceitar o desafio. Afanou-se, ao contrário, com a mesma energia ancestral, dos tempos coloniais, e a mesma tenacidade contraposta recentemente ao imperialismo avassalador, em reconstituir, na paz, seus rebanhos bovinos, equinos e ovinos reduzidos a núcleos esparsos e quasi nulos; suas velhas charqueadas, transformadas em peso morto, pois não funcionavam por falta de matéria prima; bem como suas lavouras, das quaes lhe restava apenas a reminiscência de que a do trigo fôra próspera e uma fonte de exportação remuneradora.

Remuneradora e atraente de moeda são, de valor mundial, e, por isso, inconfundível com o papel-moeda de curso forçado, que os revolucionários, mesmo nas fases mais penosas da luta armada, repudiaram sempre, senão por hostilidade ao Governo Central, com certeza para preservar de seu contato calamitoso a circulação monetária da Província.

Dessa bem marcada compreensão sensata, se não departiu a população gaúcha ao enfrentar o premente problema de dar remédio a seu depauperamento econômico.

Só com as mingoadas economias que lhe restavam e conseguira reforçar por meio de empréstimos onerosos, mas em moeda são foi que se aprovisionou de quanto lhe reclamava a solução de suas urgências incommensuráveis.

Contraíu pesadas dívidas, não para quitar-se delas sobrecarregando-se de impostos, mas para habilitar-se dos meios de produzir e poder salda-las com os novos recursos e riquezas que de seu labor intenso, inteligente, progressivo, resurgissem abundantes.

Seus rodeios recrudesceram. A cultura e a manufatura de sua apreciadíssima herba-mate desenvolveram-se. O plantio de seus cereaes alimentícios retomou impulso inaudito, com uma única exceção — o plantio do trigo, por faltar-lhe, na época em apreço, sementes sãs do pão que nutre e civilisa. Seus estaleiros repuzeram-se em atividade. Seus lanchões, hiates, patachos, escunas e brígues sulcaram-lhe a esplêndida rêde fluvial e lacustre, patrimônio inegualavel, de que a natureza o aquinhoara, e transpuzeram rumo ao mar, com o concurso dos possantes rebocadores de Mauá, as inhospitas

(I) Com o feito da alma de Caxias contrastava o da do Imperador. Desse antagonismo fundamental deu-nos outra prova flagrante o fim da guerra contra o Paraguai Caxias entendera que chegara a hora de por-se-lhe magnânimo remate, após as sucessivas vitórias que presidira e haviam reduzido a uma escassez manifesta as tropas e os recursos bélicos de Solano Lopez.

O Imperador confiou o comando do exército em operações ao Conde d'Eu, que em Aquidaban foi ás do cabo.

areias da perigosa Barra do Canal do Norte, cuja desobstrução já lhe era o máximo dentre os muitos problemas que lhe cumpria resolver.

Seu commercio avolumou-se. Exportou mais que importou. Do saldo em ouro desse balanço, tirou com que pagar os débitos sob o encargo dos quaes se votara com decisão efficacissima ao renascimento maravilhoso de sua capacidade produtora.

E, o que é mais, em pleno regimen da centralisação dinástica, eximindo-se ao contágio do avariado meio-circulante do Império, manteve o seu, de valor estavel, porque inteiramente constituido de metaes amoedados, procedentes dos norte-americanos, dos chilenos, dos bolivianos, dos rioplatenses, de várias outras origens, até das províncias compatricias, como a dos paulistas e outras, que lhe não vinham tão pouco comprar a produção desmunidas desses instrumentos substanciaes da permuta mercantil.

Cerca de três lustros vinha durando esse operoso esforço reconstrutor. Ainda assim, o povo gauchó, no conceito de S. M. continuava a ser o rebelado insubmisso do decênio sem par.

E' que o imperador tinha o perdão duro... E quando perdoava, não anistiava. Não o advertiu, êle próprio, com o seu famoso: "Perdão mas não esqueço" — ao exonerar, posteriormente, de culpa e pena, em uma hora também histórica, dois preclaros prelados da Igreja, ainda sob a superintendência do Padroado, de que só a emancipou o advento da República?

Por mais que já houvesse o povo gauchó acumulado provas sobre provas de seu incontrastavel pacifismo, não se demoveu S. M. do propósito inveterado de reduzi-lo á obediência passiva do escravizado.

A tal ponto, nesse malfadado empenho, levou o exagero de suas manifestações e atos hostis ao espírito liberal inamolgavel do povo riograndense, que êste, como em 35, ter-se-ia, de novo, atirado ás vicissitudes da guerra, si a oportuna formação do Partido Liberal Histórico, que tantas esperanças lhe despertou, não o houvesse predisposto a aguardar-lhe a ação doutrinadora e combativa, de todos os instantes, em prol de um Rio Grande dono de si mesmo, num Brasil confederado.

De que, realmente, êsse foi o objetivo primordial do partido novo, cuja importância consideravel na manutenção das opiniões livres fôra crassa insensatez desconhecer, sobejam demonstrações robustas.

Proclamaram-no desde a primeira hora seus conspícuos iniciadores. Confirmaram-no seus sucessivos aderentes, tão merecedores como aqueles, pelo caráter e talentos.

Mas, tanto quanto essas manifestações desassombradas, senão mais que elas, confirma-nos a tradição oral de, naquela fase do Império, haver-se afirmado o republicanismo gauchó sob a fórmula de partido político de transição.

Recorda-lo-emos, concisamente, em artigo subsequente.

Inácio de Vasconcelos, exímio jornalista e poeta, J. M. França, legista de valor e magistrado íntegro, ambos conterrâneos de Felix da Cunha, sociólogo de raça, ensinaram-me que com outros conterrâneos, sob a inspiração comum e direção de Felix da Cunha, haviam fundado um clube político secreto, cujo fim era o de promover o reatamento da luta pelos ideais da República de Piratini e de faze-lo triunfar definitivamente.

Dissuadiram-nos, porem, de todo tentamen revolucionário, bravos batalhadores de 35, inclusive o íntegro Davi Canabarro, que em nome das forças farroupilhas subscrevera a paz de 45.

Daí a determinação que tomaram, com a audiência e conselho daqueles veteranos, de fundar um partido adaptavel ás exterioridades ou etiquetas da monarquia constitucional, mas genuinamente republicano, porque fundamentalmente orientado no sentido de evolver até á oportunidade de constituir-se a República, e, com a República, a descentralisação das províncias, tradicional anhelado de todas elas. Rejuvenescer o programa farroupilha e pacificamente propagá-lo, eis, por êsse testemunho fidedigno, a geratriz da nova agremiação continuadora evolucionária da obra de 35.

Na esfera política, bem se vê, a formação do Partido Liberal Histórico comprovou o mesmo bom senso e amor á ordem com que se houvera devotado o povo gaúcho, durante os tres quinquênios anteriores, á lida incessante da reparação de suas forças econômicas.

Vale, ainda hoje, sobretudo hoje, por uma lição sugestiva, a benemérita convergência dos legionários de 35 com os da nova geração republicana, completando-se numa compreenção uniforme das urgências sombrias daquela hora apreensiva e obstando se reabrissem as guerrilhas fraticidas que o Império porfiava em reabrir, sem compenetrar-se, tal o autoritarismo que o cegava, do risco de retrair, da barra do Chuí á foz do Mampituba, as fronteiras meridionaes do país.

Dentre os co-autores dessa convergência, Felix da Cunha, por todos apontado "primus inter pares", é vitimado, no apogeo da capacidade brilhantíssima, por pertinaz enfermidade, que lhe atormentava a vida objetiva, e passa á imortalidade, em 1865, aureolado da gratidão de seus compatriotas desolados. Suas exequias ecoaram na catedral de Pôrto Alegre com as proporções da apoteose cívica, galar-dão dos mortos que a si mesmos sobrevivem.

Seus egrégios companheiros, retemperando-se na dôr que lhes foi comum, ante o claro impreenchivel na fileira excelsa, redobraram de atividade proselitica, e a província, autonômica, com eles mais e mais, solidarisou-se.

Assim cumpriu-se a primeira fase do Partido Liberal Histórico, predestinado a transcorrer outras igualmente soerguidas aos aplausos da opinião.

Mas essa predisposição antibelicosa do povo gaúcho ainda não era a apropriada a angariar-lhe as boas graças do monarca, que lhe não tolerava a ousadia de haver lavrado, de igual a igual, com o poder dinástico, em 45, um tratado de paz, quando lhe cabia ter subscrito, de joelhos, uma confissão, pura e simples de vencido e humilhado, atitude única capaz de despertar a fibra da magnanimidade soberana...

Sorrir-lhe-ia, antes, um caso de contenda eventual, ali pelas fronteiras da Banda Oriental, entre gauchos, mesmo entre gauchos de um e outro lado da linha, que lhe facultasse o ensejo de pulverizar a sobrançeria daquela raça insubmissa. Lobrigara mesmo, em 63, o advento do almejado ensejo dada a situação dos riograndenses então assaltados, naquelas fronteiras, em suas vidas e haveres. Nessa esperança deixara agravar-se-lhes, de palanque, a sorte precaríssima, que os levava a decidirem-se a reivindicar, eles próprios, seus fóros conculcados, embora, sós, houvessem de tomar armas contra a governança desvairada do país irmão. Quando inteirado dessa deliberação, que lhe foi intimada por Antônio Neto, o mesmo general farroupilha da proclamação da República de Piratini, o Imperador caiu em si.

Confabulou com seus estadistas. O iminente conflito não lhe daria oportunidade para pôr a prova o seu orgulho vingativo. A ocasião não era azada para aplicar aos rebelados de 35-45 a punição correccional que arquitetara.

Compreendeu-o S. M. Compreenderam-no seus leais servidores. Inqueriram-se, reciprocamente. Deixar processar-se o conflito á revelia do Império — não importaria em sobre este vir a pesar por inteiro a responsabilidade de acontecimentos em que, senão sua integridade, pelo menos, sua política de prestígio ou hegemonia na Argentina, como no Uruguai e Paraguai, sossobriariam? Deixa-lo evolver sob a ascendência daqueles rebelados não importaria em concorrer para o renascimento das aspirações farroupilhas, republicanas, federativas, ao influxo de uma causa, indiscutivelmente nacional, que as prestigiaria em todo o Brasil? Não se lhes impunha a necessidade de contar com a valentia do gauchismo unido e resolutivo, em vez de exarcebá-lo até á revolta?

Tudo miudamente aquilatado, notadamente as inquietantes efervescências da política nas nações vizinhas, concluíram: "Antes a guerra com o estrangeiro do que essa guerra civil".

E lá se foi com destino a Montevidéo, o ilustre Saraiva, em missão do Governo Imperial. Ali apresentou-se com sua pasta de diplo-

mata interventor, munida de um ultimatum. Negociou, ao princípio, com o Governo Uruguaio. Obteve-lhe o assentimento de tentar com êle harmonizar o belipotente adversário Venâncio Flores, de quem, persuasivo, alcançou, também, que aceitasse sugestões para um acôrdo honroso.

Com êsse proceder o estadista brasileiro obedeceu ao conceito de que aquele Governo, com seu prestígio, por essa forma, restabelecido, coibiria, de sua própria iniciativa, as depredações e o banditismo, que estavam a desafiar o desforço dos gauchos rio-grandenses. E de que algo atestou-lhe a sabedoria do empenho conciliador, basta lembrar que o acôrdo que sugerira foi oficial e publicamente consagrado. Mas quando desse ato devera ter em mãos a confirmação autenticada, por parte do Governo Oriental recebeu Venâncio Flores a intimação inopinada de depôr as armas!

Foi a denúncia, feita ás pressas, com geral surpresa, do acôrdo salutar.

Recuo lamentavel, em que a circunspeção do Governo Uruguaio falhara com escândalo. De sua conduta êle só, entretanto, era o soberano juiz. Do seu ato, o único responsavel ante a nação que presidia.

Mas o Imperio, despeitado, pelo insucesso que, afinal, lhe co-roara a laboriosa intromissão em casa alheia recebeu-o como significativo de formal desapeço infligido á sua poltica de prestígio ou hegemonia, que muito tinha de aventureira e mais ainda de contraventora das normas de uma boa convisinhança.

“Não partira, ponderou o Governo Imperial, não partira Saraiva munido de um ultimatum? Que não mais contemporisasse; que dele lançasse mão.

O preclaro estadista praticou como se lhe determinou. Mas deu por terminada sua missão. E o Império, sem mais deter-se, interveio pelas armas na vida íntima da República Uruguaia, aquela fugaz Cisplatina, dos tempos de D. João VI. Com essa intervenção superexcitou contra si animosidades de longa data preexistentes. Principalmente as de Solano Lopez, que se arvorou em seu destemido concurrente ao serviço da Civilisação...

E' que Lopez, com efeito, outorgando-se a si mesmo e por si mesmo poderes de garantidor do equilíbrio platino, também tinha sua política de prestígio e hegemonia... Aceitou-lh'a o Governo Uruguaio, para libertar-se da do Império. Defrontam-se assim um com outro, o Império e Solano Lopez, na competição de civilisadores a ferro e fogo. Mas nem de suas forças de terra, aliás, originariamente instruidas por técnicos brasileiros, nem de sua esquadra, apressou-se Lopez em destacar um só soldado, um navio sequer, em auxílio ao

Governo Uruguaio, ameaçado em Paisandú, Salto, Montevideo e outros pontos. Nem tão pouco tal auxilio era-lhe verdadeiro escopo, immediato, capital mas o de ferir de frente e sem demora o imperial competidor. Aprisionou, á sua vontade, o "Marquês de Olinda", paquete em que viajava o presidente da longínqua província de Mato Grosso. Invadiu-a como se fosse, em seus sonhos de prepotente, terra baldia a anexar á extensão dos domínios que conquistaria com seu exército irresistivel...

A pouco espaço foi a vez do Rio-Grande, "o braço forte da unidade do Brasil meridional".

Em junho de 1865, Estigarribia á frente de milhares de paraguaios transpoz o Passo de S. Borja. Foi a pilhagem desenvolva. Foi a afronta ao solo nacional. O povo gaúcho correu ás armas. Deteve o invasor, que de zig-zag em zig-zag, depredando estâncias, até hoje não indenizadas, encurralou-se em Uruguaiana. Alí rendeu-se á discreção, sob as vistas do Imperador, que naquela hora, face a face, numerosos farroupilhas dos da rebeldia de 45 conjugados, numa só coluna combatente, a beneméritos outros compatriotas naquela mesma época, denominados legalistas, a repelirem, todos, do solo nacional o invasor audaz, uns e outros pelo porte varonil da raça, contrastando as genuflexões do subjugado a todo e qualquer poder descricionário. Caxias, o pacificador de 45, que os houvera uns e outros, por companheiros de armas na campanha externa de 1851, exultou ao depara-los constituindo, ante á investida de Solano Lopez, a única defesa efetiva da fronteira meridional do Brasil Unido.

"O governo imperial, agressor ou agredido — proclamara-o Bento Gonçalves em 1838 — nos fazia sempre marchar á sua frente; disparavamos o primeiro tiro de canhão e eramos os ultimos a recebe-lo."

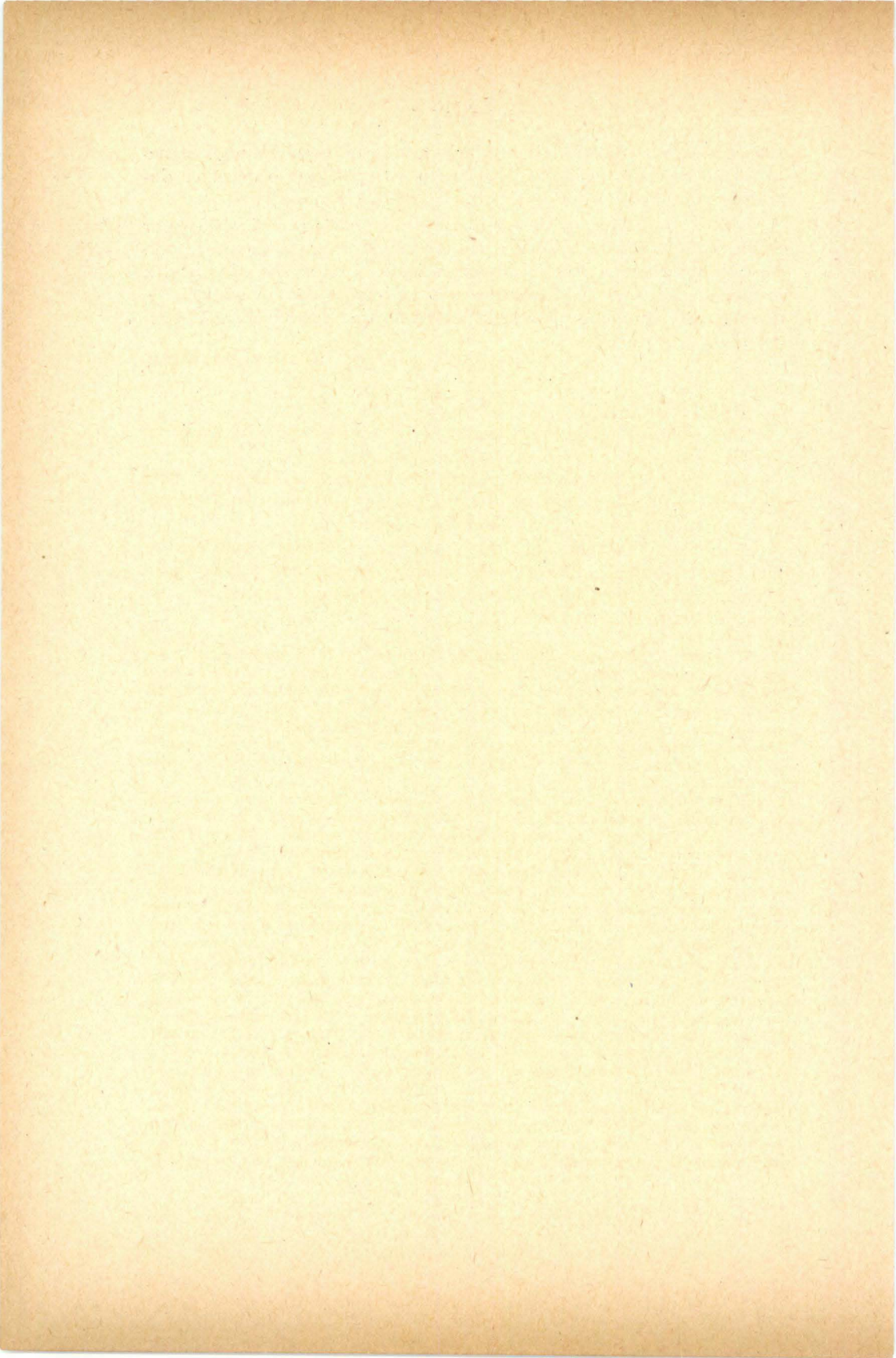
Incontrastavel confirmação desse conceito é a que resalta dos sacrificios feitos pelo Rio Grande durante a guerra do Paraguai. Nenhuma outra província o fez iguais. Circundado de louros, que a gratidão pública enalteceu, regressou em 1870 aos pátrios lares o exército nacional.

O gauchismo aclamou com ardor exceccionalmente comunicativo, seus soldados, seus generaes, restituídos ao torrão estremecido.

Excetuados raros deles, deram todos ao liberalismo histórico, continuador evolucionário do programa farroupilha, tão proeminente concurso que esse programa alteou-se á situação consolidada de legitima expressão da opinião dominante na província. Não lhe cumpria, entendeu esta, aderir ao manifesto republicano de 3 de dezembro de 1870, memoravel afirmação de princípios cardeaes que desde muito antes vinham sendo o escopo ou a finalidade irretratavel de sua política. Recebeu-o, pois, como a demonstração de que com

suas aspirações tradicionais solidarisavam-se os preclaríssimos signatários do histórico e dignificante apelo á nação, que o decorrer dos tempos consagrou o Evangelho da República Federativa.

Só em 1881, por se descortinarem tendências retardatárias, por parte do liberalismo histórico, em proclamar terminado o período em que agira como partido de transição, foi que se lhe dispertou a missão de legítimo representante das aspirações da terra gaucha e que aqui se fundou o partido republicano que fez legiões e venceu em 1889.



AQUIDABÃ

Prof. Walter Spalding

Dia 1.º de março...

Em 1845 foi assinado o tratado de paz entre republicanos e imperiais — *farrapos e camelos*, como então se dizia.

Em 1870, terminação da guerra do Paraguai (1865-1870), com a morte do ditador Francisco Solano Lopez, no arroio Aquidabani-gui, afluente do Aquidaban, em Cerro-Corá.

São dois os soldados do ilustre guerreiro General Correa da Camara que disputam a honra de ter morto Solano Lopez: o cabo Francisco Lacerda, vulgo Chico Diabo, que já passou à história, e o tenente Franklin M. Machado (1).

(1) — Na *Reforma*, n.º 243. de 27 de setembro de 1870, encontramos a seguinte interessante carta de Franklin Mena Machado. Eis a carta do tenente Machado: "O tenente Franklin Mena Machado, a bem do seu direito e justiça, precisa comprovar os seguintes itens perante quem de direito for; e nesta conformidade vem respeitosamente pedir a reconhecida retidão de V. Excia. que se sirva atestar acerca de cada um deles o que V. Excia. souber de vista ou de ouvidos, e o juízo que lhe merecer a exposição do suplicante e seu caráter e os seus precedentes:

O suplicante teve a honra de marchar às ordens de V. Excia. para a surpresa de Aquidaban, e na avançada sobre o acampamento do inimigo, destacando-se de V. Excia. na perseguição, teve a dita de reconhecer o ditador Solano Lopez, indo em companhia do tenente Alfredo Miranda Pinheiro da Cunha, do cabo Francisco Lacerda e do soldado João Soares, estes dois do 19 Corpo de Cavalaria. O ditador fugia a pé para o mato com dois ou três ajudantes de ordens, e o suplicante, de acordo com as ordens de V. Excia. para ser aquele perseguido a todo transe, entrou pelo mato a par de seus companheiros, enquanto de outro lado também o perseguiam. Chegados à barranca do arroio o ditador se arremessou por ela abaixo alcançando o espriado da outra margem. e fazendo-se frente, no momento em que nós também desfechávamos sobre a barranca deste lado. Vendo-o tão perto fez-lhe o suplicante um tiro de revólver, que tem inteira certeza de haver acertado, porque logo viu assomar sangue sobre o lado esquerdo do ventre do tirano. Secundou o tiro e o ditador então curvou os joelhos, e se deixou cair a meio corpo, na posição em que V. Excia. chegando instantaneamente, veio já encontra-lo. O fato desse ferimento não constitue em si mesmo uma distinção especial, foi um acaso feliz, que houvera podido acontecer do mesmo modo a qualquer de seus companheiros. Porem ao suplicante convem provar até a evidencia que essa sorte foi sua, e que se nem a V. Excia. disse nos primeiros dias, tendo a subida honra de ser um de seus ajudantes de campo, foi talvez por uma má e sobranceira apreciação do valor moral de semelhante fato, por impeto de

“Era uma linda manhã cheia de luz; 1.º de março de 1870”. Assim começa Assis Cintra a descrição do fato em seu artigo *O último tiro da guerra do Paraguai* (2).

modestia e desmedido acanhamento, mas não porque não se tenha dado, como acaba de referir o suplicante. Daqui a pedir a V. Excia. a honra de atestar ao suplicante:

1. Se o suplicante teve a fortuna de fazer parte do Estado Maior de V. Excia. e no mencionado combate, servindo como seu ajudante de campo antes e depois desse combate até 10 de abril findo.

2. Se no ato da avançada sobre o acampamento inimigo, foi V. Excia. servido dar ordem geral para ser perseguido o ditador Lopez, a todo transe, destacando-se por conseguinte todo o Estado Maior de V. Excia., para apurar a perseguição daquele.

3. Se me achou V. Excia. a seu lado no momento de expirar o ditador, apesar de ter-se adiantado V. Excia. só por outra banda.

4. Se os ferimentos mortais daquele foram de bala, ou de arma branca; se no lado esquerdo do ventre era ou não bem visível por nodosa de sangue.

5. Sendo o arroio barrancoso na sua margem direita, alto o barranco, e difícil a carreira pelos silvados do mato, julga V. Excia. provável que um homem corpulento, como o ditador Lopez, pudesse transpor, ferido no ventre, mormente no salto a que obrigava o barranco, sem ter caído logo.

6. Se o suplicante em todo o tempo que serviu com V. Excia. patenteou qualidades que mintam a explicação que dá de seu silêncio a semelhante respeito.

7. E finalmente, se tem V. Excia. conhecimento exato de quem fosse o matador do general Lopez, ou de versão mais aproximada ao que V. Excia. presenciou, que esta que faz o suplicante. — Etc.

O general Visconde de Pelotas respondeu-lhe do seguinte modo:

“Anuindo ao que me solicitou o tenente Franklin Mena Machado, atesto:

1. Que o suplicante fez parte do meu Estado Maior, no combate de Aquidaban, na qualidade de oficial às ordens do Quartel General, antes e depois daquele combate, até 10 de abril findo.

2. E' exato que dei ordem que fosse o ex-ditador perseguido, não sendo por certo que se destacasse todo o meu Estado Maior nessa perseguição, não me lembrando se o suplicante separou-se de mim nessa ocasião, ou antes.

3. Quando eu voltava ao lado do Marechal Lopez que acabava de expirar, é verdade que “vi o suplicante por detraz de mim” não sabendo desde quando “ali se achava”.

4. Os ferimentos que tinha o ex-ditador pareceram-me feitos “por arma de fogo e serem no ventre”.

5. O arroio Aquidaban é barrancoso na margem direita e despraiado na esquerda, parecendo-me natural que o Marechal Lopez sentisse muita dificuldade em desce-lo, se quando o passou já ia ferido, não sendo todavia impossível que o fizesse neste caso.

6. As qualidades que patenteou o suplicante quando comigo serviu, não desmentem as explicações que dá de seu comportamento relativamente ao que alega.

7. Não tenho conhecimento de quem fosse o matador de Lopez a quem encontrei já mortalmente ferido, quando cheguei ao arroio Aquidaban.

Em conclusão direi: faço do suplicante muito bom conceito pelo seu “procedimento e excelentes qualidades nunca desmentidas durante o tempo” que serviu “sob minhas ordens”.

Quartel General, Assunção 13 de julho de 1870. (a) O Marechal Visconde de Pelotas.

Lopez acampara nas margens do Amambai. Tornava-se aí necessario a construção de uma ponte para atravessa-lo. O trabalho era exaustivo, quasi impossivel. "Lopez na barranca, com as mãos de Mme. Lynch entre as suas, animava os desventurados soldados: — Trabalhai, meus filhos; é preciso salvar o vosso presidente. (3)

Lopez fazia-se humilde para que o resto de seus soldados não desertassem.

Do Amambai rumou para a fronteira, em direção a Chiriguelo. Ia ao encontro da morte.

Em meados de fevereiro, Lopez já estava encurralado e seus dias contados. O matricida não veria executada a sentença de morte que lavrara contra a própria mãe.

Acampado nas margens do Aquidaban, aguardava o ditador o resultado das observações que mandara fazer desde a vespera. Os seus *bombeiros* (esculcas) e patrulhas saíam, mas não voltavam. Lopez, acostumado já às defecções de sua gente, não estranhava mais essas coisas. E somente a isso attribuia a falta de noticias. Nunca imaginaria que tão perto dele estivesse o inimigo. E enquanto o tirano aguardava o resultado das observações que mandara fazer, resultado que, aliás, não vinha, porque todos os seus bombeiros e patrulhas ou fugiam ou caíam nas mãos das forças do General Câmara, este procurava cerca-los cada vez mais. E de tal modo manobrou que conseguiu "fechar todos os caminhos por onde pudesse Lopez escapar. Não possuía, nem havia cartas da região, mas as substituiu pelas informações dos vaqueanos paraguaios, perfeitos conhecedores do terreno" (4).

Assim, pois, estava Lopez encurralado no Cerro-Corá, crente de que ainda chegaria à Bolivia e assim escaparia a perseguição das forças aliadas.

Destruída, completamente batida a guarda última que mandára ao Passo da Taquara sob o conmando do Tenente-coronel Solís, graças a um soldado que conseguiu fugir, teve *El Supremo* conhecimento de sua situação gravissima. Alarmado com a notícia, tentou ainda evadir-se. Mas em vão. Era tarde de mais. As forças brasileiras acabavam de receber ordem de avançar e os comandantes Francisco Martins, Floriano Peixoto e Cunha Junior marcharam sobre Cerro-Corá. "Penetram pela mata que borda a picada e daí a pouco rompe a fuzilaria no passo do Aquidaban.

A fatal nova faz reinar uma confusão indescritivel no campo inimigo, aumentada agora pelo estrepido dos tiros naquele passo, estrepido que ali se ouve perfeitamente.

(3) — Visconde de Taunay: *Cartas da Campanha*, XIX.

(4) — General Dionisio Cerqueiras: *Reminiscencias da Campanha do Paraguai*, Cap. XXXII.

Entretanto o Marechal Lopez não perde a calma.

Imediatamente a cavalo, ordena que um de seus ajudantes vá a picada Chiriguelo chamar o General Rôa com as forças de seu comando, e depois faz avançar o general Delgado com alguma gente de proteção aos defensores do passo.

O Marechal não esquece a sua amante nem os filhos.

São os seus únicos afetos.

Para os outros sentimentos o seu coração é árido.

O ditador no meio daquele alvoroço que perdura, chama Resquim e ordena-lhe que retire dali Madame Lynch, os filhos e as senhoras Joana Carillo, Rafaela e Inocência.

Procuram-se alguns bois para as carretas.

A guarda da carreta de madame Lynch e confiada ao seu filho mais velho Coronel Juan Francisco Lopez e a um punhado de valentes oficiais.

Ao ataque do passo, o inimigo responde com metralha. O general então dá ordem de carregar.

Os lanceiros avançam a galope pela picada, e os nossos infantes e clavineiros que espingardeavam no passo os defensores deste, atiram-se ao rio com água até a cintura e investem bizarramente a margem oposta.

A metralha paraguiaia silva por instantes; mas, passa, felizmente, por cima da cabeça dos atacantes.

Os nossos chegam à margem oposta, tomam os canhões e matam à baioneta ou a sabre os defensores que não se querem entregar.

A fadiga dos nossos era imensa: eles tinham marchado a noite inteira, e já haviam tido a refrega da Taquara.

Assim, trasposto o Aquidaban e derrotada a guarnição do passo, eles tomam um momento de alento; mas muito curto porque aí vem um troço inimigo do acampamento, e extendido em batalha.

E' o general Delgado que, como dissemos, tivera ordem de vir reforçar os defensores do passo do Aquidaban.

Chega muito tarde.

Os nossos atiradores esquecem-se do cansaço; arrojam-se ao seu encontro; derrotam-no e perseguem os fugitivos até as proximidades do acampamento.

O Marechal vê, então, a gravidade do terrível momento. Um numeroso grupo de oficiais cerca-o e os mais intimos lhe aconselham que abandone o campo de batalha. Não os atende. Desnuda a espada; os oficiais fazem os mesmo, e à frente deles aguarda o inimigo.

É, em pequenas proporções, a reprodução do episodio da Guarda Velha no campo de batalha de Waterloo.

Entretanto, os lanceiros que haviam trasposto o passo com os clavineiros e infantes, penetram pela picada que precede o acampa-

mento inimigo, chegam à planície em cujo centro está o Marechal Lopez com seus últimos oficiais e soldados, e a inundam seguindo em vertiginosa carreira pelos flancos da força inimiga para tomar a entrada da picada de Chiringuelo.

Quando isso, tem lugar, o intrepido Coronel Silva Tavares que, à frente de um punhado de cavaleiros, havia seguido uma outra picada que ia morrer também naquela planície em que o inimigo tinha o seu arraial, avançava com os seus a toda a brida.

Poucos eram os companheiros de Silva Tavares.

Quatro apenas: o major Augusto Alvaro de Carvalho, o ajudante de ordens João Pedro Nunes, e o cabo Francisco Lacerda, por alcunha CHICO DIABO, e o clarim Zacarias Pacheco.

Ao entrar na planície, o bravo Silva Tavares vê logo a força à cuja frente está o Marechal Lopez.

Como investir o inimigo com tão poucos camaradas?

No grupo adversário estão pelo menos 500 homens.

Chegam, porem, mais alguns companheiros que reforçam o punhado de bravos. São o major Nunes Garcia, o capitão Antônio Cândido de Azambuja e mais algumas praças.

O grupo à cuja frente está o Marechal parece vacilar se deve ou não carregar o que com ele enfrenta.

Então Silva Tavares e os seus erguem vivas à nação brasileira e atiram-se àquela pequena floresta de aço, abrem caminho através dela ceifando à direita e a esquerda e logo intercetam também o caminho da retirada para Chiringuelo, em cuja entrada vão chegando ainda alguns bravos lanceiros da força que primeiro desembocara na planície, flanqueando o inimigo.

O ditador tem os seus momentos contados.

No embate da carga daquele pequeno numero de bravos, ele recebera uma lançada acima da virilha que lhe perfurára os intestinos (5).

O golpe lhe tinha sido atirado pelo cabo Lacerda, o Chico Diabo.

(5) — No atestado de óbito e necropsia feita em Solano Lopez (Cópia no arquivo da família do Visconde de Pelotas), declaram os drs. Manuel Cardoso da Costa Lobo e Militão Barbosa Lisboa, que o ferimento esse fora mortal e que fora "produzido por instrumeto perpuro-cortante no hipocondrio esquerdo, com uma polegada de extensão, dirigido obliquamente de baixo para cima, interessando a pele, o peritoneo, os intestinos e a bexiga". E' esse, por certo o de que se orgulhava o Chico Diabo. O coronel Bormann esposa a opinião geral. Merece porém, especial atenção o fato de ter sido o ferimento produzido por arma branca *de baixo para cima*...

NOTA — E' interessante e merecia ser aqui publicada, a questão da morte de Solano Lopez tratada no folheto AQUIDABAN PERANTE A HISTÓRIA, obra hoje rarissima, de autoria do Bel. major F. C. de Sam Tiago Dantas. Foi publicado em 1880, na cidade de Porto Alegre, sem designação do autor.

Guarnecida a picada de Chiringuelo, volta o bravo Silva Tavares e no momento em que surgem das outras picadas mais clavineiros na planície.

A confusão é espantosa.

Nas últimas cargas que destroçaram o grupo em que se achava o ditador, este retira-se do conflito seguido de dois companheiros. Ele corre à redea solta.

Uma nuvem de lanceiros e clavineiros o persegue, porque tinha sido conhecido pelo bravo major José Simeão de Oliveira, mais tarde General, que ao vê-lo afastar-se, gritára aos soldados:

— Lá vai o Lopez! Atirem, matem-o.

Estes gritos se sucedem. A cada um deles o Marechal olha para trás, e, quando não o faz, sente que não pára a perseguição porque ouve o galopar dos ginetes à redea solta e o crepitar dos tiros dos clavineiros e o silvo das balas.

Sempre de espada em punho, ele volteja a arma pelas ancas do ginete para que a velocidade crescesse.

À proporção que os clavineiros se aproximam dos três fugitivos aumentavam os gritos e o tropel.

Um deles tomba do cavalo com o craneo espedaçado por uma bala. É o ministro Caminos.

O Marechal chega afinal a um terreno em que é impossível galopar, porque o seu ginete atola-se a cada momento.

Então ele apea-se, despe a blusa que trajava e com o companheiro que lhe resta, segue para a mata, onde chega e desaparece.

Apenas o Marechal desaparecera por entre as árvores chegava o General Câmara a todo galope. Ele soubera pelo major José Simeão qual o rumo que tomara o fugitivo; apeou-se e seguiu pela mata.

O Aquidabaniguy estava próximo.

O Marechal Lopez não tinha perdido de todo o alento.

Teve forças para atravessar o arroio e procurava subir a barranca ajudado pelo companheiro que lhe restava e que lhe dava a mão. Debalde se esforçava. A vida se ia extinguido. (5-A)

Ele de novo faz um esforço; tenta subir cá, mas pouco depois ergue-se e a muito custo consegue trepar até o meio da barranca, donde tomba de joelhos.

O peito e o ventre estavam rubros, ensanguentados.

Quando ele cá de joelhos da barranca, o General Câmara chega ao arroio que então estava muito baixo e intima que se entregue porque a vida lhe será respeitada.

(5-A) — Seria possível ao marechal Lopez, ferido como estava, segundo se cria, e crêem ainda muitos, correr tão desabaladamente como o descreve o coronel Bormann?

O vencido, já moribundo, lança-lhe um olhar implacável do qual explodiam os últimos odios votados a seus inimigos e vibra contra o General uma cutilada de espada que não o atinge, exclamando, de joelhos ainda:

— Morro com minha pátria.

Aproxima-se um soldado do 9.º Batalhão e o General dá-lhe ordem de desarmar o Marechal.

O soldado agarra-o pelos pulsos. Tem, então, lugar uma luta.

O marechal procura conservar a espada; mas o soldado esforça-se para toma-la; os contendores caem, erguem-se de novo e prosseguem a contenda.

Outro soldado, que se aproxima e que vê aquela cena, aproveita um momento em que o ditador se desprende do adversário, aponta-lhe a arma, atira e a bala vai direita ao coração do tirano (6).

Ele caiu: exalou um suspiro e um jorro de sangue lhe golfou rubro pela boca e pelo nariz.

Estava morto". (7).

* * *

Tendo a data de 1.º de março estreita relação com a figura empolgante do brioso General José Antônio Correa da Câmara, depois Visconde de Pelotas, cabem muito bem nesta resenha algumas notas sobre o glorioso filho do Rio Grande do Sul.

Não queremos, aqui, reivindicar as calúnias de que foi vítima desde 1889 até nossos dias, quer como oficial, quer como político.

O gal. Mário Barreto, Aquiles Porto Alegre e Souza Docca, entre outros, já o defenderam. Queremos, apenas, dizer quem foi o Visconde de Pelotas citando o que dele disseram seus contemporâneos.

Nem mesmo aqui cabe uma completa biografia.

* * *

Nasceu o Visconde de Pelotas na cidade de Porto Alegre no dia 17 de fevereiro de 1824. Mocinho ainda, com 15 anos apenas, em 1839, quando simples cadete, incorporou-se voluntário às forças im-

(6) — No atestado citado na nota 5 lê-se também: "Finalmente, um ferimento produzido por bala de fuzil, na região dorsal, tendo uma só abertura, ficando conservada na caixa toraxica a bala". Este deve ser o ferimento cuja autoria reclamou o Tenente Franklin Machado, conforme se lê na nota 1. No folheto AQUIDABAN PERANTE A HISTÓRIA abre o autor uma profunda dúvida sobre a autenticidade da façanha de Chico Diabo. Diz o autor: "Soldado brasileiro, cioso da glória de nossas armas, não daremos por averiguada uma ocorrência que não foi e nem será jamais provada" (pág. 47).

(7) — Coronel José Bernardino Bormann: *História da guerra do Paraguai*, vol. 3. Cap. VII.

periais que então combatiam, na província, os republicanos de 35. Serviu aí, sob as ordens do Brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto. Por seu tino militar, inteligência e bravura, conseguiu, nesse mesmo ano ser promovido a 2.^o Tenente.

Com 21 anos, isto é, logo depois de feita a paz em 1845, foi promovido a 1.^o Tenente.

E daí por diante foi subindo sempre, elogiado e querido por todos os seus superiores.

Capitão em 1852, ao terminar a guerra contra Rosas; major em 1863, durante a campanha do Uruguai; tenente-coronel em seguida à tomada de Paissandú; Coronel em Curuzú e Curupaití; Brigadeiro em Avaí, recebeu em Aquidaban, contando somente 46 anos de idade, a patente de Marechal e o título de Visconde de Pelotas.

José Antônio Correa da Câmara era filho legítimo do coronel José Antônio Fernandes Lima (8) e D. Flora Correa da Câmara, filha do 1.^o Visconde de Pelotas, o General Patricio José Correa da Câmara. (9) Faleceu no Rio de Janeiro com 79 anos e 6 meses, a 18 de agosto de 1893.

O que fez o general José Antônio da Câmara, Visconde de Pelotas, deixaremos resumido nas frases de ordens do dia, cartas e livros de colegas, superiores, inferiores, amigos e inimigos.

Não obedeceremos, portanto, à ordem a que um estudo acurado, nos obrigaria. Citaremos a esmo tudo quanto temos à mão e que o pouco tempo de que dispomos para coordenar estas notas nos permitiu colher quer nos livros quer no vasto arquivo da família Câmara. Cartas, bilhetes e telegramas inéditos, além de um diário de campanha, deverão figurar numa biografia completa que espera autor.

(8) — Em nota ao seu estudo sobre o *Visconde de Pelotas* (Revista dos Militares), assim resume Souza Docca a vida do Coronel José Antônio Fernandes Lima: "Veterano e herói das campanhas de 1819 a 1820, de 1822 a 1823, de 1825 a 1828, do decênio farroupilha, de 1851 a 1852 e do Paraguai, onde serviu até 1868, com distinção". Era rio-grandense, nascido em 1803 e falecido em agosto de 1878. Pai do general Rafael Fernandes de Lima que tomou parte saliente na campanha das Cordilheiras e foi chefe de polícia do Rio Grande do Sul em 1890.

(9) — Em seu livro GUERRA DE ARTIGAS, o sr. Gustavo Barrozo diz erradamente: "Coronel Bento Correa da Câmara, cujo filho, o Visconde de Pelotas ultimaria o derradeiro caudilho do Prata; (*A batalha de Catalan*). Este BENTO é irmão de Patricio José Correa da Câmara, oficial portuguez que tomou parte na guerra contra Artigas e após a proclamação da independência do Brasil declarou-se brasileiro, sendo em 1825, por serviços prestados, agraciado com o título de Visconde de Pelotas. Faleceu com o posto de Marechal. Bento é, pois tio-avô do genral Câmara. Quanto ao Visconde de Pelotas (2.^o) assinar-se *Correa da Câmara* (sobre-nome de sua genitora), em vez de *Fernandes Lima*, explica-se pela grande, profunda admiração que tinha por seu avô materno. Foi essa mesma admiração que o fez declarar ao governo imperial ao saber que queriam agracia-lo com o título de Visconde de Aquidaban ou Cerro-Corá que lhe dessem, em vez de um desses o de *Pelotas* porque já fôra o de seu avô.

Na grande batalha do Avaí, quando Correa da Câmara era ainda coronel, ao prestar continência ao bravo Marechal Duque de Caxias, este, correspondendo à continência, exclamou:

— GENERAL, felicito-o pelas suas brilhantes cargas.”

Dias depois, um decreto imperial promovia-o ao posto de Brigadeiro.

Foi ainda nesse renhido combate que Câmara, voltando para o major Floriano Peixoto, disse:

— “Aguente-se, comandante, que a vitória é nossa”.

E foi realmente.

Ainda sobre a ação do coronel Câmara em Avaí, assim se expressou o coronel J. L. da Costa Sobrinho (OPINIÃO NACIONAL, de S. Paulo, de 19 de agosto de 1893): “O coronel Correa da Câmara tinha salvo da morte os comandantes, oficiais e soldados dos batalhões 36 e 44 de voluntários e pelo seu denodo e energia impediu que se consumasse a nossa derrota, dando tempo a que chegasse o grosso do nosso exército, declarando-se em nosso favor a brilhante e gloriosa vitória do Avaí”.

Em carta, ainda inédita, sobre o sucesso de Aquidaban, escreveu-lhe Caxias: “Não me surpreenderam os seus feitos em Cerro-Corá e a prova é que quando aqui cheguei do Paraguai, perguntando o Imperador o que eu julgava dos generais que tinha então deixado no exército, eu não tive a menor dúvida em lhe responder que a melhor cabeça militar que tinha aí deixado era infelizmente a do brigadeiro mais moderno, pois si não fosse, seria sem dúvida o que eu teria proposto para me substituir”. Alude aí Caxias à promoção de que Câmara fora alvo semana antes.

Noutra carta datada de 14 de maio de 1870, escreveu-lhe o Marechal Duque: “Si em Lomas Valentinas o tivesse o meu flanco direito na noite de 21 de dezembro, talvez nesse dia tivesse terminado a guerra”.

E Osório, a bronzea encarnação de nossa raça, baleado na boca, não podendo falar, e cheio de dores, entusiasmado escreveu num pedacinho de papel que lhe mandou entregar por Mena Barreto: “Câmara é um bravo inteligente”. Este fato passou ainda em Avaí.

O Conde D’Eu, ao traçar o plano da campanha das Cordilheiras, disse, referindo-se a Câmara: “Não insisto, porque confio mais em V. Excia. do que em mim mesmo”.

E ainda em outro boletim de instruções, escreveu o Conde D’Eu:

“E’ escusado que as presentes instruções entrem em mais detalhes sobre o modo de conseguir-se o que fica dito; pois o conhecimento que o Brigadeiro Câmara já tem daquela região e o tino e

atividade que sempre tem mostrado nas comissões de que tem sido encarregado dispensam perfeitamente mais especificações. (10).

São ainda do Conde D'Eu os seguintes tópicos: "Tudo quanto eu poderia dizer a V. Excia. do meu agradecimento é pouco em relação ao que sinto e ao que V. Excia. merece. Basta dizer que a V. Excia. se deve unicamente o grandioso resultado que há tanto tempo precisavam e em vão esperavam o Imperador e a Nação. Enfim para tudo e por tudo confio em V. Excia." (Carta de 4 de maio de 1870) Terminando direi que quando eu não tivesse colhido outro resultado de meus trabalhos, dar-me-ia por satisfeito em ter feito brilhar e evidenciarem-se pela pratica os notáveis talentos do brigadeiro José Antônio Correa da Câmara, em quem o Brasil tem hoje em dia um general ainda no vigor dos anos e capaz de levar a cabo os mais árduos cometimentos e de honrar a sua pátria perante o mundo civilizado". (Ordem do dia após a jornada de Aquidaban).

O Visconde do Rio Branco assim lhe escreveu em 1870: "Eu só me ufano de uma cousa: é de ter profetisado a Vossa Excelência que lhe estava mercedamente designada a mais brilhante coroa de louros das que os nossos bravos generais conheceram nesta guerra".

Taunay, o ilustre autor da RETIRADA DA LAGUNA, em carta ao General Câmara, disse-lhe: "Ao passo que V. Excia. dava conta daquela difícil tarefa (refere-se à Campanha das Cordilheiras) manifestava à nossa pátria que ela tem um chefe de exército que para o futuro poderá guia-la nos combates. V. Excia. satisfaz a um tempo a ansiedade do presente e as aspirações do futuro. Salve general. A frente de V. Excia. engrinaldou-se não com os louros classicos da vitória, mas com a gratidão nacional. O triunfo foi todo moral e imenso para a posteridade. V. Excia. colocou-se acima das apreciações dos seus contemporaneos e reservou para si o juizo da história. V. Excia. mediu a palmas a distância do norte do Paraguai, esses palmas são hoje passos de gigante".

Nas suas CARTAS DE CAMPANHA (IV-VI-VII-XIV-XVI-XXI e outras) o Visconde de Taunay refere-se à ação do general Câmara na guerra contra o ditador paraguaio, elogiosamente sempre. Na carta VI, por exemplo, diz Taunay tratando da expedição ao Jejuy: "O general Câmara desempenhou a missão com felicidade, comparavel à sua pericia e bravura, e não desmereceu da confiança que seu passado soube inspirar". E na carta XVI: "O general Câmara não descansa. Preenche completamente a expectativa de todos, corres-

(10) — Conf. o folheto AQUIDABAN PERANTE A HISTÓRIA. A página 47, referindo-se ao general Câmara, diz o autor: "O merecimento de um General não se mede pela bravura. Mede-se principalmente pela ciência das concepções no vasto teatro em que opera. Essa ciência mostrou-a o general Câmara incontestavelmente".

pondendo à plena confiança que nele deposita o Príncipe e creando verdadeiros admiradores entre os seus subordinados.

“O Brasil muito deve reparar nas operações que se passam no distrito da Conceição. Os talentos que desenvolveu Câmara são prova de que a última fase da guerra veio revelar ainda um general que planeja, executa e vence. Aproveita, a-pesar-das grandes distâncias, os menores erros de seus adversários”. Esta carta de Taunay trás a data de 15 de janeiro de 1870.

Referências não menos lisongeiças e justas encontram-se nas **RECORDAÇÕES DE GUERRA E DE VIAGEM**, do mesmo autor.

Poderíamos citar ainda o General Dionisio Cerqueira que em suas **REMISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI**, diz entre muitas outras coisas isto a respeito do general Câmara: “As acertadas manobras, de pequena guerra ordenadas pelo ilustre Câmara revelavam não só a habilidade, como decisão e rapidez. Nenhum dos seus pares lhe levaria vantagem. Ele e o príncipe salientaram-se por qualidades preciosas de comando”. (pág. 348).

Note-se que citamos a esmo.

Tambem o coronel José Bernardino Bormann não lhe regateia elogios e aplausos. Na sua **HISTÓRIA DA GUERRA DO PARAGUAI**, seguidamente topamos com trechos como este, mormente no 3.º volume: “Era mais um testemunho da grande confiança que o general em chefe depositava na capacidade militar do general Câmara”. (pag. 124 — 3.º vol.) Bormann trata, aí, da modificação de um plano traçado pelo Conde D’Eu e que o General Câmara achou conveniente alterar porque julgava que assim podia irremediavelmente “por termo à luta aniquilando os últimos oficiais e soldados do Marechal Lopez”, o que em verdade sucede dias depois.

E mais, muito mais poderíamos citar. Mas basta. Façamos ponto com a frase de Resquim, o general paraguaio preso pelo general Câmara: “Desde el momento de obtener el triunfo, el general Câmara en Cerro-Corá, prodigo a los desgraciados prisioneros paraguayos quantos recursos estaban a su alcance, con una bondad y actividad propia de un hombre valiente y militar civilizado”.

Esta frase de inimigo vencido, e inimigo ainda depois de finda a guerra porque nos caluniou, bastava por si só para consagrar um homem. Além do que Resquim foi um dos mais valentes, inteligentes e briosos oficiais de Lopez.

O que ficou disto, cremos, é mais que suficiente para mostrar quem foi o general Câmara como soldado, e o bastante para, mais uma vez, destruir a tentativa infeliz de Mucio Teixeira em seu panteon de inverdades (porque nele o que não é falso é falho) pretendendo derrocar a honra, a glória e a fama de um homem que mereceu as maiores provas de confiança dos maiores guerreiros de seu tempo no Brasil.

História Da Introdução Do Gado No Rio Grande Do Sul

Cristóvão de Mendoza ou Manuel Gonçalves Ribeiro ?

Pelo Pe. Luís Gonzaga Jaeger, S. J.

No ano de 1941, nosso Instituto recebeu o seguinte ofício, que deu origem a um interessante debate, que, a pedido da Redação da nossa REVISTA, ora damos à estampa.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO R. G. DO SUL.

Avenida Borges de Medeiros, 543.

Pôrto Alegre, 8 de julho de 1941.

Ilmo.º Sr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do R. G. do Sul, N/CAPITAL.

Estando esta Federação promovendo estudos no sentido da instituição de uma data em que se evoque, em todos os rincões do Estado, a tradição do nosso estancieiro, venho solicitar o pronunciamento dêsse colendo Instituto, quanto aos dois seguintes pontos :

I. Qual seria a data histórica a escolher, com êsse objetivo; e

II. Qual seria o nome mais significativo, se — estancieiro, fazendeiro ou criador, visando em tudo fortalecer os laços que nos ligam ao passado.

Muito grato ficaria ainda se recebesse, até o dia 15 do corrente, solução à presente consulta, pela qual desde já envio meus agradecimentos.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar-vos protestos de elevada estima e da mais distinta consideração.

(ass.) Vasco Alves Pereira,
Membro do Conselho Deliberativo
no exercício da Presidência.

Três dias depois, o Dr. Leonardo Macedônia, presidente do I. H. e G., entregava às Comissões de História e Folklore a mencionada carta, solicitando o parecer com a possível brevidade.

Obedecendo a essa ordem, sob a data de 15 de julho de 1941, era entregue ao Dr. Leonardo Macedônia a resposta que se segue :

PARECER DAS COMISSÕES DE HISTÓRIA E FOLKLORE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, a respeito da consulta que lhe dirigiu o sr. **Vasco Alves Pereira**, em nome da **FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES RURAIS DO R. G. DO SUL**, solicitando um pronunciamento acêrca dos seguintes pontos :

I. Qual seria a data histórica a escolher em que se evocasse em todos os rincões do Estado a tradição do nosso estancieiro; e

II. Qual seria o nome mais significativo, se — estancieiro, fazendeiro ou criador, — visando-se em tudo fortalecer os laços que nos ligam ao passado.

“Sendo historicamente provado que a primeira entrada de gado vacum no Estado do Rio Grande do Sul efetuou-se através do rio Uruguai, constante de uma tropa de mil cabeças, comprada em Corrientes, do fazendeiro português Manoel Cabral de Alpoim, e trazida de lá pelos missionários jesuítas Padres Cristóvão de Mendoza e Pedro Romero na primeira metade do ano de 1634, gado que foi distribuído entre as “Reduções” então existentes em nosso Estado, onde veio a medrar prodigiosamente, somos do parecer que o ano de 1634 deve merecer a preferência a qualquer outra data e que o nome de **Cristóvão de Mendoza**, que tombou martir da fé em 26 de abril de 1635, no alto rio Piaí, entre Caxias e São Francisco de Paula, seria o nome mais indicado para ligar o passado com o presente, pois que foi o nosso primeiro tropeiro e fundador da nossa opulência pecuária.

Quanto ao segundo item, relativo à nomenclatura, as nossas investigações nos revelam que o nome de **Estancieiro** é o mais histórico e simultaneamente o mais expressivo.

Pelas Comissões de História e Folklore.

(ass.) **Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.**
Luiz Carlos de Moraes”.

Dias após, o Cap. De Paranhos Antunes, um dos sócios mais ativos do nosso sodalício, que não pudera acompanhar os estudos da mencionada Comissão, discordando do parecer acima transcrito, elaborou outro dêste teor:

CONSULTA-NOS a Federação das Associações Rurais do R. G. do Sul o seguinte :

a) — Qual seria a data histórica própria para se evocar em nossos rincões a tradição de nosso estancieiro ?

b) — Qual o termo mais significativo para denominar o pecuarista gaúcho — estancieiro, fazendeiro ou criador?

Após ligeiro estudo do assunto somos do seguinte

P A R E C E R

Para se comemorar em todo o Estado o dia do Estancieiro, opinamos pela escolha de uma data, que recorde a tradição de nossos antepassados lusitanos. Si, na formação das primeiras estancias de gado, os Jesuitas espanhóis, que fundaram os povos das Missões, tiveram prioridade sobre os portugueses, formando a Vacaria do Planalto, ao Norte, e as "Vaquerias del Mar", ao Sul, nada temos que ver com essa prioridade e sim com a penetração e fixação em nosso território dos primitivos estancieiros, nossos antepassados. Afora navegadores portugueses, que visitaram a nossa costa a partir de 1500, com o ciclo das Bandeiras paulistas, muitas foram as expedições que penetraram o coração do Rio Grande, paralelamente á penetração espanhola.

O caminho para a fixação lusitana no solo gaúcho abre-se a partir de 1725 com a entrada dos lagunistas.

O General Borges Fortes em seus brilhantes estudos sobre esta fase do Rio Grande primitivo, frisa bem o assunto. Vale a pena a transcrição de um trecho do trabalho desse pesquisador patricio: "Foi da pequenina Laguna que partiu a frota de Magalhães em 1725. Com ela se fazia a ocupação do Rio Grande, inicia-se o comércio de gados que seria até hoje a principal riqueza da região do Sul. Não há entretanto núcleo de povoamento nem radicação de famílias na terra disvirginada. A frota prepara o advento das invernadas. Abre-se o caminho para as tropas de 1727 a 1732. Essa comunicação é o sacrificio da devotada Laguna. Está fadada ao depreciamiento; sobre a sua população se exerce poderosa atração para as plagas do Continente, a nova terra da promessa. O éxodo iniciado em 1733 é o povoamento do Rio Grande, é a fixação, é o surto da estancia. São da Laguna os primeiros estancieiros".

O ciclo das tropas é o das INVERNADAS; a fixação representa o ciclo das ESTANCIAS.

Mas, como notou o nosso saudoso confrade, Fernandes Bastos, esta distinção é um tanto sutil, porque, diz ele: "E' certo que sómente a partir de 1732 é que começaram a ser expedidas as primeiras cartas de sesmaria; mas, incontestavelmente, já existiam muito anteriormente estabelecimentos espalhados pela Costa que eram verdadeiras ESTANCIAS e não simplesmente currais e invernadas de ocupação transitoria".

Teve toda a razão o escritor citado, porque, naqueles tempos, quando o cidadão requeria uma sesmaria, em geral já estava há muito na posse da terra, que procurava então legalizar.

Muito embora a fixação das primeiras estancias tenha se dado antes de 1732, o que nos interessa é a parte legal, a data oficial, em que foi doada a primeira extensão de campos em territorio gaúcho, e, pela ordem cronológica, a mais antiga doação de que temos no-

ticia é a que foi feita em 25 de Outubro de 1732, nos campos de Tramandaí a Manoel Gonçalves Ribeiro, conforme copia do título respectivo, que anexamos ao presente. Isto exposto, podemos considerar Manoel Gonçalves Ribeiro, como um dos pioneiros na criação das primeiras ESTÂNCIAS gaúchas, e a data de 25 de Outubro de 1732, como digna de evocação, escolhendo-se esse dia para o "O DIA DO ESTANCIEIRO".

Resta-nos dizer algo sobre a escolha de uma das três palavras — ESTANCIEIRO — FAZENDEIRO ou CRIADOR — que melhor caracterize historicamente o proprietário rural que se dedica á pecuária.

A nosso ver, o vocábulo ESTÂNCIA é o mais característico, pois significa "morada fixa, residência, assento"... Além disso, os documentos desse período de fixação, na sua maior parte, falam sempre em ESTÂNCIAS. Assim numa informação de 1738, declara Antonio Gonçalves Chaves, que Francisco Pinto Bandeira, Bernardo Pinto Bandeira e Antonio Lopes Cardoso, são "todos moradores nas estancias".

Nesse mesmo ano, o Sargento Luiz Gonçalves de Souza refere-se a informações prestadas por "varios paisanos moradores nas estancias".

Seriam longos os exemplos.

No trecho de uma carta de Gomes Freire, cuja copia anexo ao presente, (*) lê-se também o uso da palavra ESTÂNCIA.

Por tudo isto, somos de parecer que se use o termo ESTANCIEIRO para designar o nosso pecuarista proprietário de campos, termo consagrado no nosso regionalismo e genuinamente nosso, o qual não se confunde com fazenda, que pode ser agrícola, como fazenda de café nem com criador, que é de uso relativamente recente.

O Relator: De Paranhos Antunes.

Os sócios que haviam apoiado o parecer emitido pelo Cel. Luiz Carlos de Moraes e Pe. Luiz Gonzaga Jaeger, obrigaram a êste último a elaborar uma defesa em regra do seu candidato, tarefa de responsabilidade, para a qual o próprio impugnador, no seu conhecido cavalheirismo, forneceu alguns dados valiosos, posto que continuasse defendendo seu próprio ponto de vista.

Antes, porém, de iniciar a leitura do meu trabalho, quero transcrever, a título de integridade documental nesse assunto, o que preliminarmente escreveu meu distinto confrade e "aliado", Cel. Moraes:

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO:

A Federação das Associações Rurais, a FARSUL, como abreviadamente é designada, pediu ao Instituto Histórico seu parecer sobre a época da fundação das primeiras estâncias no nosso território, com o fim de eleger uma data em que fosse comemorado

Nota (*)Essa carta vai no Apêndice dêste estudo.

pela classe rural o advento das atividades pastoris entre nós; e perguntava também, qual seria o designativo mais próprio ou o mais condizente com a finalidade dos estabelecimentos da criação de gado, si **estância** ou **fazenda**.

Sobre o último quesito não houve discrepância na comissão nomeada para opinar, tendo todos os seus membros optado pelo de **estância**, como o mais preciso e o mais usado entre os ruralistas. Surgiram, porém, votos discordantes do meu e do padre Jaeger, quanto ao primeiro. Opinamos, eu e ele, que aos jesuítas caberia a prioridade na fundação de tais estabelecimentos, visto que, em 1634, um século antes da penetração dos primeiros povoadores de origem lusa, já os inácianos introduziram o gado vacum e outros nas nossas terras, como se poderá ver na Coleção de Ângelis, existente na Biblioteca Nacional, conforme cita Aurélio Porto, em carta ao professor Dr. Roberto Simonsen, transcrito em anexos à importante obra "História Econômica do Brasil, de 1500 a 1820, τόμο 1.º", da autoria do ilustre catedrático paulista.

Si a FARSUL tivesse solicitado o parecer com ressalva de outros elementos que não lusitanos ou brasileiros no notável evento, teria eu opinado, não pelo ano de 1732, em que Manuel Gonçalves Ribeiro teve a concessão de uma sesmaria em território rio-grandense, mas sim, pelo de 1725, quando João de Magalhães, penetrando no Rio Grande, funda uma estancia em Tramandaí, e, daí por diante, os seus companheiros, semeariam estabelecimentos congêneres pelas terras recém ocupadas. Entendo que a verdade histórica deve ser isenta de preconceitos de raça, crença ou nacionalidade, para que seja honesta e sadia. Por assim pensar, não reconheço a prioridade da nossa gente na fundação das primeiras estâncias, e, daí o confirmar o meu voto, no parecer já apresentado ao nosso sodalício.

Si é verdade que das Missões, então não integradas no território rio-grandense, partiu a atividade pastoril que hoje constitue a principal fonte da nossa riqueza, não é menos verdade que dali saíram os primeiros piões que iriam, juntamente com charruas e minuanos, lidar nos rodeios e nas **volteadas**, inegaláveis no lidar com o gado e na amansadura do potro selvagem. O Rio Grande, cultuando a memória de índio Sepé, dando-lhe o nome de uma cidade e uma estação da nossa Viação Férrea, naturalmente não quis com isso louvar-lhe a ação de se opôr a que o território de Missões viesse a fazer parte do Brasil, mas sim como um símbolo de heroísmo de uma raça, recém emergida das selvas, e que veria mais tarde formar um dos filões da nossa estratificação etnológica.

Luiz Carlos de Moraes.

No dia 14 de novembro de 1941, em sessão plenária, realizada numa das salas do Museu de Julio de Castilhos, foi lido o seguinte trabalho, apresentado pelo confrade P. Luiz Gonzaga Jaeger, tese que ora se estampa enriquecida com algumas novas achegas e notas marginais:

CRISTÓVAO DE MENDOZA OU MANOEL GONÇALVES RIBEIRO ?

I.

Introdução do gado na costa central do Brasil

O primeiro vestígio de colonização animal na Terra de Santa Cruz, descobrimo-lo em Capistrano de Abreu (Capítulos de História Colonial, Rio de Janeiro 1907, p. 30, cit. por Max Fleiuss, IV Centenário da Fundação de São Vicente, Boletim da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1932, p. 17), onde lemos que certo português, João de Melo da Câmara, indignado pelo nenhum progresso da incipiente colônia do Brasil, ofereceu-se a El-Rei D. João III a "trazer numerosas famílias, bois, cavalos, sementes, etc."

Indeferiu o "Rei Colonizador" estas "propostas práticas e razoáveis (Capistrano, p. 30), confiando a Martim Afonso de Souza uma nova e poderosa armada, que zarpou de Lisboa em 3 de dezembro de 1530, equipada com todos os apetrechos e equipamentos possíveis. No entanto, ao examinarmos o minucioso "Diário de Navegação" de Pero Lopes de Souza, irmão e companheiro do donatário, obra reeditada em 1927 e ricamente comentada por Eugênio de Castro, nas passagens onde se enumera o variado carregamento não se encontra a mínima referência a rézes que houvessem sido embarcadas ou desembarcadas.

A insigne glória de importar o primeiro gado *vacum*, trazido da ilha da Madeira, juntamente com a cana de açúcar, caberia à espôsa de Martim Afonso, quando este já recolhera novamente ao velho Continente, ou antes à pessoa do vigário Gonçalo Monteiro, lugar-tenente dela durante 3 anos, como capitão-mor, governador e ouvidor da capitania de São Vicente. (Max Fleiuss, Apostilas de História do Brasil, 3.^a edição da Livraria do Globo, 1940, p. 60).

Em que ano se deu tão relevante acontecimento para a nossa economia colonial? Mas Fleiuss, na obra citada, p. 69 escreve: "Iniciou-se a criação de gado *vacum*, vindo da ilha da Madeira, com as primeiras canas de açúcar, desde 1538". Roberto C. Simonsen, entretanto, na sua "História Econômica do Brasil", ano de 1937, t. I, p. 229, diz textualmente: "D. Ana Pimentel, espôsa e procuradora de Martim Afonso de Souza, providenciou, em 1534, para que se introduzisse gado bovino na capitania daquele donatário".

Não fazendo parte do nosso programa a maravilhosa disseminação do gado pelo hinterland baiano e nordestino, trazido da ilha de S. Vicente (Cabo Verde) já ao tempo de Tomé de Souza, e descrito magistralmente por Capistrano nos seus "Caminhos antigos e Povoamento do Brasil (Rio, 1930, p. 78 e ss., e recentemente ainda por nosso confrade e ex-presidente Dr. Florêncio de Abreu, nos Anais do III Congresso Sul-Riograndense de H. e G. (vol. 4.º, p. 2133 e ss.), tornemos a ocupar-nos do gado vicentino.

Por motivos ignorados, a criação de bovinos evoluiu lentamente nesta capitania, e, ainda muitos anos após, o Padre Nóbrega recomendava parcimônia em seu consumo para que pudesse tomar maior incremento (Simonsen, I, 229).

O que maior quantidade de animais exigia era o beneficiamento do açúcar: trapiches e engenhos movidos por bois; carretas para o transporte de lenha e do mesmo açúcar, ocupando um número considerável de bois, em proporção talvez igual ao dos próprios escravos. Mas os que se dedicavam à extenuante indústria açucareira reclamavam para si, como alimento, carne de rez. (Simonsen, I, 229 e 230).

Nos primeiros tempos, os animais eram guardados em currais junto aos engenhos. Mais tarde, porém, crescendo sem cessar os rebanhos, foi-se preparando um conflito entre agricultores e criadores. Não existindo ainda o arame, que, hoje em dia, com tanta simplicidade prende os maiores armentos dentro de qualquer periferia, as rêzes invadiam as roças, sobretudo as da apetitosa cana de açúcar, provocando justificadas queixas e protestos. Chegou-se a um "modus vivendi", estabelecido por lei em 1701, pelo qual o gado deveria desaparecer do litoral numa faixa de até umas 10 léguas da costa, a qual ficava reservada exclusivamente para os engenhos.

Nessa penetração pelo Continente, os criadores tiveram que contar, naturalmente, com a presença do autóctone, o qual, se não queria entrar em aliança pacífica com os brancos, era por eles sumariamente expulso ou mesmo exterminado violentamente.

II.

Penetração do gado brasileiro no Paraguai

Não se havia afastado ainda o gado vicentino da costa atlântica, quando, pelo ano de 1552, se apresentou em São Vicente um grupo de espanhóis, vindos de Assunção, no intuito de comprar rêzes para o Paraguai, até essa data ine-

xistentes naquela região. Ofereciam em troca dos animais, não cunhas de ferro nem varas de fazenda, moeda com que se pagavam os índios, e sim quantidade de peças de ouro e prata, já lavradas, subtraídas aos silvícolas do Perú.

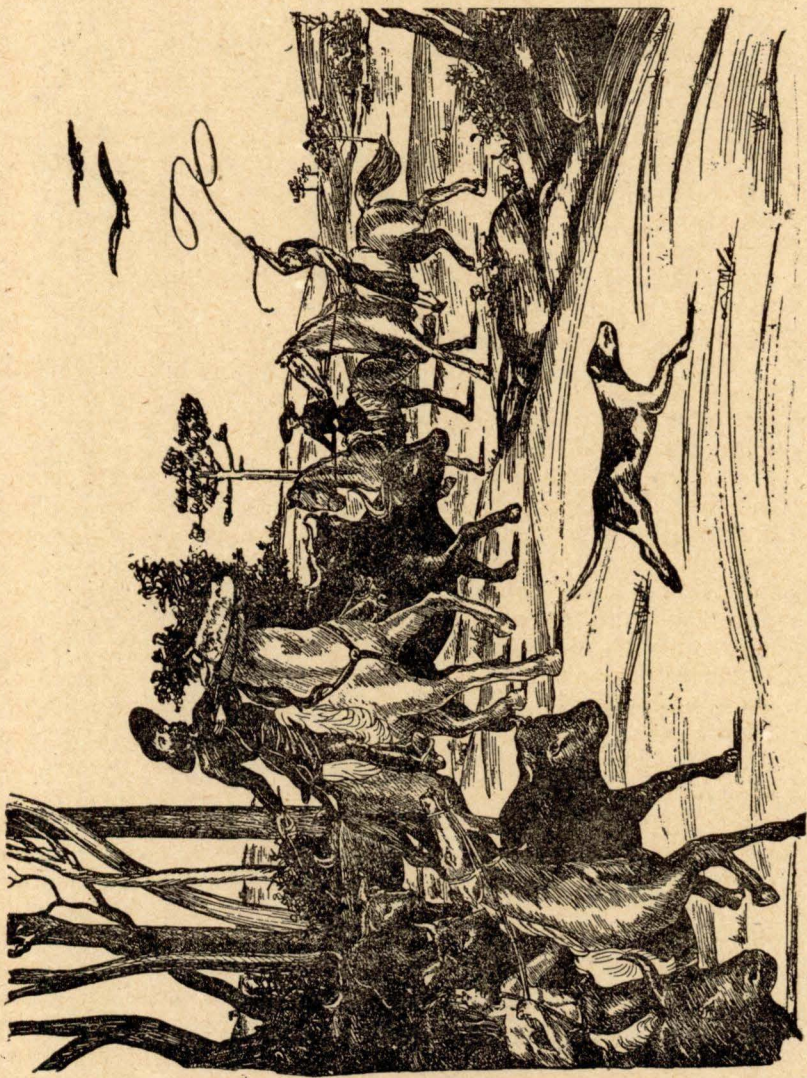
Adverte Emílio A. Coní, na sua "Historia de las Vaquerías del Río de la Plata" (1555-1750, p. 6), da qual tomamos estes pormenores, que as vacas de São Vicente deviam de valer uma fortuna, circunstância agravada pela secular emulação luso-espanhola, que não via com bons olhos que um fator tão importante de progresso, qual era o vacuno, fosse levado à colônia rival do Prata. À vista disso, a autoridade vicentina, — Coní diz que foi o "governador do Brasil", então Tomé de Souza, provavelmente consultado, — manifestou aos expedicionários que "sem licença expressa do rei de Portugal não se movia nem uma só vaca". (Coní, p. 6).

Desconhecemos as artimanhas de que se valeram os compradores de gado para contornar essa proibição existente ou inventada. Certo é que um belo dia, em 1555, voltavam os expedicionários para Assunção, tangendo na sua frente as chamadas "sete vacas de Góis", as quais, com espanto geral, alcançaram sãs e salvas o termo da acidentada e diuturna peregrinação atravez de inívios obstáculos, muita vez conduzidas em balsas pelos caudalosos rios.

Acêrca dêste lote de gado brasileiro, que merece o nosso mais acurado estudo, esclarece-nos um pouco mais nosso confrade Aurélio Porto, escrevendo em 1937 ao Professor Roberto Simonsen (op. cit. p. 296) que as sete vacas iam acompanhadas de um touro, conforme o asseverava o historiador Ruy Díaz de Guzmán (Argentina, 107), a cargo de um tal Gaete, que, pelo trabalho que teve em trazer as rêzes, recebeu uma vaca, de acôrdo com a prévia estipulação, aliás recompensa, então, verdadeiramente régia. Os vendedores parece terem sido os irmãos Cipião e Vicente de Góis, filhos de Luiz de Góis, dono do engenho da "Madre de Deus", no Enguaçu. Frei Gaspar da Madre de Deus, citado por A. Porto, afirma que Cipião evadiu-se mais tarde para o Paraguai, fato que nos leva à suspeita de que houve verossimilmente nessa transação de gado uma provável violação de algum dispositivo legal. ⁽¹⁾

Dado o rápido crescimento dêsse núcleo inicial, que em 1568, — quer dizer 13 anos após a chegada das primeiras

1) Veja a nupérrima "História das Missões Orientais do Uruguai" por Aurélio Porto, Rio de Janeiro, 1943, p. 163: "O ciclo do gado vicentino", e p. 169: "Fundação da pecuária de Assunção do Paraguai".



vacas, — se tornara um enorme rebanho, A. Porto opina que o número sete é simbólico, devendo na realidade ser multiplicado algumas vezes. E' possível que assim fôsse, contudo não resta dúvida que, sendo então ainda escasso o gado em S. Vicente, mais fácil seria adquirir apenas sete vacas do que 28 ou 35. (A. Porto, apud Simonsen p. 297).

No ano de 1569 (A. Porto, loc. cit. 297) ou mesmo já no anterior, se preferirmos a assertiva de Coní (op. cit. p. 6), houve no Paraguai introdução de um novo contingente bovino, trazido de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, pelo general Filipe de Cáceres, gado importado naquele país via Oceano Pacífico. Aurélio Porto lhe chama "pequeno rebanho", sendo que Coní o eleva a algumas centenas de cabeças, devendo ter sido propriamente de quatro mil, conforme uma combinação entre Filipe de Cáceres e a Coroa. Nada mais natural que os dois tipos se cruzassem no Paraguai para reforçar a espécie.

Nesse ínterim se levava a cabo outra introdução de bois na bacia do Rio da Prata, animais trazidos em 1557 e 58 via Coquimbo, no Chile, gado que possivelmente veio a misturar-se, no decurso dos decênios, com a raça radicada no Paraguai. Se assim foi, teríamos um produto de mistura de animais brasileiros procedentes da costa do Atlântico com outros dois de origem boliviana e chilena. Isto, porém, não passa de uma mera conjectura do autor destas páginas.

III.

Um problema difícil

Neste comenos já ia declinando a primeira centúria da conquista da América e raiando os albores do século 17, quando arribaram às plagas paraguaias os primeiros missionários da Companhia de Jesús, começando desde logo a projetar a luz da civilização cristã nas selvas que margeiam as abas dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Em 1626 firmou pé no atual solo rio-grandense o Beato Roque González de Santa Cruz, filho do nosso Continente, verdadeiro bandeirante da fé e iniciador do famoso sistema das "Reduções", ou sejam aldeamentos de indígenas cristianizados. Seu glorioso martírio ocorrido em 15-XI-1628, não conteve o avanço dos seus irmãos de hábito que penetraram bem fundo no coração do Rio Grande, constelando esta porção da América do Sul com uma série de Reduções na terra dos guaranís e tapes.

Nessa empresa, eminentemente humanitária, o primeiro passo era infalivelmente o de garantir aos neófitos a necessária alimentação, sem a qual abortava fatalmente toda tentativa de prender os silvícolas a lugar fixo, condição "sine qua non" para o sistema de catequese jesuítica. Todo ser humano, e mais ainda o selvagem, não tem o mínimo interesse por assuntos superiores enquanto não estiver satisfatoriamente resolvido o problema do corpo, nomeadamente o do estômago. Nosso índio, então, estando faminto, só tratava de fugir para a selva ou os rios em procura de coisa com que pudesse saciar a fome.

Até o ano de 1634, os missionários radicados no antigo Rio Grande se valiam quase que exclusivamente dos produtos agrícolas, reforçados por alguma caça ou pesca. Efetivamente, a agricultura, explorada racionalmente, ia dando resultados promissores, nomeadamente na redução de Santa Teresa da Serra, lá pelas cercanias da hodierna Passo Fundo, onde a abundância de cereais, grão de bico, milho e outros legumes era tamanha que lhes foi possível acudir generosamente, em certo ano de carestia, aos menos bem aquinhoados.

No entanto, neste Rio Grande do Sul, os padres aqui aportados viram-se desde o início a braços com um inimigo insuperável da agricultura, adversário que ainda hoje nos dá que fazer: os caprichos climatéricos. Ora eram enxurradas imprevisíveis, ora secas impiedosas que arruinavam com demasiada frequência as colheitas. As "Cartas Anuas" daquela época nos revelam que precisamente os anos que precederam ao de 1634 foram terríveis para as roças e hortas, comprometendo a estabilidade das Reduções. Urgia, pois, encontrar uma solução imediata para o magno problema.

O homem providencial que solucionou magistralmente essa incógnita foi um jovem e ardoroso boliviano, Padre Cristóvão de Mendoza, nascido por volta de 1589 em Santa Cruz de la Sierra ⁽²⁾, nas faldas orientais da Cordilheira dos Andes, alma eminentemente compassiva para com a sorte do desgraçado ameríndio, jesuíta que já terçara armas em defesa dos selvagens do Guaíra, contra a rapacidade da gente do preador Antônio Raposo Tavares, e acompanhara, como discípulo e companheiro do grande missionário peruano Antônio Ruiz de Montoya, o épico êxodo de doze mil guaranís transmigrados das bandas do Paranapanema para o sul do Paraguai, tendo visto e apalpado pessoalmente os inomi-

2) Aurélio Porto, em "História das Missões Orientais do Uruguai", p. 72 ss.

náveis atropelos, expoliações e injustiças de que eram vítimas os seus mínimos irmãos, por amor dos quais êle dera de mão a tôdas as honrarias terrenas para vestir a libré de Inácio de Loiola. ⁽³⁾

Cristóvão de Mendoza, pois, que viera ao Rio Gande em fins de 1631 ou princípios de 1632, e fundara em 1632 a primeira São Miguel na margem esquerda de um afluente do alto Ibicuí e se adiantara em 1634 até a bacia do Jacuí e Rio Pardo, tendo examinado as qualidades dos nossos campos e forragens naturais, persuadido da capacidade de êles alimentarem com facilidade grandes rebanhos, resolveu introduzir nesta terra privilegiada o gado vacuum.

Senhor Presidente e Confrades do I. H. e G. do R. G. do Sul, quer-nos parecer que nestes 3 séculos ainda não tem sido levado a efeito um empreendimento que maiores benefícios tivesse aportado ao nosso estado natal como êste. Com efeito, desde logo, a rez daria ao índio um alimento de primeira qualidade e de facilíma aquisição e tão apreciado por êle, que com um bom pedaço de carne levemente sapecada, nosso tape e guaraní estariam satisfeitos; a vaca forneceria o saboroso leite com todos os seus derivados; o boi daria um elemento trator insubstituível para a lavoira e o múltiplo transporte terrestre; iniciar-se-ia a magnífica indústria do couro, uma das mais rendosas da fase missioneira, sem mencionarmos o xarque, de gloriosa memória para os tempos mais recentes; e, por fim, proporcionaria — no qual reluz ainda a larga visão psicológica e pedagógica de Mendoza, — ao nosso guaraní, essencialmente indolente por natureza, uma ocupação tão agradável quão útil, qual era a vida das fainas de estancieiro e criador. Introduzindo o gado vacuum nas Reduções, Cristóvão de Mendoza lançou sem discussão a pedra angular da nossa pecuária, base sôbre a qual estriba, até hoje, a maior opulência da vida econômica sul-riograndense.

Com a intensificação da agricultura, que nunca foi abandonada, mas sempre floresceu nas “Reduções”, e pela generalização do gado vacuum no meio indígena, os padres da Companhia realizaram o prodígio da transformação rápida e feliz de bárbaros selvagens e antropófagos, pouco superiores às mesmas feras, em povo altamente agricultor e criador.

Ao Padre Cristóvão de Mendoza cabe incontestavelmente o mérito do primeiro impulso para êsse milagre étnico-social.

3) Luiz Gonzaga Jaeger, “O Herói do Ibíá”, Pôrto Alegre, 1943, p. 33 ss.

IV.

A entrada do gado no Rio Grande do Sul

Em 1940 o P. Serafim Leite, que atualmente está escrevendo a monumental "História da Companhia de Jesús no Brasil", deu a lume na Brasileira, vol. 194, um tômo intitulado "Novas Cartas Jesuíticas", entre as quais topamos uma de enorme interesse para um filho do Sul do Brasil, carta escrita pelo P. Jerônimo Rodrigues, na qual o missionista relata pormenorizadamente a sua dilatada correria realizada de 1605 a 1607, desde Santos até a costa nordeste do Rio Grande. Achando-se no térmo da peregrinação, isto é já pisando solo gaúcho, ao mencionar os costumes daqueles indígenas, traz esta frase que nos deixou perplexo (op. cit. p. 245): "E aquí nos contou um homem branco uma cousa lastimosa, que passou diante dêle, e foi, que trazendo um índio, honrado senhor de uma casa e muitos bois, uma peça a vender (quer dizer um índio capturado), estando-a vendendo, veio outro e ferra dêle, e vende-o aos brancos..."

A primeira vista parece afirmar-se aí que já em 1607 havia bois naquela parte do Rio Grande. Mas reparem que não diz que o dono dos bois morava no Rio Grande, mas apenas fala num índio senhor de uma casa e muitos bois. Onde se encontravam êsses bois? Não o revela a carta. Ademais, recordemos que os índios, como grandes crianças, eram inexatos em suas referências, se é que não mentiam abertamente. Aurélio Porto, a quem mostramos esta passagem, contentou-se com glosar a frase com um ponto de interrogação à margem do livro. De todas as maneiras, se realmente êsses animais já em 1607 estavam no Rio Grande, deviam de ser reduzidíssimos e de nenhuma influência cultural, desaparecendo novamente pela voracidade dos carijós e índios tubarões.

Outra novidade nos revela a leitura da esplêndida tese de Florêncio de Abreu, intitulada "O gado bovino e sua influência sôbre a antropogeografia do Rio Grande do Sul (Anais do III Congresso Sul-riograndense de H. e G., vol. 4.º, p. 2141), onde o autor nos descobre que já em 1634 existiam na Redução de São Nicolau algumas juntas de bois (de quatro a seis) empregados no transporte de materiais para a construção da igreja dêsse povo. Não eram, porém, reprodutores.

A. Porto, em magistral apanhado do seu próprio trabalho de grande fôlego, ainda inédito, sôbre a vida do P. Cris-

tóvão de Mendoza e outro acêrca das origens do nosso gado crioulo, resumo publicado recentemente no vol. II, p. 767 e ss. dos Anais do nosso III Congresso de H. e G., artigo que estamos explorando para êste parágrafo, prova que em princípios de 1634, não havendo ainda nenhum gado na banda oriental do Uruguai, o P. Cristóvão partiu em companhia do P. Pedro Romero, superior regional das Missões do alto Uruguai, em demanda de Corrientes, onde residia o forte estancieiro português Manuel Cabral de Alpoim, muito amigo dos jesuítas, que já estivera no Rio Grande cinco anos e meio antes, para castigar os rebeldes e assassinos dos 3 mártires rio-grandenses. ⁽⁴⁾

Compraram dêle um rebanho de gado, todo de cor escura, “de origem vicentina, proveniente do casco brasileiro que os irmãos Góis, quase um século antes, haviam introduzido no Paraguai” (A. Porto, loc. cit. p. 793). Não tendo, porém, os compradores, na sua pobreza, numerário suficiente, empenharam até as próprias alfaías das igrejas. Concertado o negócio, Cabral separou-lhes uma boa ponta de animais que orçariam por 1.500 cabeças. ⁽⁵⁾ Feitos agora legítimos tropeiros, os dois padres montaram satisfeitos, acompanhados com certeza de alguns bons vaqueanos de Cabral, empreendendo sem demora a volta, — ou antes diríamos a “entrada triunfal” nas Reduções.

De que jeito atravessaram o caudaloso Uruguai, que na altura das Missões já mede a respeitável largura de 800 metros? Seria pelo modo introduzido mais tarde no Brasil septentrional, descrito por Antonil-Adreoni, e repetido por Capistrano (Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil, p. 82), segundo o qual um dos que guiavam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando mostrava às rézes o vau por onde haviam de passar?” ⁽⁶⁾

De tôdas as maneiras, para um rio-grandense é ainda hoje, após 3 longas centúrias, um espectáculo emocionante, repleto de lances heróicos e maviosa poesia épica, contem-

4) Aurélio Porto, op. cit., p. 181.

5) Ibid., p. 183.

6) **Outro modo de passar o gado através dos rios:** “Quando querian trasladar mucho ganado de una a otra orilla de un río muy ancho e profundo, no es una persona, la que lo conduce, sino que dividen los bueyes, mulas, etc. en grupos y detrás y a los lados se colocan jinetes. Al entrar el ganado al río forman los jinetes como un callejón perpendicular al agua, más estrecho cuanto más cerca de la orilla, y hacen que el ganado entre al agua de uno o de dos en dos. Inician la entrada algunos caballos y otros animales mansos y detrás los más rehacios o salvajes. Tienen

plar extasiado em espírito êsses dois sacerdotes escarranchados no lombo de estropeados matungos, cobertos de poeira, maltrapilhos, expostos a tôda intempérie, atravessando impetuosos rios, cruzando serranias, matos, campos e banhados, vigiando e defendendo dia e noite, com solicitude sem par, durante semanas a fio, a sua rica tropa até vê-la posta a seguro nas hospitaleiras Reduções.

Coube a cada Redução o respeitável número de 99 animais. Graças ao cuidado todo especial dos missionários, "as vaquinhas se multiplicaram de forma auspiciosa" (A. Porto, p. 794), tanto que já no ano seguinte de 1635, a Redução de Jesús-Maria elevava a sua reserva de vacas leiteiras a 400, sendo que Candelária numerava 200 cabeças e S. Teresa 400.

Com resultados tão alviçareiros, os padres animaram-se a introduzir na Serra e nas baixadas da bacia do Jacuí e alto Uruguai, novos animais, num total acima de cinco mil rês escolhidas.

Inesperada e brutal interrupção sofreu a nossa incipiente pecuária com a furiosa investida dos bandeirantes desde dezembro de 1636 até março de 1641, os quais varreram da terra gaúcha, segundo um cálculo aproximativo que fizemos, cêrca de duzentos mil indígenas, incendiando-lhes as aldeias, talando-lhes as plantações e roubando-lhes muito gado; mas deixando um resto de animais dispersos pelos campos e florestas das Reduções, ao que parece, mais de quinze mil rêzes.

Após a retirada definitiva dos mamelucos e a fugida dos índios para o lado direito do Uruguai, êsse gado alçou-se, disseminando-se tranquilo, nos decênios subseqüentes,

especial cuidado en que no se molesten cuando están en el agua, impidiéndose mutuamente el nadar. Si ven que algun animal cede a la corriente o está para ahogarse brincan sobre él y le dan tantas coces y golpes que se vuelve valiente y llega con éxito al término de su viaje. Estos que en agua han tenido miedo suelen al llegar a tierra ponerse furiosos, sobre todo los toros que son más cobardes que las vacas para cruzar los ríos. La mejor manera de traspasar toros es atándolos por los cuernos a una hangeda sencilla de suerte que colgando de ella puedan nadar sin dificultad. En esta forma, escribe Dobrizhoffer, pasé de la Reducción del Rosario o Timbó, al través del Paraguay, un rebaño de ganado vacuno, atándolos de veinte en veinte. Algunas veces se les lleva poniendo también unas maderas a los lados de los animales para impedir que los arrastre fuera del corral marítimo la fuerza de la corriente. De esos medios se valian los Españoles, pero no los Abipones, cuyo método ya se ha consignado" (Guillermo Furlong, S. J. "Entre los Abipones del Chaco", Buenos Aires, 1938).

por vastas zonas do nosso Estado. Pôsto que os índios fugitivos não voltassem a morar no Rio Grande antes de 1682, manuseando nós a farta documentação manuscrita da Coleção de Ângelis, na Biblioteca Nacional, Rio, verificamos que seguidamente os Padres, acompanhados de índios vaqueiros, faziam rodeios entre as vacas das nossas coxilhas e campinas, declarando e repetindo aos indígenas que êsse gado era das Missões.

Em 1663 informava o P. Cristóvão de Altamiramo que êle havia dado aos índios de S. Xavier — da banda direita do Uruguai — umas terras do alto Ijuí, onde já possuíam 1500 cabeças de gado vacuum e éguas, e queriam levar mais ainda. No mesmo documento menciona o P. Salvador Roxas os gados existentes, em 1698, na margem oriental do Uruguai, sendo que o P. José de Tolu fala com satisfação na boiada alçada da mesma margem, para onde êle havia passado 4.000 vacas afim de povoar a estância do mal-afamado murubixaba Nheçú, onde Tolu possuía chácaras e canaviais (Col. Ângelis, I, 29, 3, 43). Donde se evidencia que os padres nunca perderam o contacto com o gado que êles haviam importado no Rio Grande meio século antes. (7)

V.

Fundadores de estâncias latifundiárias

Pelos estudos feitos até hoje, embora ainda incompletos, julgamos poder designar ao evoluir das estâncias gaúchas, no tempo das Missões jesuíticas, três fases principais e distintas. Cabe a primeira à célebre "Vacaria do Mar", no último quartel do século 17 e primeiro do 18.º; a segunda se relaciona à "Vacaria dos Pinhais", em 1712, e a última é o florescimento das estâncias organizadas racionalmente a partir de 1731.

Dispuséssemos agora da farta documentação colecionada sobre o assunto por êsse beneditino que é A. Porto, e não receiássemos ultrapassar o âmbito desta defesa, poderíamos apresentar uma monografia curiosíssima e inédita para nós filhos do Pampa, sobre o histórico da gaderia crioula do nosso Estado.

Mas é forçoso sermos lacônicos afim de não nos estendermos em demasia.

7) Aurélio Porto, op. cit., p. 188 ss.

Quando os missionários retornaram com seus índios ao Rio Grande do Sul pelo ocaso da 17.^a centúria, iniciando a idade de ouro dos Sete Povos, encontraram inumerável gado esparramado entre as margens do Uruguai e o Oceano, desde a terra dos tapes até Montevideó, imensa zona que se denominou "Vaqueria del Mar", povoada de gado jesuítico e ainda procedente de uma importação feita por Hernandárias de Saavedra, objeto êste ainda discutido entre os entendidos (B. Caviglia Hijo, "Sobre el Origen y Difusión del Bovino en nuestro Uruguay", 1935, passim). ⁽⁸⁾

O P. José Cardiel, — numa obra manuscrita ainda inédita em português, de 187 páginas, da qual possuímos cópia fotográfica (Biblioteca Nacional, N.º 543 do Catál. Rodrigues e 1, 5, 1, 52 da Col. Ottoni), — missionário que trabalhou 28 anos nas Reduções, descrevendo pormenorizadamente a vida das Missões, pinta-nos ao vivo o insano trabalho que causava aos índios a caça ao gado chucro da Vacaria do Mar, do qual viviam principalmente os índios cristianizados, motivo pelo qual, entre outros, resolveram os padres, lá por 1712 (Caviglia, op. cit. p. 104), começar uma estância própria em escala magna, sem os inconvenientes da Vacaria do Mar. Escolheram para êsse efeito uma extensa faixa de magnífico campo para o gado, segundo cálculo, no Campo do Meio, entre os dois afamados Matos Castelhana e Português, ainda hoje existentes mas já com enormes clareiras, sendo que nosso confrade Manoel Duarte se inclina em favor de ambas as margens do Rio Pelotas (Anais do II Congresso de H. e G. Vol. 3.º p. 1609). Para alí conduziram pois um rebanho de umas 80.000 (oitenta mil) rêsas, o qual, entregue a si mesmo, sem ser molestado, deveria dar, no prazo de 8 anos, de 400 a 500 mil cabeças, suficientes para garantir o consumo dos 30 mil habitantes dos Sete Povos. Desgraçadamente, antes de expirar êsse tempo, foi descoberta essa "mina" pelos paulistas, que aniquilaram completamente essa riqueza. Frustrou-se assim o plano com a "Vacaria dos Pinhais" (Teschauer, Histór. do R. G. do Sul, II, 36).

Ficaram novamente os índios das Missões dependentes da Vacaria do Mar, até que por volta de 1720 um espanhol benemérito das Reduções, pediu licença aos padres para "vaquejar", i. é pegar vacas nessa vacaria. Consentiram-no os jesuitas, levando-se o espanhol a bagatela de umas trinta mil. Observa Cardiel (op. cit. n.º 27 e 28), que para a multidão existente não era coisa sensível, pois os índios dos

8) Aurélio Porto, op. cit., p. 178 ss.

Trinta Povos (dos quais nossos Sete da Banda Oriental do Uruguai formavam uma fração) num só ano consumiam cêrca de cem mil, sem que diminuísse a Vacaria do Mar.

Apresentou-se com a mesma pretensão outro espanhol, e se lhe houve de negar o pedido. A consequência foi que moveram despeitados um pleito contra as Missões, alcançando do governo colonial irrestrita faculdade para “vaquejar” na Vacaria do Mar, onde apenas tiravam o couro e a língua dos animais para vendê-los aos inglêses que os vinham comprar em Buenos Aires, ficando o resto abandonado como pasto aos urubús.

Antes, porém, de terem acabado com todo o gado, os Padres separaram na grande estância missioneira de Japejú —, que media 50 léguas de comprimento e 30 de largura (mais ou menos nos territórios dos hodiernos municípios de Itaquí, Alegrete, Uruguaiana, Quaraí até bem adentro da República Oriental), — um campo excelente por seus pastios, com 20 léguas de comprimento e 10 de largura, onde recolheram 40 mil rêzes de gado chimarrão, protegido daí em diante por índios pastores de confiança, e assistidos por um Padre capelão e um irmão leigo coadjutor. Determinaram ainda que outro tanto se fizesse dentro da zona da estância de São Miguel, que media 40 léguas por 20, devendo os Povos comprar suas provisões a preço barato destas duas estâncias sempre que as próprias estâncias, que eram menores, não tivessem reservas suficientes. Desta forma ficou novamente racionado o consumo da carne nas Reduções. Isso se deu em 1731.

Quanto ao tipo do gado observa Cardiel (n.º 32): “Pensará alguém que as vacas são pequenas como carneiros, e outras coisas dêste jaez. São tão grandes como as da Espanha, ou mais ainda”. O mesmo fato, quanto à qualidade das rêzes, verificou o conhecido missionário Antônio Sepp ⁽⁹⁾ na sua viagem ao alto Uruguai, em 1691, como ainda Saint-Hilaire na sua viagem ao Rio Grande do Sul, de 1820 a 1821, o que vem a provar que o gado crioulo não degenerou nestas plagas sul-americanas.

No que concerne à localização das estâncias ou vacarias jesuíticas, conhecidas perfeitamente pelos mapas ainda existentes sobre elas, nosso confrade Manuel Duarte na sua formosa tese “Estancias” (Anais do III Cong. Sul-riogr. de H. e G., vol. 38, p. 1608) tece rasgados aplausos à excelên-

9) Padre Antônio Sepp S. J. “Viagem às Missões Jesuíticas...”, publicada por W. H. Harnisch, S. Paulo 1942, p. 130 ss.

cia das zonas escolhidas, situadas tôdas longe de cada povo, à margem de grandes cursos de água, e fora do alcance dos temíveis bandeirantes.

VI.

Plasmadores indiretos do homem “gaúcho”

Nenhum dos historiadores e etnólogos antigos, que saibamos, reconheceu, nem deixou consignado o relativantíssimo influxo que exerceu a presença, jamais interrompida desde 1634, do gado em nossas coxilhas e campinas, no povoamento europeu do Continente de São Pedro e na formação do tipo “gaúcho” daí resultante. Entre os modernos, com a perspicácia que os caracteriza ressaltam o fator “gado” em nossa formação Manuel Duarte (Anais do III Cong. vol. 3.º, 1607), Florêncio de Abreu (ibidem, vol. 4.º, 2133 ss.). Contreiras Rodrigues no seu esplêndido trabalho sobre a “Formação social e psicológica do gaúcho brasileiro” (Anais do I Congr. de H. e G. Sul-riogrand. I, 317 ss.) e máxime A. Porto, na sua exhaustiva tese, ainda inédita, sobre o nosso gado crioulo.

Apenas apontarei em ligeiros traços essa evolução. Se até 1626 a terra do atual Rio G. do Sul era “res nullius”, coisa de ninguém, nesse ano de 1626 o P. Roque González de S. Cruz recebia do governador de Buenos Aires, Francisco de Céspedes, ampla faculdade para si e a Companhia de Jesus, de fundarem quantas reduções quisessem em ambos os lados do rio Uruguai afim de cristianizá-los, naturalmente sempre sob o amparo do govêrno espanhol. (Jaeger; Heróis de Caaró e Pirapó, 174). Entretanto, essa posse, aliás legítima, começou a ser disputada aos espanhóis pelos portugueses ao fio da espada desde o dia 3-XII-1636, quando Raposo Tavares agrediu a ferro e fogo a redução de Jesús-Maria, perto de Rio Pardo e Candelária, luta duas vêzes secular que só culminaria na integração definitiva das Missões no império do Brasil nos primórdios do sec. 19.

Nesses prélios seculares, os monarcas espanhóis, sobretudo o 3.º e 4.º Filipe, incorreram num êrro de consequências fatais para as suas colônias sul-americanas: foi a pertinaz e injustificável recusa de armas de fogo para os índios cristianizados pelos missionários católicos, que só mais tarde, em ocasiões do maior desespero, lograram arrancar das autoridades ibéro-americanas tal qual consentimento para o uso de escopetas e trabucos. O resultado aí está no mapa:

o recuo formidável da Linha de Demarcação perante a investida incessante dos másculos sertanistas de Piratininga, que, encontrando em quase todo o “front” um inimigo inferior em armamento, o foram arrojando até aos contrafortes dos Andes.

Referente ao nosso Rio Grande, torno a repetir o que já alhures provei (Invasões Bandeirantes do R. G. do Sul, XV), a integração do hodierno estado mais sulino do Brasil no colosso brasileiro não é obra do bandeirismo armado, e sim conquista pacífica da sagaz política de Lisboa, como ainda daquelas levas de colonos açorianos e paulistas que aqui vieram criar novo lar e nova pátria desde o 2.º quartel do sec. 18. “O clã sertanista já não é mais a horda guerreira; a bandeira é um fragmento do latifúndio, que se põe em movimento e que leva consigo os elementos sociais do domínio :o senhor, os agregados, os escravos, a tropa aguerida dos mamelucos e, quase sempre, o capelão que oficia na igreja do senhorio”. (Osvaldo Cabral, Laguna e outros ensaios, 1939, p. 20/21). ⁽¹⁰⁾

Que foi o que atraiu a corrente migratória ao velho Continente de S. Pedro? Minas de metal? Fertilidade do solo? Promessas de latifúndios, esperança de grandes honrarias, comendas, hábitos, cruces, que sem dúvida seriam fatores de persuasão para êsses homens de uma integridade moral à toda prova? (O. Cabral, op. cit. 22).

Não cabe dúvida que nosso govêrno colonial, interessado na abertura e povoamento da interminável estrada que mediava entre a Laguna e a Colônia do Sacramento, fazia generosas promessas que ordinariamente ficavam no papel.

O ímã poderoso que mais atraiu o colono do século 18 para estas plagas, foi a existência do “inumerável gado” que se dizia haver nestas bandas. Quem se radicava aqui, desde logo não precisava receiar os “temíveis anos da iniciação”, a questão alimentar. No R. G. de S. Pedro pastava multidão de gadaria sem dono, alçada, reiuna. E se o ádvena conseguisse tornar-se criador, ou mesmo estancieiro, ganharia dinheiro com facilidade.

Verdade é que muitos dos imigrantes preferiram a cultura do trigo, negócio bem rendoso na época. Grande parte, porém, tornou-se criadora, mister que demandava menor cuidado e ocupava menos pessoal.

Desta forma, o povoador, tomando posse do seu campo ou sesmaria, instalava o seu “rancho” sôbre uma elevação, donde pudesse descortinar os seus domínios, vigiar os seus

10) Aurélio Porto, op. cit. 461 ss.

rebanhos, observar já de longe quem se aproximava e prevenir as repetidas incursões da indiada ou do castelhano. O seu mister exigia certo número de bons pingos, velozes e adestrados, sem falarmos no manejo seguro de diversas armas. Os ladrões de gado, sobretudo os charruas e tapes, e os conflitos armados com os vizinhos do Prata, obrigavam-no a estar sempre alerta para qualquer rebate.

Segundo a legislação da época, o “senhor de terra” estava dispensado do serviço militar, que prestavam os regimentos de dragões estacionados nos presídios do Rio Grande e Rio Pardo. Entretanto, sabemos que desde Rafael Pinto Bandeira até o dia de hoje, nenhum rio-grandense, vendo em jôgo a terra que lhe foi berço e mais ainda a estância que era sua, deixou de acorrer pressuroso em defesa do solo gaúcho. Para isso pouco precisava o estancieiro. Bastava trocar o laço pela lança e o soldado estava feito.

Nesse labutar duro e incessante pela vida na estância, ampla, semeada de armentos nédios, em guerra diurna com a ferocidade dos animais, dos caprichos da atmosfera, da rapacidade indígena, da competência castelhana, sempre vigilante, sempre desconfiado, muita vez em conflito com a autoridade longinqua, rodeado da fiel e submissa peonada, senhor de si mesmo e dos seus atos, foi que no decorrer de um século veio a plasmar-se êsse tipo único em nosso Continente, o “gaúcho”, com tôdas as suas virtudes e defeitos, como no-os enumera magistralmente Félix Contreiras Rodrigues no trabalho acima mencionado, com a sua eclosão mais caraterística no decênio farroupilha: fisicamente robusto, bem apessoado, valente, impávido, audaz, tenaz, patriota, camarada, leal, generoso, magnânimo para com o vencido, romântico e sonhador, mas também pouco amigo da vida familiar, egocêntrico, insubmisso, teimoso, e, em consequência do hábito de derramar sangue, — por vêzes grosseiro e cruel, enfim um homem “livre no pago e ancho dentro da roupa”. (Contreiras Rodrigues, 324).

E para a formação dêsse tipo do centauro dos pampas, do guasca incomparável, do gaúcho lendário contribuiu poderosamente a presença do gado introduzido pelos jesuítas, e, em última análise, o Padre Cristóvão de Mendoza.

VII.

Uma data e um patrono para os nossos estancieiros

Em 8 de julho de 1941, a Federação das Associações Rurais do R. G. do Sul, em officio assinado por Vasco Alves Pereira, no exercício da Previdência da FARSUL, solicitou ao

Dr. Leonardo Macedônia, venerando Presidente do I. H. G. do R. G. do Sul, o pronunciamento acêrca de uma data histórica, capaz de evocar, em todos os rincões do Estado, a tradição do nosso estancieiro, e ainda a escolha mais acertada entre os vocábulos “estancieiro, fazendeiro e criador”.

Em sessão realizada em 14 de julho, sessão a que infelizmente assistiram poucos sócios do I. H. G., ficou deliberado o seguinte, tendo sido relator o infrascrito P. Luiz Gonzaga Jaeger:

1.º Que o ano de 1634 devia merecer a preferência a qualquer outra data e que o nome de Cristóvão de Mendoza, que tombou mártir da fé e da civilização em 26 de abril de 1635, no alto rio Piaí, entre Caxias e São Francisco de Paula, seria o nome mais indicado para ligar o passado com o presente, pois que havia sido o nosso primeiro tropeiro e fundador da nossa opulência pecuária.

2.º Que a palavra “Estancieiro” era a mais histórica e simultaneamente a mais expressiva.

Dias após, nosso colendo confrade De Paranhos Antunes apresentou parecer, discordando do nome e data lembrados no item 1.º, propondo que fôsem eles substituídos por **Manuel Gonçalves Ribeiro**, um dos pioneiros na criação das primeiras **Estâncias gaúchas** e a data de **25 de outubro de 1732**, em que foi assinada a doação feita a M. G. R.

Estriba De Paranhos Antunes sua opinião na preferência que lhe merece a tradição dos **antepassados lusitanos**. Concede êle, sem dificuldade, aos jesuítas espanhóis a prioridade sôbre os portugueses na fundação das Missões e na formação das Vacarias do Mar e do Planalto; mas conclue com estas textuais palavras: “nada temos que ver com essa prioridade e sim com a penetração e fixação em nosso território dos primitivos estancieiros, nossos antepassados”.

Por que razão, nós historiadores, evocadores de tudo quanto se relaciona com o passado rio-grandense, nada teríamos que ver com a introdução do gado jesuítico em 1634, condenando a um violento olvido essa imensa obra econômico-social, da qual aproveitaram largamente os próprios estancieiros lusitanos aqui aportados um século depois, empreendimento que projeta seus raios até dentro de século 20?

Segundo êsse critério, a muito aplaudida obra do “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, em boa hora começada pelo Estado Novo nas ruínas de São Miguel e no Museu missioneiro anexo, mereceria idêntico anátema.

O gado missioneiro existiu no Rio G. do Sul e teve uma brilhante história como se provou, embora com muita defi-

ciência, nos parágrafos antecedentes, devendo merecer, portanto, a atenção de um historiador imparcial.

Observa De P. Antunes que Mendoza não foi português. Foi boliviano, legítimo sul-americano, e da gema da sociedade boliviana, tendo tido por bisavô um dos maiores condes da corte de Carlos V. Será por isso que êle não merece a nossa gratidão? Quer-nos parecer que se cultuarmos a sua memória praticaremos um ato de eminente solidariedade continental e de boa vizinhança, um dos pontos do programa político do chefe da Nação. Ainda em julho de 1941, o eminente Dr. Getúlio Vargas, quando da sua visita à Bolívia, agradecendo a saudação do Chanceler Ostriá Gutiérrez, pronunciou estas graves palavras: "E' imperioso apagar ressentimentos, desfazer prevenções, impedir que se propaguem receios e desconfianças. O Brasil não faltará a essa tarefa de confraternização, disposto a cooperar na preservação da paz e defesa do Continente. Parece chegado o momento de darmos à solidariedade do hemisfério rumos concretos e de resolvermos por consenso unânime quaisquer divergências. Nada será mais prejudicial às nações americanas do que a quebra de nossos vínculos de união e de paz".

Por esta causa, se nós rio-grandenses, homenagearmos agora um filho da Bolívia, que bem-mereceu do nosso Estado, e cujo solo regou com o seu sangue, a nação amiga aplaudirá êsse gesto como digno de homens superiores a qualquer chauvinismo regional ou racial.

Nosso impugnador quer ver preferida a obra portuguesa no R. G. do Sul. Nem se discute que é ingente essa obra, e, em **igualdade de circunstâncias**, lhe deveríamos dar a preferência. Mas não esqueçamos que o Rio Grande do século XX é um aglomerado amalgamado de muitos elementos etnológicos diferentes, todos êles, hoje, perfeitamente nacionalizados e integrados na Pátria comum; por isso, sem injustiça, não podemos dar preferência a uma delas onde êsse proceder não se funda em boas razões.

Talvez por êsse motivo, o meu distinto "aliado" nesta questão, Cel. Luiz Carlos de Moraes, sustentando o seu primeiro voto, além de vislumbrar no parecer do colega De Paranhos Antunes certo "preconceito de raça, crença ou nacionalidade", lembra que melhor seria cultivarmos a memória de João de Magalhães, fundador de uma estância em Tramandaí no ano de 1725, quer dizer 7 anos antes de M. G. Ribeiro.

Em que fatos se estriba a benemerência de Manuel Gonçalves Ribeiro? Era português e recebeu por doação régia, assinada em 25 de outubro de 1732, a primeira extensão de

campos em território gaúcho, “a mais antiga de que temos notícia, muito embora — conforme De Paranhos — a fixação das primeiras estâncias tenha-se dado antes de 1732”.

De maneira que um luso, sem apresentar título de serviços prestados, não sabemos por que empenhos, recebe de graça um pedaço de terra no R. G. do Sul, que muito provavelmente foi povoar com gado oriundo do armento trazido um século antes pelo P. Mendoza, e não com rês importadas de Buenos Aires, como insinua o Gal. João Borges Fortes (in “Rio Grande de São Pedro”, Rio 1941, p. 9).

Com efeito, se já no fim do século anterior, Domingos de Brito Peixoto, após de fundar Laguna, já palmilhou as savânas gaúchas, donde “arrebanhou gado extraviado das missões jesuíticas” (O. Cabral, op. cit. p. 37), quanto mais o faria 4 decênios mais tarde M. Gonçalves Ribeiro para encetar a sua invernada.

Além disso, ensina Florêncio de Abreu que o gado vicentino do P. Cristóvão reverteu, nessa quadra da nossa história, ao seu ponto de partida completando assim a sua trajetória histórica”. (Anais do III Congr. Sul-riogr. de H. e G., vol. 4.º p. 2144).

Já veem os senhores, que conquanto não fôsse muito abundante o gado naquela época, logo após as “razzias” praticadas pelos rio-platenses na “Vacaria do Mar”, houve ainda o suficiente para povoar até Japejú com 40.000 cabeças e mais outras.

Quanto à pessoa de Manuel Gonçalves Ribeiro há uma nota que atesta contra a integridade do seu caráter. Sendo juiz ordinário da vila da Laguna, em 1720, prendeu o benemérito Francisco de Brito Peixoto, mandando-o preso ao Rio (O. Cabral, op. cit. 47 ss.), sendo que êle mesmo, acusado, anos depois, de praticar comércio ilícito de contrabando, mancomunado com Manuel Manso de Avelar, lisboeta e um tal Pedro Jordão, francês, foi levado preso ao Rio, embora neste gesto do governador de S. Paulo, D. Diogo Cesar de Menezes, parece ter havido parcialidade pessoal (O. Cabral, p. 49 - 53).

Assim, parece-nos que não fica bem escolhido êsse homem para perpetuar a “tradição pecuária do R. G. do Sul”, como deseja a FARSUL.

Confrontando agora os dois candidatos, encontramos:

1.º que Cristóvão de Mendoza veio ao Rio Grande 98 anos e meio antes de Manuel Gonçalves Ribeiro;

2.º Mendoza chegou trazendo a riqueza; Gonçalves Ribeiro para usufrui-la;

3.º O primeiro consagrou a sua vida inteira em benefício da civilização dos pobres indígenas rio-grandenses; G. R. viveu para si mesmo;

4.º Gonçalves Ribeiro era europeu; Cristóvão de Mendoza sul-americano, e o gado que êle importou no Rio Grande do Sul era brasileiro de origem, e português no momento da compra, da propriedade do português Manuel Cabral de Alpoim;

5.º Gonçalves Ribeiro não evoca a tradição pecuária mais do que qualquer estancieiro da época, ao passo que a obra de Mendoza é tôda um tecido de história agro-pecuária, digna de um monumento.

Quanto à data, proporíamos o dia 26 de abril de 1635, dia em que êsse batalhador tombou glorioso mártir da sua obra, em Santa Lúcia do Piaí, precisamente na divisa do atual Município de Caí e S. Francisco de Paula.

No intuito de dar um fecho menos pessoal a êste aranzel, que já vai longo, estamparei aqui o voto do nosso confrade Aurélio Porto, consultado expressamente sôbre esta questão.

Rio, 21 de outubro de 1941.

Meu caro amigo p. Jaeger.

.....

Fiz já um longo trabalho sôbre o gado. Mas será difícil resumí-lo ou destacar algumas partes que possam servir para opôr a qualquer conclusão do nosso confrade De Paranhos. Entretanto, torno a afirmar, de acôrdo com os estudos procedidos, que unicamente aos jesuítas se deve a introdução do gado no Rio Grande do Sul, cabendo ao nosso padre Cristóvão de Mendoza ser o primeiro tropeiro riograndense. E' da geografia do gado que procede o povoamento da nossa terra, a formação do nosso povo.

O caráter universalista do jesuíta, que funda a pecuária do Rio Grande do Sul, exclui a idéia de se escolher para patrono de nossos estancieiros (que é o termo exato dos criadores de gado) um castelhano, que, mesmo se não fôsse aquêlê caráter, não o seria pela sua origem puramente americana, filho como era de Santa Cruz de la Sierra. Servirá para isto, isto é, para a defesa da tese que com justiça histórica V. advoga, o pequeno trabalho que fiz sôbre a vida admirável dêsse santo, introdutor do gado e desbravador do coração do Rio Grande do Sul.

Tenho trabalhado muito e penso até fins dêste ano concluir meu trabalho sôbre a Civilização jesuítica das Missões, que dará dois volumes grandemente ilustrados com coisas missionieiras. Usei e abusei da Coleção de Angelis e tenho para mim que fiz alguma cousa de inédito e novo. E isto cada vez afervora em mim o alto conceito que formo da civilização jesuítica e da influência que ela exerceu por todos os aspectos em nossa formação sócio-geográfica.

(Ass.) Aurélio Porto.

E com isto, Sr. Presidente, deponho nas suas mãos esta defesa que elaborei a instâncias dos amigos e com plena anuência do nobre amigo, confrade e arguidor Capitão De Paranhos Antunes, para V. Excia. tomar a resolução que o seu elevado critério lhe ditar.

Conclusão

Terminada a leitura, o Dr. Leonardo Macedônia convidou os sócios presentes que aprovassem o parecer do P. Jaeger, a se conservarem sentados. A quase totalidade não se ergueu.

Assim, no dia 26 de novembro, o Dr. Jaci Antônio L. Tupí Caldas, como secretário do I. H. e G. do R. G. Sul, podia enviar à FARSUL, um officio comunicando-lhe que o nome escolhido por nosso sodalício para perpetuar a tradição do nosso estancieiro, era o de CRISTÓVÃO DE MENDOZA, a data o dia 26 de abril e o nome mais adequado para o homem que se dedica à pecuária, o de ESTANCIEIRO.

APÊNDICE

“Don João por graça de Ds Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa Snór de Guiné e da conquista navegação commercio de Ethiopia, Arabia, Percia, e da India &

Faço saber aos que esta minha carta de confirmação de Sesmaria virem que por parte de Manoel Glz. Ribeyro me foi apresentada outra passada em nome do Conde de Sarzedas Gov^r. e Cap^m. Gen^{al}. da Capp^{nia}. de São Paulo da qual o Theor é o seguinte &. Antonio Luiz de Tavora, Conde de Sarzedas, do Cons^o. de sua Mag^a. q. Ds. Ge., Alcayde mor da cid^a. da Guarda da V^a. de leyra e da de Ferr^o., commendador das Commendas de Santa Maria de Leda da ordem de Avis, da de Sta. Maria de Ferr^o., de São Thiago de Almalaguês, da de São João Britto, da de São Pedro Fins, de Santa Olalia de Santalha e de Santa Maria de Sarzedas, todas da Ordem de Christo e Snór da mesma

V^a., da de Sobreyra fermosa, Governador e Capp^m. Gn^{al}. da Capp^{la}. de São Paulo e das Minas da sua repartição &

Faço Saber aos que esta minha carta de datta de terra de sesmaria virem, que tendo respeito ao que por sua petição me enviou a dizer o Capitão Manoel Glz. Ribeyro morador na V^a. da Alaguna q. elle supp^o. povoára os campos chamados Tremandy com gados vaccuns e cavallares por estarem desertos como constava das certidões que apresentava do Capp^m. mor povoador d^a. V^a., o off^o. da Camara e procurador do disimeyro; e porq^o. queria haver por carta de datta de terra de sesmaria tres Legoas de terra de comprido e hua de largo por não dar a praya mayor Largura nos campos Tremandy na paragem a q. chamão as Conchas, correndo pelo rumo de Norte: pedindo-me lhe fizesse mcê. conceder em nome de S. Mag^{de}. por carta de datta de terra e sesmaria as dittas tres legoas de terra de comprido, e hua de largo nos campos de Tremandy na paragem chamada as Conchas, principiando nella, e hindo correndo pelo rumo de Norte athé se inteirar as dittas tres legoas de comprido para as cultivar com os ditos gados vaccuns e cavallares e fazer Lavours de mantim^{os}. e de tudo pagar dizimo a Ds. e attendendo ao que allegou e a resposta que derão o Procu^{or}. da Corôa e Prov^{or}. da Faz^a. Real, em que não puserão duvida e ser em utilidade della o cultivarensse as terras nesta Capp^{la}. pelo acrescimo dos dizimos reaes. Hey por bem de conceder em nome de S. Mag^o. q. Ds. ge. por Carta de datta de terra de sesmaria do ditto Capp^m. M^{al}. Glz. Rib^o. tres legoas de terra de comprido e hua de largo nos campos de Tremandy na paragem chamada as conchas pela praya não dar mais larguesa, correndo as d^{as}. tres legoas pelo rumo de Norte athé se inteirarem; as quaes terras lhe concedo na forma das ordens de S. Mag^{de}. e da sua resolução de quinze de Março do anno passado tomada em consulta do seu Cons. Ultr^o. pa. que as haja, logre e possua como cousa sua propria, tanto elle como todos os seus herd^{os}. ascendentes e descendentes, sem penção nem tributo algú mais q. o disimo a Ds. nosso Snór dos fructos que nellas tiver, a qual conseção lhe faço não prejudicando a terceiro e reservando os páos reaes que nellas houver para embarcações, e será obrigado a fazer caminhos das suas testadas e cultivará as d^{as}. terras de maneyra q. dem frutos, e dará caminhos publicos e particulares aonde forem necessarios p^a. pontes, fontes, portos e pedreyras e se demarcará ao tempo da posse por rumo de corda e braças craveiras, como he estilo e S. Mag^o. manda e confirmará esta carta pelo D^a. Snór dentro de dous ann^{os}. primr^{os}. seglintes pelo seu Cons^o. Ultr^o. na firma da ordem real de vinte e tres de Novembro de mil seiscentos e noventa e outo, e não venderá as dittas terra sem expressa licença de S. Mag^{de}. e será obrigado a cultivallas demarcallas e confirmallas nos d^{os}. dous ann^{os}. com declaração q. não ficará sendo o supp^o. Snor das Minas de qualquer genero de metal q. nas dittas terras se descobrir e mandando S. Mag^{de}. criar V^a. naquelle districto dará terra pa. rocio e bens do Cons^o. na forma q. o do. Snor tem determinado, e passando as dittas terras a pessoas ecclesiasticas, pagarão dellas dizimos e todos os mais encargos que o d^o. Snor lhe quizer de novo impor; e outro sim não poderão nellas succeder relligiões por nenhú tit^o. em tempo algú e acontecendo possuillas será com o encargo de pagarem dellas dizimos, como se fossem possuidas por seculares, e faltando-se a qualquer destas clausullas se deverão por devolutas, e se darão a quem as pedir ou denunciar, como S. Mag^{de}. manda em suas reaes ordens; pelo que ordeno ao Provedor da Faz^a. real, Ministros, officiaes do justissa e pessoas desta Capp^{la}. a q. tocar

na forma referida e com as condições declaradas deixem ter e possuir as d^{as}. tres Legoas de terra de comprido e hua de Largo nas partes já mencionadas ao d^o. Manoel Glzs. Ribbr^o. e a todos os seus herd^{as}. ascendentes e descendentes, como cousa propria; cumprão e guardem esta carta de datta tão inteiramente como nella se contem sem duvida algua, a qual mandey passar por mim assignada e sellada com o signete de minhas armas, q. se registrará nos L^{os}. da Faz^a. real e mais pe^{as}. a que tocar. Dada na cidade de São Paulo aos vinte e cinco dias de Outr^o. Anno do nascimento de nosso Sn^{or} Jesus Christo de mil setecentos e trinta e Dous. O Secretario Gervazio Leite Rabello a fez "Conde de Sarzedas". Pedindo-me o d^o. Mel. Glzs. Ribbr^o. q. porquanto o d^o. Gov^{or}. e Capp^m. Gen^{al}. Capp^{ia}. de São Paulo lhe dera em meu nome tres legoas de terra de comprido e hua de largo nos campos de Tremandy, como constava da carta nesta incorporada, lhe fizesse mercê mandariha confirmar e sendo visto seu requerimento, e o q. responderão os Proc^{as}. de minha corôa e fazenda a que se deu vista. Hey por bem farzerlhe mercê de lhe confirmar as d^{as}. tres legoas de comprido e hua de largo nos campos de Tremandy na paragem chamada conchas correndo pelo rumo de Norte na forma da carta nesta incerta, com as clausullas costumadas e mais condições que dispõem a ley; com declaração q. antes de tomar posse serão obrig^{os}. a medir e a demarcar as das. terras, e sendo cazo q. em algú tempo succeda nesta datta pessoa ecclesiastica, ou relligião serão obrigados a pagar Dizimo e cumprir com os mais encargos que eu lhe quizer impor de novo. Pelo q. mando ao meu Gov^{or}. e Capp^m. Gen^{al}. da Capp^{ia}. de Sam Paulo, mais Ministros e pessoas a que tocar cumprão e guardem esta carta de confirmação de sesmaria e a fação cumprir e guardar inteiramente como nella se conthem sem duvida algua, e se passou por duas vias, e pagou de novo direito quatrocentos reis, que se carregarão ao Thesour^o. Joseph Correa de Moura a Fls. 321 do L^o. 22 de sua receita, como constou de seu conhecimento em forma registrado no 1^o. 19 do registro Geral a fls. 20. Lix^a. occ^{al}. a outro de Nouv^o. Anno do nascimento de Nosso S. Jesus Christo de mil setecentos e trinta e quatro. (assignado) "El rey." Carta de Sesmaria porq- V. Mag^a. faz mercê a Manoel Glz^o. Ribbr^o. de lhe confirmar tres legoas de terras de comprido e hua de largo nos campos de Tremandy na paragem chamada as Conchas, correndo pelo rumo do Norte q. em nome de V. Mag^a. lhe deu de sesmaria do Conde de Sarcedas G^{or}. e Capp^m. Gen^{al}. da Capp^{ia}. de Sam Paulo com as condições expressadas e com as mais q. dispõem a Ley como nesta se declara, que vae por duas vias. Para V. Mag^a. vêr, 1a. Via."

na forma referida e com as condições declaradas deixem ter e possuir as d^{as}. tres Legoas de terra de comprido e hua de Largo nas partes já mencionadas ao d^o. Manoel Glzs. Ribbr^o. e a todos os seus herd^{as}. ascendentes e descendentes, como cousa propria; cumprão e guardem esta carta de datta tão inteiramente como nella se contem sem duvida algua, a qual mandey passar por mim assignada e sellada com o signete de minhas armas, q. se registrará nos L^{os}. da Faz^a. real e mais pe^{as}. a que tocar. Dada na cidade de São Paulo aos vinte e cinco dias de Outr^o. Anno do nascimento de nosso Snõr Jesus Christo de mil setecentos e trinta e Dous. O Secretario Gervazio Leite Rabello a fez "Conde de Sarzedas". Pedindo-me o d^o. Mel. Glzs. Ribbr^o. q. porquanto o d^o. Gov^{or}. e Capp^m. Gen^{al}. Capp^{ia}. de São Paulo lhe dera em meu nome tres legoas de terra de comprido e hua de largo nos campos de Tremandy, como constava da carta nesta incorporada, lhe fizesse mercê mandariha confirmar e sendo visto seu requerimento, e o q. responderão os Proc^{as}. de minha corõa e fazenda a que se deu vista. Hey por bem farzerlhe mercê de lhe confirmar as d^{as}. tres legoas de comprido e hua de largo nos campos de Tremandy na paragem chamada conchas correndo pelo rumo de Norte na forma da carta nesta incerta, com as clausullas costumadas e mais condições que dispõem a ley; com declaração q. antes de tomar posse serão obrig^{os}. a medir e a demarcar as das. terras, e sendo cazo q. em algú tempo succeda nesta datta pessoa ecclesiastica, ou relligião serão obrigados a pagar Dizimo e cumprir com os mais encargos que eu lhe quizer impor de novo. Pelo q. mando ao meu Gov^{or}. e Capp^m. Gen^{al}. da Capp^{ia}. de Sam Paulo, mais Ministros e pessoas a que tocar cumprão e guardem esta carta de confirmação de sesmaria e a fação cumprir e guardar inteiramente como nella se conthem sem duvida algua, e se passou por duas vias, e pagou de novo direito quatrocentos reis, que se carregarão ao Thesour^o. Joseph Correa de Moura a Fls. 321 do L^o. 22 de sua receita, como constou de seu conhecimento em forma registrado no 1^o. 19 do registro Geral a fls. 20. Lix^a. occ^{al}. a outro de Nouv^o. Anno do nascimento de Nosso S. Jesus Christo de mil setecentos e trinta e quatro. (assignado) "El rey." Carta de Sesmaria porq- V. Mag^a. faz mercê a Manoel Glz^o. Ribbr^o. de lhe confirmar tres legoas de terras de comprido e hua de largo nos campos de Tremandy na paragem chamada as Conchas, correndo pelo rumo do Norte q. em nome de V. Mag^a. lhe deu de sesmaria do Conde de Sarcedas G^{or}. e Capp^m. Gen^{al}. da Capp^{ia}. de Sam Paulo com as condições expressadas e com as mais q. dispõem a Ley como nesta se declara, que vae por duas vias. Para V. Mag^a. vêr, 1a. Via."

NÓTULAS BIBLIOGRÁFICAS

Em vista da grande quantidade de obras e publicações recebidas e, por absoluta falta de tempo, mencionaremos, desta vez, apenas o título do que, gentilmente nos foi enviado nestes últimos meses, com uma ou outra palavra de referência. Assim, deixamos aqui expressos os nossos agradecimentos a todos.

OBRAS RECEBIDAS :

Aluisio de Almeida: — Sorocaba, 1842. — São Paulo, 1938. — Interessante monografia histórica de Sorocaba, São Paulo, escrita com brilho e serenidade à luz de farta documentação.

Fortunato Pimentel: — Aspectos gerais de Livramento. — Pôrto Alegre, 1943. — Bem elaborada monografia histórico-geográfica do próspero município fronteiriço.

Manuel Adolfo Soares: — Uruguaiana,, um século de história... — Pôrto Alegre, 1942. — Excelente monografia do município criado pelo governo Farroupilha a 24-2-1843, si bem a atual cidade date de muitos anos antes.

Conselho Nacional de Geografia: — Goiânia, Rio de Janeiro, 1942. — "Coletânea especialmente editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística como contribuição ao batismo cultural de Goiânia."

Academia Carioca de Letras: — Cadernos — n.º 5. — Rio, 1943. — Contem conferências de Modesto de Abreu sôbre Luiz Carlos; Afonso Lopes de Almeida sôbre d.ª Julia Lopes de Almeida; Focion Serpa — discurso, e Albano Lopes de Almeida, sôbre Os Dois Rimarios, de d.ª Júlia. — "Aspectos

do Distrito Federal" — Rio, 1943. — Conferências sobre o Distrito Federal, de Abadie Faria Rosa, Adolfo Moraes Sussekind de Mendonça, Dídio Lemos Brito, Roberto Macedo e Vitor Tavares de Moura.

João Pinheiro: — O descobrimento do Piauí e o documento de Pereira da Costa. — Teresina, 1943. — Excelente monografia histórica que restabelece a verdade em torno do descobrimento do Piauí.

Dr. Tasso Vieira de Faria: — A Ronda dos Sacrifícios. — Pôrto Alegre, 1943. — E' este um bom trabalho histórico de homenagem às abnegadas Irmãs Franciscanas da Santa Casa de Misericórdia no cincoentenário de sua atuação naquele hospital. E' de grande merecimento o trabalho do dr. Tasso.

D. K. Jones: — A Bibliography of Latin American Bibliographies. — 2nd ed. — Washington, 1942. — A-pesar-de pouco desenvolvido por falho, é excelente contribuição bibliográfica sul americana, e digna de nota. — A parte brasileira, por exemplo, é fraquíssima.

Robert C. Smith: — Murals by Cândido Portinari in the Congress. — Washington, 1943. — Magnífico trabalho sobre o ilustre pintor Portinari, seus trabalhos para a Hispanic Foundation e quadros dele existentes nos Estados Unidos.

Aurélio Pôrto: — História das Missões Orientais do Uruguai — Publicação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. — Rio, 1943. — E' o primeiro volume do mais notavel trabalho do sr. Aurélio Pôrto. Divide-se este volume em 3 partes e uma introdução: A companhia de Jesus; Reduções jesuíticas; Antecedentes economico-políticos da fundação dos 7 povos; e Sete Povos de Missões. — Contem mais: índice de Nomes, Índice geográfico e etnográfico e Bibliografia.

Gonzalo Restrepo Jaramillo: — Ensayos y discursos — Medellín — Colombia — 1938. — Ótimo trabalho contendo ensaios e discursos de grande mérito.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS :

Boletim Municipal: — n.º 13 (I de 1943) e Índice Analítico e Remissivo dos vols. I a V (ns. 1 a 12) — Pôrto Alegre.

Revista de Economía, Finanzas y Administración — Año 2
— n.º 3 — Montevideú, 1943.

Boletim de Filologia — Tomo III — ns. 16-17 — Montevideú — 1941.

Universidade de Santo Domingo: — Edicion Homenaje en conmemoracion de la investidura del generalissimo doctor Rafael L. Trujillo Molina, etc. — Ciudad Trujillo, 1942.
— Anales de la Universidad de Santo Domingo — Año IV — ns. 1 e 2 — Ciudad Trujillo, Rep. Dominicana, 1942.

Revista Brasileira de Geografia — Ano V — n.º 1 — Rio de Janeiro — 1943.

Geographical Review — Published — by the American Geographical Society of New York — April, 1943.

Boletim de Historia y Antiguidades — Organo de la Academia Colombiana de Historia — Bogotá — ns. 338 — Vol. XXIX, 1942 e 339-340, Vol. XXX — 1943.

Urbanismo e Viação — Rio de Janeiro, n.º 26 — abril-maio de 1943.

Boletim del Archivo General de la Nacion — Año V — vol. V — ns. 20 a 25, Ciudad Trujillo, 1942. (Rep. Dominicana).

Revista del Instituto Arqueologico — Universidad del Cusco — Cusco, Perú — 1942.

Boletim del Instituto de Cultura Latino-Americano de la Facultad de Filosofia y Letras. — Buenos Aires — n.º 39 — junio de 1943.

Universidad — 14 junio 1943 — Santa Fé — Rep. Argentina (Universidad Nacional del Litoral).

Revista do Arquivo Municipal — São Paulo — n.º 89 — S. Paulo, 1943.

Revista Brasileira de Estatística — Ano IV, n.º 13 (Janeiro-março) e 14 (abril-junho) de 1943.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio de Janeiro.

Monseñor Manuel José Sierra — Selección de escritos en su honor — Medellin — 1941 — Mons. Sierra foi um dos grandes sacerdotes e mestres da Colombia, notavel orador e pedagogo, reitor da Universidad Católica Boliviana e fundador da excelente revista "Universidad Católica Bolivariana.

O. S.

RAFAEL TOBIAS DE AGUIAR

Como a revolução farroupilha, as revoluções de Minas e São Paulo, de 1842, forneceram variado assunto a uma valiosa bibliografia.

Seus chefes foram examinados e estudados e as causas e consequências tiveram argutos interpretadores quer em livros, quer em crônicas, ensaios ou memórias.

Dentre os biógrafos de vultos da revolução paulista de 1842 destaca-se, pela serenidade e argúcia, o sr. Aluisio de Almeida que é, nem mais nem menos, do que o erudito cônego sorocabano Luiz Castanho de Almeida, a quem já devemos uma série de preciosos trabalhos históricos.

Estudando a figura de Rafael Tobias de Aguiar, herdeiro de D. Pedro I no trôno da Marquesa de Santos que, aliás, se tornou digna de todos os louvores pelo carinho, dedicação e amor que consagrou ao que a recebeu por esposa poucas horas antes de sua prisão, isto é, fuga de S. Paulo para o Rio Grande do Sul.

Em verdade, esta parte da vida do Brigadeiro Tobias é apologia merecida à esposa — dona Domitila de Castro Canto e Melo.

O desastre revolucionário teve um mérito enorme: revelou, na Marquesa, a verdadeira dama paulista, boa, dedicada e honesta.

Valiosa, pelo grande número de novidades que traz é o estudo biográfico de Rafael Tobias de Aguiar, publicado pelo sr. Aluisio de Almeida na "Revista do Arquivo" da Municipa-

lidade de São Paulo e do qual fez separatas, infelizmente não revisadas.

Rafael Tobias nela figura com exatidão, podendo-se, pela imparcialidade que o autor imprimiu a seu trabalho, considerá-lo como obra clássica sobre o movimento de 1842 em São Paulo no que se refere à atuação do brigadeiro Tobias que a irreverência do povo cognominou, após a pacificação, “brigador Tebas”.

Tudo foi, na vida, o ilustre sorocabano: comerciante, tropeiro e político. Como político, foi tudo, atingindo os mais altos postos na sua Província, como o de presidente, por mais de uma vez.

Ótimo trabalho, repetimos, êsse do sr. Aluisio de Almeida, que fará, certamente, — mau grado a pouca divulgação, — melhor conhecido e mais amado, como o deseja o autor, a figura singular de Rafael Tobias de Aguiar, cujos restos jazem, ao lado dos de Feijó e do brigadeiro Jordão, nas catacumbas da velha igreja paulista de São Francisco. — W.Sp.

MAUÁ

A reedição da “Exposição aos Credores e ao Público”, escrita pelo Visconde de Mauá por ocasião de sua injusta falência, era uma necessidade. Preencheu-a o dr. Claudio Ganns que a precedeu de um erudito e notável “Prefácio”, digno do grande brasileiro, símbolo legítimo do trabalho honesto de nosso povo, e, de certo modo, superior à maior biografia de Mauá que conhecemos: o monumento que lhe ergue, em livro, Alberto de Faria.

Mauá foi, desde o berço pode-se dizer, um lutador. Lutou contra o destino e o venceu; lutou contra os elementos e os venceu (navegação, estradas de ferro, telégrafo, etc.); lutou contra os homens e, vencendo-os a princípio, foi, depois, — por excessivamente honesto, — vencido.

Diz-se comumente que “contra a furia dos elementos ninguém pode”. Nós, porém, — e Mauá é disso precioso exemplo, — pensamos que é justamente contra o próprio homem em furia aliada à astúcia, que é difícil lutar. O homem mal intencionado é, para o homem de bem mais perigoso que os elementos revoltos.

A Europa é, disso, flagrante exemplo posto diretamente sob nossos olhos, e Mauá foi dele uma vítima, como ficou claramente demonstrado na sua magnífica “Exposição aos Creditores e ao Público”, e conforme o comprovaram os contemporâneos e o registram seus biógrafos com Alberto de Faria e Claudio Ganss à frente.

Na correspondência íntima de Mauá, correspondência que deveria ser o quanto antes publicada, encontramos mais uma prova de seu ânimo resoluto de se não deixar vencer pela adversidade que os homens de seu tempo, especialmente os do governo, provocavam e agravavam.

Em carta inédita, para o Conde de Pôrto Alegre, conservada em nosso Arquivo particular queixa-se êle a seu grande amigo demonstrando o firme propósito de lutar contra o Gabinete que se opunha a seus honestos e patrióticos designios.

Diz, nesse documento, o inegualavel Mauá :

“Creio que terei de abrir luta com o mesmo Ministro que já tanto mal me fez em 1868...”

E, assim, lutando sempre, viveu Mauá até que a morte o levou.

Encerrando esta breve nota, queremos oferecer aos leitores a carta a que aludimos. Aos leitores e, de modo especial, a Claudio Ganns.

Ei-la:

“Montevidéu, 2 de janeiro de 1815.

Ilmo. e Exmo. Snr. Conde de Porto Alegre.
Meu Presadissimo Amigo e Conde.

Depois que tive o prazer d'êscrever-lhe do Rio, e achando-me já nesta cidade que tive o prazer de receber sua primeira carta, causando-me inquietação a demora — Em seguida ao chegar a Montevidéu encontrei seu presado favor com data de 22 do passado, causando-me a maior satisfação saber que havia encontrado a Exma. Comdre. e filhos no gozo de boa saude, e que se dispunha a seguir p.^a fora assistir ao consorcio da sua bella filha d. Maria

Manoella, pr cuja felicidade completa eu etoda a minha familia fazemos os mais ardentes votos.

Retribuo com o maior affecto tantos e tão obzequiosas expressões com que nos brinda, fazendo sobresahir insignificantes atenções que por certo ficarão muito aquem dos desejos meus e detoda a minha familia devido as cousas que presenciou...

— Aquí me acho desde o dia 25 e creio que terei de abrir luta com o mmo. Ministro q já tanto mal me fez em 1868 — ou talvez me resolva depois de visitar as Estancias regressar logo para o Rio aonde tenho tantos afazeres. — Desejando a V. Ex.^a e Exma. Comdre e filhas, as maiores venturas, peço lhe de dispor sem reserva do

De V. Ex.^a Compe. e am.^o mt.^o affs.^o —
Visconde de Mauá".

W. Sp.

SIMBOLOS BÁRBAROS

Homens há que, como Sepé Tiarajú, já nascem com o "lunar", isto é: com a boça do escritor.

Manoelito de Ornelas, parece, trouxe consigo para o berço o gosto pela arte e o jeito tódo especial e pessoal de dizer as cousas.

Quem falou alguma vez com o ensaista de **Vozes de Ariel** e o historiador de Tupã-ci-retã, lendo-o tem a impressão de o estar ouvindo em carne e osso, tal a magia de seu verbalismo pessoalíssimo, inconfundível.

A obra de Manoelito é êle mesmo, sem tirar nem pôr. Cada período, cada frase, cada palavra refletem o autor repetindo sua voz sonóra e cheia com todas as características, — inclusive o tique de seus lábios. E' impossivel semelhança maior entre o homem e seu pensamento escrito.

Por isso Manoelito de Ornelas e seus excelentes ensaios confundem-se e quem fôr amigo do autor, será amigo do que êle escrever, encerre embora simples jogo de palavras como sói acontecer em trabalhos ligeiros nos quais o verbalista afogou o pensamento aproveitando, apenas, o erudito.

Símbolos Bárbaros que Manoelito de Ornelas acaba de publicar numa bonita edição ilustrada por Edgar Koetz outro que imprime seu “eu” no que faz, — **Símbolos Bárbaros** é mais uma afirmação do que dissemos, além de ser obra de ensaísta completo.

O rapsodo bárbaro, Caminhos do modernismo, O Cisne branco do simbolismo, Dois gigantes, Santo e herói das tabas e Tradições e símbolos, embora diversos no fundo formam conjunto homogêneo, uma espécie de bíblia literária em que, pregando o regionalismo, apregoa a unidade da literatura e da história do Brasil dentro do Rio Grande do Sul, demonstrando a perfeita comunhão que há entre a arte brasileira de sul a norte.

E é justamente esse equilíbrio nacionalista, a par da originalidade simples de se expressar, que faz de Manoelito de Ornelas um dos mais interessantes escritores do Brasil, formando na vanguarda de nossos ensaístas modernos, desses que surgiram quando explodiu o grande movimento de escândalo literário: o verdeamarelismo e o esfomeado antropofagismo, e foram dar de cheio no claxonismo da chamada “escola de arte moderna” de onde nasceu a mais brasileira das escolas literárias do Brasil.

W. Sp.

O HERÓI DO IBÍÁ

O reverendo padre Luiz Gonzaga Jaeger, S. J. dedicadíssimo amigo das letras históricas, tem feito, com seus estudos, verdadeira revolução porque, insatisfeito com o que antes se disséra, vái às fontes límpidas, escava, inquire, perquire e traz à luz da publicidade cousas absolutamente novas. Foi assim com o lugar do martírio dos heróis do Caaró, os primeiros mártires riograndenses, padres Roque Gonzales, João de Castilhos e Afonso Rodrigues; foi assim com as primeiras bandeiras paulistas no Rio Grande do Sul; com o introdutor do gado no Rio Grande do Sul, em erudito parecer (*) apresentado o ano passado em sessão do Instituto; e assim ainda na localização do lugar do martírio desse introdutor do gado — o padre Cristóvão de Mendoza — “O herói de Ibíá”, excelente mono-

() — Esse parecer vái publicado neste n.º de nossa Revista (N. R.).

grafia, — produto do acurado estudo *in loco* já publicado em n. anterior desta Revista, — sobre a vida e a obra do insigne mártir de Santa Lucia do Piaí.

Cultura sólida, linguajar simples mas preciso, baseado nos mais valiosos documentos, este novo trabalho de nosso prezado consocio padre Luiz Gonzaga Jaeger é indispensavel para o conhecimento da grande obra e da grande vida de Cristovão de Mendoza, obra e vida que tambem Aurélio Pôrto, — o incansavel, — revive com a publicação que está fazendo pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do documentário preciosissimo daquelas priscas eras do seiscentismo bárbaro do Rio Grande.

W. Sp.

Índice dos nrs. 89 e 90

(1.º semestre de 1943)

Centenário do Visconde de Taunay:	
— Alfredo de Escragnoille Taunay — <i>Prof. Walter Spalding</i>	1
— Taunay artista — <i>Prof. Ângelo Guido</i>	6
— Visconde de Taunay — <i>Dr. Olinto Sanmartin</i>	10
— Visconde de Taunay — <i>Dr. Milton Quintana</i>	12
Um trabalho do dr. Teodoro Sampaio — (Interpretação de alguns nomes tupis usados na Geografia Nacional — Rio Grande do Sul — Com anotações do General João de Deus Martins)	17
Mamíferos fósseis do Brasil — <i>C. de Paula Couto</i>	27
O Ensino Militar no Brasil (Período Colonial) — <i>Cap. Adailton Sampaio Pirassinunga</i>	55
Aspectos Econômicos da velha Porto Alegre — <i>Dr. Olinto Sanmartin</i>	125
Saudação histórica — Discurso feito em 1906 pelo <i>Dr. Getúlio Vargas</i>	151
Notícia sobre a Organização política, administrativa e judiciária do Rio Grande do Sul — <i>Dr. Leonardo Macedônia</i>	159
Rodrigues de Jesus (Domínios e traços genealogicos do povoador) — <i>Dr. Manuel Duarte</i>	169
Preito de Saudade (João Borges Fortes, Lindolfo Collor, Alfredo Ferreira Rodrigues e Zeferino Brasil) — <i>Dr. Castilhos Goycochea</i>	175
A poesia a serviço da História (folclore) — <i>Prof. W. Spalding</i>	185
O Republicanismo Gaúcho — <i>Dr. Demétrio Ribeiro</i>	195
Aquidabã — <i>Prof. Walter Spalding</i>	205
História da Introdução do Gado no Rio Grande do Sul — Cristóvão Mendoza ou Manuel Gonçalves Ribeiro? — <i>P. Luiz Gonzaga Jaeger, S. J.</i>	217
Notulas Bibliograficas — <i>O. S. e W. Sp.</i>	139 e 247
Rafael Tobias de Aguiar — <i>W. Sp.</i>	250
Mauá — <i>W. Sp.</i>	251
Símbolos Barbaros — <i>W. Sp.</i>	253
O Herói de Ibíá — <i>W. Sp.</i>	254